



Convivência e
Cultura de Paz

pontão

InstitutoPólis

Convivência e Cultura de Paz nas Cidades

ORGANIZAÇÃO

Hamilton Faria e Valmir de Souza

Pontão de Convivência e Cultura de Paz
Instituto Pólis

Convivência e Cultura de Paz nas Cidades

ORGANIZAÇÃO
Hamilton Faria
Valmir de Souza

Convivência e Cultura de Paz nas Cidades

2014

REALIZAÇÃO **Instituto Pólis**

APOIO **Ministério da Cultura – MinC**

Equipe do Pontão de Convivência e Cultura de Paz (2014)

Hamilton Faria, Martha Lemos, Valmir de Souza, Wanda Martins

EQUIPE DE EDIÇÃO

Coordenação editorial, organização e edição **Hamilton Faria e Valmir de Souza**

Revisão **Joseli Magalhães Perezine**

Transcrições de gravações **Martha Lemos**

Relatorias **Aluizio Marinho, Carol Gutierrez, Julia Neiva, Luciana Lima, Mariana Piazzola**

Assistente de produção **Wanda Martins**

Projeto gráfico **Marilda Donatelli**

Ilustrações **Marcelo Bicalho (capa) e Catarina Bessell**

AGRADECIMENTOS **Comissão Nacional de Pontos de Cultura, Comissão Paulista de Pontos de Cultura, Diana Paola Mateus, Fundação Nacional das Artes - Funarte, Instituto de Políticas Relacionais (IPR), Equipe do Instituto Pólis, Guilherme de Almeida, Laura Díaz, Lia Diskin e Lucia Benfatti (Associação Palas Athena), Rede Cultura Viva, Redes dos Pontos de Cultura, Representação Regional Minc - São Paulo, Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (MinC), Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, Unesco**

Catálogo na Fonte – Centro de Documentação e Informação do Instituto Pólis

Convivência e cultura de paz nas cidades / [organizadores, Hamilton Faria e Valmir de Souza; autores, Hamilton Faria, Martha Lemos, Valmir de Souza ... et al.]. -- São Paulo: Instituto Pólis, 2014.
140 p.

ISPN 978-85-7561-065-7

Encontro Nacional Cultura de Paz, Políticas Públicas e Direito à Cidade; São Paulo, 19-21 de setembro de 2013.

Projeto do Pontão de Convivência e Cultura de Paz, convênio do Instituto Pólis com o Ministério da Cultura do Programa Cultura Viva.

1. Pontos de Cultura. 2. Política Cultural. 3. Políticas Públicas de Cultura. 4. Cultura. 5. Ação Cultural. 6. Cultura de Paz.. 7. Cidadania Cultural. I. Pontão de Convivência e Cultura de Paz. II. Título.

CDU 008



Creative commons—este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd>

Pontão de Convivência e Cultura de Paz
Instituto Pólis

ORGANIZAÇÃO
Hamilton Faria
Valmir de Souza

Convivência e Cultura de Paz nas Cidades

AUTORES

Adelino Ozores, Altair Moreira, Américo Córdula, Ana Paula Do Val, Antonieta Jorge Dertkigil, Aya Ohara, Baby Amorim, Beatriz Vieira, Binho Perinotto, Daniela Greeb, Daniel Marostegan, Dan Baron, Davy Alexandrisky, Deco Ribeiro, Edirlaine Lopes dos Reis, Eleilson Leite, Fernanda Vargas, Guilherme Varella, Hamilton Faria, Joãozinho Ribeiro, Jorge Blandón, Juan Brizuela, Juliana Nogueira Kitanji, Ligia Maria Daher Gonçalves, Lilian Romão, Luciene Cruz, Marcelo Manzatti, Marcos Terena, Maria das Graças, Maria Lúcia da Silva, Marilda Donatelli, Martha Lemos, Nazareno Stanislau Afonso, Pedro Garcia, Pedro Vasconcellos, René Cesar Barrientos, Valmir de Souza, Vera Salles, Veridiana Negrini, Wanda Martins

São Paulo, 2014

.Equipe do Pontão de Convivência e Cultura de Paz / Instituto Pólis

Coordenação Geral Hamilton Faria

Coordenação Executiva (Ano I) Marilda Donatelli

Assessoria da Coordenação Veridiana Negrini

Assistente da Coordenação Wanda Martins

Relacionamentos e Gestão de Projetos Daniela Greeb, Othon Luiz do Amaral Silveira Junior

Coordenação de Oficineiros Martha Lemos

Oficineiros Alexandre Sammogini, Iraci Oliveira e Emílio Teron

Comunicação 2008-2014 Christiane Gomes, Débora Di Benedetti, Francele Cocco,
Maitê Freitas, Marina Duarte, Luciana Marin Bonaroti

Pesquisa Ana Paula do Val, Beatriz Vieira e Alexandre Barbosa Pereira

Consultores Altair Moreira e Valmir de Souza

Grupo Consultivo do Pontão

Altair Moreira

Ana Paula do Val

Bob Jay

Carolina Caffé

Daniel Hylário

Francisco Coelho

Gerson Brandão

Guilherme de Almeida

Luis Eduardo Tavares

Marcelo Richard Zelic

Marisa Greeb

Othon Amaral

Pedro Pontual

Vilma Barban

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PARTE 1	
Narrativa de uma experiência: diversidade viva, cultura de paz e reencantamento do mundo Hamilton Faria	9
PARTE 2	
Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades: Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade	31
Círculo Cultura Viva da Diversidade	34
Roda de conversa 1	
Políticas públicas para a diversidade e a cultura de convivência	52
Roda de conversa 2	
Mobilidade urbana, mobilidade cultural e convivência	60
Roda de conversa 3	
A apropriação da cidade e os espaços públicos de convivência: ambiente urbano e poéticas de rua	65
Roda de conversa 4.1	
Tecnologias socioculturais e comunicação	71
Roda de Conversa 4.2	
Educar para a paz e o reencantamento das cidades	75
PARTE 3	
Diálogo <i>Ajayu</i> : Cultura Viva e Interculturalidade na América Latina	83
PARTE 4	
Pesquisa sobre Cultura de Paz Ana Paula Do Val e Beatriz Vieira	99
Análise dos indicadores de resultado do Pontão de Convivência e Cultura de Paz Veridiana Negrini	119
Registros visuais	134

Apresentação

Esta obra sistematiza reflexões e ações do projeto do Pontão de Convivência e Cultura de Paz, convênio firmado entre o Instituto Pólis e o Ministério da Cultura. Nela busca-se registrar e sintetizar um percurso criativo inspirado no Programa Cultura Viva, implementado no Brasil com muito êxito a partir de 2004.

Na ampliação do escopo da cultura, foram realizadas ações para além da cultura consagrada e da democratização da cultura, abrindo horizontes para as políticas públicas, além de propor a inclusão da cultura de paz na pauta dos Pontos de Cultura e redes culturais do Brasil e de outros países.

Aqui o leitor vai encontrar uma narrativa inicial que inclui a gênese, caracterização e o itinerário dos trabalhos do Pontão, texto que explicita um percurso com várias pedras no meio do caminho que foram superadas com ações criativas e inovadoras.

O leitor também tomará contato com o projeto e os registros do Encontro Nacional **Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade**, realizado em São Paulo, nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 2013, incluindo-se aí o *Círculo Cultura Viva da Diversidade*, as *Rodas de Conversa*, bem como com os resultados do Diálogo *Ajayu: Cultura e Interculturalidade na América Latina*, debate realizado no Instituto Pólis no dia 20 de setembro de 2013.

Além disso, publicamos uma pesquisa inédita, realizada em 2009, com participantes de Pontos de Cultura e ainda um relatório, produzido em 2014, com indicadores das ações do Pontão durante o seu período de vigência.

Este trabalho é fruto da reflexão-ação coletivas, com a contribuição de colaboradores e agentes de cultura de paz de vários lugares do país e do exterior.

Agradecemos a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta publicação e também aos participantes dos eventos e ações do Pontão, e especialmente do Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades.

Esperamos que esta publicação possa inspirar novas experiências e a formação de paradigmas que contemplem a cidadania cultural e a cultura de paz.

Hamilton Faria e Valmir de Souza, organizadores

Parte 1

**Narrativa de uma
experiência: diversidade
viva, cultura de paz e
reencantamento do mundo**





Parte 1

Narrativa de uma experiência: diversidade viva, cultura de paz e reencantamento do mundo

Hamilton Faria

Poeta, diretor e coordenador da Área de Cultura do Instituto Pólis

APRESENTAÇÃO

Este não é propriamente um texto acadêmico, com a precisão de um cientista que busca através de argumentos sólidos um arcabouço conceitual e de paradigmas para reflexões ou fundamentação de experiências. Tampouco um texto poético fixado nas imagens portadoras de novos mundos da imaginação. É um texto livre, certamente com muitas debilidades, mas com a força de uma narrativa vivida e o sentimento de algo inaugural e diferenciado daquilo que o Instituto Pólis realizou nos últimos vinte anos em prol da cultura brasileira. Trata-se de uma narrativa, portanto, de algo em que a intuição, às vezes fala mais alto, em que interfere a força de nossas convicções e desejos, também, certamente o nosso viés ideológico e político. E as bússolas de uma intuição poética e de um sentimento estético; portanto, subjetividades, ruídos interiores, demandas da alma, cores desejáveis e movimento de águas, - às vezes sem direção precisa, inventando outros caminhos. É algo inaugural porque esta experiência está eivada de muitos feitos anteriores, mas também de soluções criativas para desafios contemporâneos.

Quero destacar que após a minha conhecida atividade durante a ditadura, embora caminhasse sempre com uma visão política do real, privilegiei as sendas da cultura, apoiada na ética e na estética da vida, conectado com a energia-ideia do reencantamento do mundo. Como sabemos, estas realidades são de difícil mensuração, pois tratam de um lado imaterial da cultura, em que os resultados são o próprio processo; em que os produtos são mais valores do que realizações materiais, mais poéticas que resultados numéricos ou somatória de eventos. Portanto, a minha narrativa destacará um conjunto de ações, - pois cumprimos um plano de trabalho estabelecido pelo convênio com o Ministério da Cultura, - mas também ideias e forças para o desenvolvimento humano pessoal e coletivo. Estamos hoje não apenas construindo a democracia no seu sentido institucional, mas trabalhando com valores

civilizatórios, de uma nova forma de viver, de ser, de pensar, de conhecer, a partir de referenciais já presentes na história do país e do planeta. Portanto, extrapolamos o campo da política *stricto sensu* e caminhamos pelas sendas da cultura, pelas transversalidades do conhecimento e da experiência; e pelo tatear de novos caminhos culturais-existenciais.

Uma instituição com propostas de políticas públicas e urbanas, um núcleo “estável” de pensamento, parte em direção à diversidade cultural do país, para os sentimentos dos jovens, para as diversas cores e modos de viver, com o intuito de plantar valores de convivência com a diversidade, com novos sentimentos de estar juntos, vivências que cauterizam chagas das lutas ferrenhas e dos enfrentamentos históricos, para buscar pontos de união, interculturalidade, convivência; e aproximação de experiências e sugestão de políticas públicas.

Mas como começar? Como fazer isso? Ao mesmo tempo dar sequência às práticas (vintenares) de cidadania cultural que plantamos nas cidades brasileiras no pós-ditadura, e inventar novos caminhos que não se restringissem a valores universais educativos para a prática da paz, pois os valores já estavam estabelecidos pelas práticas de cultura de paz e construídos pela UNESCO - referência fundamental para todo o trabalho desenvolvido. Sempre trabalhamos em equipe, com vários conhecimentos e práticas diversas, portanto, o que vou narrar é fruto de minhas reflexões embebidas de muitas experiências e visões; o que sempre enriqueceu o nosso trabalho.

O Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis está nascendo.

OLHANDO PARA HORIZONTES E POSSIBILIDADES

Em meados dos anos 1990, o Instituto Pólis foi protagonista da criação do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) com outras instituições – uma articulação nacional que integrou a prática e o debate cultural de 27 estados brasileiros, um feito inédito naquele momento da história. Fomos estimuladores de realidades - não tenho dúvida alguma em dizer isso - da gestão cultural de vários municípios brasileiros e do próprio cenário propício da gestão de Gilberto Gil, que ensaiou um verdadeiro salto de qualidade no desenvolvimento cultural brasileiro recente. Naquele momento falávamos da importância da cultura para o desenvolvimento social, para a qualidade de vida, para a sustentabilidade. Defendíamos processos participativos na cultura, com conselhos, conferências, escutas, descentralização das ações no território; propúnhamos uma democracia cultural e não apenas a democratização da cultura. Contrapúnhamos este projeto a outro de “acesso aos bens e democratização

Mas como começar? Como fazer isso? Ao mesmo tempo dar sequência às práticas (vintenares) de cidadania cultural que plantamos nas cidades brasileiras no pós-ditadura.

Já falávamos em paz desde meados da década de 1990, como elemento constitutivo do desenvolvimento humano. A “Agenda cultural para o Brasil do presente”, de 2003, consolida este caminho.

da cultura”, promovido por alguns dirigentes culturais e pelo próprio Ministério da Cultura do Governo Fernando Henrique Cardoso, que pouco via os processos criativos e participativos e a autonomia dos grupos culturais. Dizíamos que o acesso era importante, mas que na verdade tratava-se da diversidade e do pluralismo e não apenas do acesso a uma cultura já estabelecida.

O centro do nosso trabalho era o desenvolvimento humano e criticávamos aqueles que consideravam a cultura como “um bom negócio”, lema da gestão do Ministro Francisco Weffort no Ministério da Cultura. Era o momento da implementação da Lei Rouanet e de outras leis locais como Lei Mendonça, que buscavam auferir recursos para a cultura. Os artistas e produtores culturais embalados e vivendo anos de pindaíba iludiam-se com este debate; e o Instituto Pólis era sempre um contraponto à centralidade das leis de mercado. Dizíamos que as leis de cultura para acessar recursos deveriam subordinar-se aos processos participativos, ao debate da questão cultural e das políticas culturais, contextualizadas no cenário de desenvolvimento humano do país. Participei de centenas de encontros de norte a sul do país, na qualidade de secretário-executivo do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC), juntamente com Valmir de Souza e outros integrantes do FIC. Desde 1992 produzimos livros, CDs, textos, publicações sobre estas reflexões. O nosso trabalho ganhou grande credibilidade a ponto de secretários do Ministério da Cultura reconhecerem publicamente que tudo o que estavam fazendo era também inspirado nas experiências do Pólis e do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC). Consideramos estranhas algumas reconstituições do período feitas por pesquisadores que demonstram desconhecer este momento qualitativo que preparou as condições para o desenvolvimento cultural que se expandiu após os anos 2000.

Através do FIC mantivemos acesa a chama da Cidadania Cultural nascente durante a gestão de Marilena Chaui na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Em meados dos anos 90, abrimos um debate cultural nacional envolvendo nomes como Aziz Ab’Saber, Marina Silva, Nicolau Sevcenko, Flávio Di Giorgio, Iara Petricovsky, Caio Ferraz, Joãozinho Ribeiro, Bernardo Mata Machado, Guilardo Veloso, Marta Porto, Herbert de Souza/Betinho, Marilena Chauí, Luis Roberto Alves, Maria Lúcia Montes, Francisco Ferron, Danilo Miranda, Altair José Moreira, Celso Frateschi, Marcus Accioly, José Gomes Sobrinho, Bené Fonteles, Dan Baron, Pedro Garcia, Marta Arruda, João Pimentel, Tião Soares, Valmir de Souza, este que vos fala, e outros que participaram deste rico processo que repensou a trajetória da cultura brasileira entre 1994 e 2004, data de realização da última grande atividade do Fórum: O Encontro de Cultura das Cidades realizado com o SESC/Rio, em 2004.

O FIC E A CULTURA DE PAZ

Já falávamos em paz desde meados da década de 1990, como elemento constitutivo do desenvolvimento humano. A “Agenda cultural para o Brasil do presente”, de 2003, consolida este caminho: “Um novo movimento social cresce, principalmente nas grandes cidades: o da cultura da paz. Inicialmente causa um estranhamento mesmo àqueles acostumados com a cultura da violência. No ano 2000, considerado pela UNESCO o ano da Cultura de Paz, foi feito um chamamento aos povos do mundo por uma cultura de paz e não violência em um Manifesto assinado por um grupo significativo de personalidades agraciadas com o prêmio Nobel. Neste Manifesto a cultura de paz é entendida como: respeitar a vida; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta; redescobrir a solidariedade. Resumindo, a cultura de paz significa a rejeição de todo o tipo de violência à vida—seja sexual, física, psicológica, das palavras e ações.”(1)

E chamávamos a atenção para um fato evidente: a presença da cultura da violência em nosso modo de vida, particularmente nos bairros mais pobres das cidades, nas regiões rurais, entre os jovens das escolas públicas. Acenávamos para o diálogo e criticávamos as ações belicosas do presidente Bush. Anunciávamos também o surgimento de redes, conselhos, ações em defesa da vida, atividades de grupos religiosos, ONGs, etc presentes com propostas de cultura de paz. Identificávamos como pontos de violência o crime organizado, a violência da polícia e apontávamos a cultura de paz como única e exclusiva via possível para a construção das sociedades sustentáveis no mundo contemporâneo. Por outro lado dizíamos, na *Agenda Cultural para o Brasil do Presente*, em 2003:

“É importante reafirmar que cultura de paz não significa ausência de luta, não reconhecimento ou enfrentamento de conflitos, ou formação de imaginários homogêneos, pelo contrário, é uma resistência ativa, porém de caráter pacífico e propositiva.

No próximo período as políticas públicas deverão agendar o tema da paz como transversal em todos os campos da atividade humana e mobilizar a sociedade para a resolução pacífica dos conflitos.”(2)

E passamos a construir juntamente com a população os conselhos municipais de cultura de paz em São Paulo e Itapecerica da Serra. Posso afirmar, sem medo de errar, que estamos na origem dos conselhos de cultura de paz que surgem em São Paulo e Itapecerica da Serra. Em São Paulo aprovamos, com várias instituições, a Lei do Conselho de Cultura de Paz (Mandato do Vereador Nabil Bonduki) e em Itapecerica, em parceria com a Secretaria de Cultura, coordenada por Sebastião Soares, criamos o primeiro (ou um dos primeiros) conselho municipal de cultura de paz do país.

Estavam lançadas as sementes do que ocorreria depois. Começamos a participar também do Conselho Parlamentar da Cultura de Paz, na Assembleia Legislativa, com Vera Salles e eu na representação; contribuímos também para a sua criação. O Conselho Parlamentar de Cultura de Paz—CONPAZ, que reuniu dezenas de entidades e grupos religiosos, culturais e sociais, liderados pela Associação Palas Athena, durante seu período inicial constituiu-se como uma verdadeira incubadora de projetos e valores de cultura de paz. Ali estavam presentes a UNESCO, representantes

Cultura de paz não significa ausência de luta, não reconhecimento ou enfrentamento de conflitos, ou formação de imaginários homogêneos, pelo contrário, é uma resistência ativa, porém de caráter pacífico e propositiva.

do legislativo, de associações da sociedade civil, da universidade, do governo e um número eloquente de organizações religiosas. Era um ponto de convergência de redes culturais de São Paulo, as mais significativas no contexto da cultura de paz. Dali saíram proposições de articulação de conselhos municipais em várias cidades, seminários, encontros, metodologias, ações, campanhas, atos públicos, celebrações; e por ali circulava uma plêiade de personalidades e um conjunto de valores gandhianos de não violência e de valores do bem viver. Estes valores reverberavam também pelo Comitê Paulista da Década da Paz (3) que desempenhava um papel fundamentalmente formador de uma outra consciência assentada em valores de paz e não violência.

Algumas instituições, técnicos, funcionários e mesmo diretores do Instituto Pólis passam a ouvir e conviver com os novos repertórios: não violência ativa, *ahimsa*, *satiagraha*, escutas, artemetodologia, políticas públicas de cultura de paz, desenvolvimento com cultura de paz, tecnologias socioculturais de convivência etc. Alguns silenciosamente sinalizavam o estranhamento com estes valores na instituição, mas não podiam contestar a atualidade da cultura de paz com o recrudescimento da violência urbana. Tomamos como caminho a explicação, ao coletivo e às organizações que nos apoiavam, o esclarecimento dessas questões, e de como uma instituição envolvida com o desenvolvimento humano, sustentabilidade e cidadania cultural deveria abraçar estes temas. A esta altura já estávamos envolvidos com redes internacionais, como é o caso da “Aliança por um Mundo Responsável Plural e Solidário”, que já defendia a paz, inclusive com grupos formados em vários países, já na década de 1990, e incluía esta questão em suas participações e debates. No início dos anos 2000, em Syros, na Grécia, concluímos com 24 países a “Carta das Responsabilidades Humanas” que incluía a cultura de paz entre seus princípios, proposta pelo Pólis e pelo Fórum Intermunicipal de Cultura. Edgard Morin estava no Comitê de Redação, onde também participamos, com Edith Sizoo (França) e Gustavo Marin (Chile). Mas na agenda cultural do país ainda era um tema inexistente e identificado com o Pólis, e pessoalmente comigo. Certa vez, participando de uma mesa com o ministro Gilberto Gil, durante o almoço, falei alto, para assessores ouvirem: “Ministro, vamos incluir na agenda do Ministério a cultura de paz?”. Imediatamente a sua assessora de comunicação social, Nanan Catalão me procurou para agendar um encontro. Estávamos em agosto de 2006, quando participei da mesa de avaliação da gestão Gilberto Gil, juntamente com a UNESCO e SESC, evento promovido pela Carta Capital, no Museu de Arte Contemporânea, em São Paulo (4). Daí para a criação do Pontão foi um pulo. Já estávamos conectados com o Ministério da Cultura e com o secretário Célio Turino, além de desenvolvermos

algumas assessorias no campo das culturas populares, no I e II Seminários das Políticas Públicas para as Culturas Populares e I Seminário para as Políticas Públicas das Culturas Populares para a América do Sul, no qual cocoordenamos os eventos e desenvolvemos a metodologia para a sua realização. Paralelamente discutíamos num grupo com várias entidades na Associação Palas Athena sobre a possibilidade de um projeto comum a ser apresentado para o Ministério. Este, por vários motivos que fogem do escopo desta narrativa, não seguiu. Em virtude da nossa história fomos escolhidos pelo Minc para apresentarmos um Plano de Trabalho e nos candidataríamos a “Pontão de Convivência e Cultura de Paz”. Simultaneamente foi aberto o Edital e nos inscrevemos sendo aprovados com a pontuação máxima.

E LA NAVE VA

Em 2007 apresentamos uma proposta de trabalho para a Secretaria da Diversidade Cultural, do MinC, coordenada por Célio Turino. Esta secretaria era a responsável pelo Programa Cultura Viva que incluía os Pontos de Cultura, um conjunto de ações que buscava fortalecer as práticas culturais de coletivos, associações, grupos, redes com experiências já em curso; desejava-se, na expressão do próprio Turino, “desesconder” o Brasil, até aquele momento com experiências substantivas mas “invisíveis” em todo o país, particularmente de jovens, culturas tradicionais e populares e segmentos da diversidade. O objetivo era, através do trabalho em rede, empoderar com autonomia e protagonismo estes grupos, fortalecer sua criatividade e suas propostas de mudança a partir do território ou mesmo de comunidades específicas. E constituiu-se como a política pública de cultura de maior sucesso de todos os tempos, naquele momento contando com centenas de experiências em todo o país e alguns pontões (educação, tecnologias digitais, ecologia, mapeamento etc) -mas ainda não existia um ponto de cultura de paz. O próprio “tema” ainda causava estranhamento ao Ministério da Cultura. Os ativistas da cultura, e principalmente militantes de movimento ou ligados ao Partido dos Trabalhadores, outros partidos ou segmentos culturais, salvo raras exceções, desconfiavam da cultura de paz e a entendiam como ocultação de conflitos e contradições ou colocar panos quentes na “luta de classes”. A estratégia desses segmentos ainda passava, certamente, pela possibilidade da violência, apegada a um imaginário fértil das décadas de 1960/70. Mas atuávamos também neste campo das políticas culturais e sempre enfrentávamos estes desafios. Foi o caso de um palestrante que abriu uma fala dizendo “não sou da cultura de paz e do reencantamento como o Hamilton Faria, minha visão de cultura é outra”. Em 2004, no Maranhão, sensibilizado com a cultura de paz, Joãozinho Ribeiro, do Fórum de Cultura de São Luís, incluiu um debate sobre cultura de paz e reencantamento do mundo, que foi uma espécie de apresentação dessas novas ideias que começavam a se evidenciar nas políticas públicas de cultura do Brasil. Com a participação de redes de todo o país, falamos sobre a centralidade da cultura de paz para o desenvolvimento humano, para a qualidade de vida e a cidadania cultural. Tivemos no início do trabalho como principal tarefa explicar aos técnicos e às redes culturais do país o que era a cultura de paz.

Escutar é colocar-se no lugar do outro, abrir-se para a possibilidade do outro em si, sair da sua redoma para o movimento de acolher e crescer com o outro.

A ARTEMETODOLOGIA DAS AUSCULTAS

Fomos atrás de fontes inspiradores: a nossa própria reflexão sobre cultura, que já acolhia o desenvolvimento humano – soluções e metodologias pacíficas; a nossa intervenção temática nas redes culturais que se inicia mais incisivamente no início da década da cultura de paz (2000); a nossa presença na inspiração e formação de conselhos municipais de cultura de paz; o aprendizado ao escutar o território. Entre 1997-2004 participamos da construção do projeto Barracões Culturais da Cidadania inspirado por Tião Soares, um ardente formulador e inspirador da “Auscultação Social”, a metodologia por excelência dos Barracões. Mais tarde, em 2005/2006, trabalhamos e desenvolvemos essa metodologia com jovens da Cidade Tiradentes. Construímos em conjunto um livro a partir da escuta dos jovens (*Jovens da Cidade Tiradentes/ De onde ecoam suas vozes?*). Buscávamos escutar dialogando com suas culturas. Escutar é colocar-se no lugar do outro, abrir-se para a possibilidade do outro em si, sair da sua redoma para o movimento de acolher e crescer com o outro; dar visibilidade ao outro, contribuindo para a sua revelação e legitimação e, assim, no limite, levar o outro consigo na trajetória de seus fazeres, sentires e saberes – enfim, considerar o outro como parte integrante da sua vida. Portanto, não é um método “científico” que facilita a “chegança” a algum objetivo, é a própria vida em conversação. O estar em roda (pedagogia da circularidade) propõe uma forma diferenciada de convivência, desperta o pertencimento ao todo e à valorização de cada um, e proporciona relações mais horizontais, colaborativas e íntimas.

O que significa isso? Significa que não queríamos apenas pesquisar o desejo e intenção dos jovens, suas escolhas e preferências, seus dilemas e propostas. Queríamos mais: seus ruídos interiores, o burburinho subjetivo, imerso dentro de cada um e nos coletivos; queríamos conhecer a sua cultura, de onde emergem as suas propostas, suas cores e tons, sonhos e imaginários. Era um momento único para ouvi-los – sempre de forma ativa, com debates e propostas, articulação em rede, conexões com a cultura local. Mas, principalmente, valorizá-los como pessoas relacionais, consigo e com o outro, e acolhê-los dentro de suas potências e limites; legitimá-los como pessoas e protagonistas da vida e da cultura. A artemetodologia trazia consigo elementos de metodologias mais científicas, com técnicas de grupo, e aportes mais sensíveis próprios da percepção artística, das “antenas da raça” que captam a beleza, o imprevisível, o impossível, o inimaginável. Um trabalho de construção delicado dirigido e concebido pelas educadoras Martha Lemos, Daniela Greeb, Veridiana Negrini, Marilda Donatelli, Wanda Martins e eu, com a colaboração de Alexandre Samoginni, Iraci Oliveira e Emílio Teron. Um trabalho do ativista cultural, do artista, do educador, mas algo inovador que integrava estes conhecimentos e sensibilidades. A artemetodologia valorizava a pessoa, o ser cultural, as redes da qual participava, integrava e respeitava saberes, desde fontes ancestrais a saberes tecnológicos e digitais, e propunha

a aproximação física, emocional e cultural, o mapa da convivência, as propostas de políticas culturais. E várias vivências: objetos-símbolos do grupo, fogueiras poéticas, as dádivas da paz, a poética do silêncio, as escutas poéticas, jogos, desenvolvimento dos sentidos etc. Foram vários os elementos que integraram este trabalho. O silêncio aqui ganha especial relevo: forma de contato com realidades sensíveis, concentração, sabedoria ancestral, conhecimento do outro e de si mesmo, escuta—tudo eram propriedades do silêncio.

Um grande horizonte que se abriu para dar consistência conceitual a nossas práticas foi, sem dúvida, o Manifesto 2000 da UNESCO, especialmente em três pontos definidores da cultura de paz: “o respeito à vida”: tomamos isso ao pé da letra, como respeito a toda a comunidade dos seres vivos—os direitos, as expressões da diversidade, a biodiversidade, as poéticas da existência; “a não violência” em todos os sentidos - direta, simbólica e estrutural (verbal, sexual, étnica, de gênero, etc) e especialmente o “ouvir para compreender”. E é neste último que residirá o fulcro de nossa artemetodologia.

Precisávamos ouvir em todos os sentidos: o momento cultural de cada um e do grupo, suas relações com o território e a cultura, com outras redes, suas críticas às políticas públicas estabelecidas, o seu processo de convivência, o momento civilizatório do planeta, o acolhimento da ancestralidade, e indagações sobre o futuro. Só a partir daí iríamos forjar a convivência, aproximar pontos e reforçar a contribuição intercultural de cada grupo. Então, partimos para a grande tarefa: a de aproximar as redes culturais e a cidadania cultural dos conteúdos e redes de cultura de paz, sem dúvida um trabalho jamais realizado : partimos para auscultar 20 pontos de todo o país e mais de 600 pessoas atuantes, envolvendo principalmente jovens do teatro comunitário, cultura digital, matriz africana, matriz indígena guarani, meio ambiente, protagonismo juvenil nas periferias das grandes cidades, hip hop, saúde sexual reprodutiva, audiovisual, teatro de rua, ação griô e culturas tradicionais, capoeira etc. Uma experiência única de trato com a diversidade.

E dançamos com os capoeiristas da Bahia; tocamos tambores com participantes de terreiros de Pernambuco; fumamos o Pityguá (cachimbo) com os guaranis de São Paulo; cantamos com os jovens do hip hop, com os ambientalistas da Amazônia; aprendemos com os quilombos e com a cultura negra a força da ancestralidade; interrogamos o poder das tecnologias com comunicadores de Belo Horizonte; nos desafiámos para escutar os surdos-mudos do Rio de Janeiro; subimos o morro com os artistas de Niterói; conhecemos melhor os artistas de teatro da zona leste de São Paulo e os trabalhos de direitos humanos da zona sul; aprendemos com jovens em ações de prevenção da drogadição do centro da cidade e outros. Foi impressionante a forma como nos acolheram— não apenas pelo enorme respeito do Pólis na vida cultural do país - mas também pela forma digna e humilde com que abordamos os grupos,

A artemetodologia valorizava a pessoa, o ser cultural, as redes da qual participava, integrava e respeitava saberes, desde fontes ancestrais a saberes tecnológicos e digitais.

desejando mais ouvir e aprender do que ensinar; ainda mais: a grandeza da proposta de cultura de paz prometia invadir ambientes antes destinados a aderir à cidadania cultural afastada desta energia positiva.

E aqui desejamos fazer três agradecimentos. Ao Célio Turino, então secretário responsável pelo Programa Cultura Viva, que acolheu a proposta em adesão de primeira hora, personalidade vital e fundamental para a cultura do país e do planeta. À Lia Diskin, que há muitos anos vem desenvolvendo proposta de cultura de paz através da Associação Palas Athena, que em todos os momentos dialogou conosco com a sua peculiar paciência e capacidade de ouvir e inspirar, mesmo em momentos difíceis da construção inicial do Pontão. E ao Conselho Consultivo do Pontão, instaurado em 2008, que balizou as nossas ações, especialmente a Guilherme de Almeida, que participou da origem da proposta do projeto. Naquele momento o núcleo do Pontão, ainda com pouca experiência de gestão nesta área, elaborou uma proposta desterritorializada, centrada nos valores universais, sem ambiência nos espaços vulneráveis dos jovens dos bairros das cidades. O recado da sua primeira reunião foi duro, tenso, mas mexeu em zonas de conforto e foi definitivo para o seguimento do trabalho.

O cenário estava pronto para o início das ações. De agosto de 2008 a fevereiro de 2009, cobrimos o país com nossa equipe, trazendo conteúdos, transformando-os em peças de comunicação, em outros diálogos, em propostas e articulação de redes. Para isso, criamos um GT cultura de Paz na Teia, participamos desde a primeira Teia (SP, 2008), BH (2009) e Fortaleza (2010) com palestras, ações e oficinas sobre convivência e cultura de paz. O tema ganhou discursos, textos, presença no site do Ministério da Cultura (Minc), em sites de dezenas de ONGs, ações e articulações locais e regionais; imaginários. Como era de se esperar, também gerou resistências e contrapontos: “cultura de paz é apagar conflitos”, “é submissão”, “não se pode falar em paz em tempos de guerra”; “não somos da cultura de paz”; “tem que ser é na porrada”; “não há saída para a paz” etc. Tratávamos de responder a tudo com acolhimento – nas reuniões, nos diálogos promovidos pelo pontão, nos encontros do ministério. Gandhi chegou fortemente em nosso trabalho com algumas máximas: “devemos ser a mudança que queremos ver no mundo”; “olho por olho, dente por dente, todos acabaremos cegos e banguelas”; “tudo que vive é o teu próximo”; “a violência é o caminho dos fracos”; “quero que todos os povos circulem pela minha casa...”, e também textos da UNESCO, Rubem Alves, Paulo Freire, Palas Athena/Lia Diskin, Albert Schweitzer, pensamentos indígenas, cosmovisões de matriz africana, Mestre Didi, Bené Fonteles, Pedro Garcia, elaborações “vintenares” da área de cultura do Instituto Pólis, Leon Tolstói, Martin Luther King, Nelson Mandela, Paulo Freire, Joseph Campbell, Marisa Greeb, Francisco Coelho, Gaston Bachelard, Edgard de Assis Carvalho, Octávio Paz, Marilena Chaui, Célio Turino, Gilberto Gil, Zigmunt Bauman, Gilles Deleuze, Edgard Morin, Maria Lucia Montes, Azis Ab’Saber, Octávio Ianni, Dan Baron e tantos outros enriqueceram a nossa forma de ver o mundo. O interessante é que estávamos trazendo uma literatura pouco conhecida das redes culturais que estavam mais ambientadas em ícones da esquerda com propostas ainda expressas num vocabulário de guerra - luta, militância, enfrentamento, estratégias, táticas, alvos, tiros e outras expressões formavam um vocabulário hegemônico da comunicação. Os autores citados apontavam para outros caminhos diferenciados que instauram outras realidades

sensíveis, modos de vida e de imaginar o mundo centrados na construção de uma cultura da vida e não apenas na luta política/cultural. Propúnhamos também contribuir para refundar a linguagem, já que estávamos num momento outro da história da humanidade. Aqui a metáfora da “Metamorfose” de Morin é fundamental. Não se trata de um processo de revolução, ruptura de classes de forma violenta onde instauramos uma realidade completamente nova; trata-se de um processo de emancipação da lagarta dentro do casulo - e lá dentro existem partes decompostas e partes novas - temos o novo e o velho em tensão para que a borboleta se forme desta realidade. Portanto, já temos aqui elementos do novo, sendo pautados nestas experiências dos Pontos de Cultura e do próprio Pontão de Convivência e Cultura de Paz. E assim fomos construindo nosso mundo no interior dos Pontos de Cultura e da Sociedade. Desde o início nos propusemos também a falar com a sociedade, não apenas com as redes especificamente culturais. Participamos de várias ações internacionais junto com dezenas de redes do país e fora dele: UNESCO, Fórum Paulista para a Década da Cultura de Paz, Associação Palas Athena, Centro Cultural da Espanha, UMAPAZ, Le Monde Diplomatique Brasil, Rede Mundial de Artistas, Associação Brasileira de Arte Educação, IDEA/International Drama Education Association, Rede Cultura Viva Comunitária, Plataforma Puente, Articulação Latino-Americana de Cultura e Política (ALACP), Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário, Rede Carta das Responsabilidades Humanas, SESC, Programa Cultura Viva/Ministério da Cultura etc. Nestes encontros buscamos aproximar redes internacionais e cruzar com redes nacionais e locais, desenvolver uma pedagogia da convivência, socializar experiências e conceitos, fortalecer enfim uma “cultura da cultura de paz”. Realizamos também muitas sessões de diálogo no Instituto Pólis ou mesmo nos bairros e outros espaços como as Teias municipais, estaduais, regionais e nacionais, nas quais estivemos envolvidos na sua produção e organização, principalmente através da presença ativa da equipe técnica do Pontão. Os temas variaram: desde novas tecnologias (em interface com projeto de Mídias Livres do Pólis, coordenado por Luis Tavares, seguido por Carol Caffé), a participação cultural, a interculturalidade na América Latina, meio ambiente, democratização dos meios de comunicação, direito à cidade e convivência, poéticas de rua, tecnologias socioculturais de convivência, etc; tudo isso com arte, culturas ancestrais, novas tecnologias, escutas, debates públicos etc. Uma das propostas importantes que criamos foi o Apropriarte/Conviver em Paz nas Cidades. Nossa intenção era criar uma metodologia de trabalho nos espaços públicos, apropriar-se destes lugares, dar um sentido cultural e educativo a estes espaços, democratizar a palavra com pessoas que geralmente estão fora dos lugares de representação. Realizamos vários “Apropriarte” nestes anos de trabalho. Destacamos dois eventos: em 2010, em Santa Teresa/Rio de Janeiro e Praça da República/São Paulo. Estes dois eventos reuniram moradores da região para expressar a sua arte e forma de ver o mundo, a sua voz e as cores locais. Reafirmamos nestes eventos a importância da apropriação dos lugares públicos- não apenas da presença da arte, mas da educação nas ruas, com metodologias apropriadas-com a presença de música, falas, rádio web, dança e outras manifestações culturais. Nestes anos (2008-2014), também desenvolvemos trabalhos em espaços educativos como a Fundação Casa e a EMEF Armando Cridey Rhiguetti na zona leste de São Paulo. Foram eventos de

capacitação para a convivência e cultura de paz que trabalharam princípios, valores, experiências e caminhos possíveis para a convivência em paz. A nossa linha de publicações, sistematizando experiências e reflexões, sempre foi um fato central na vida do Pontão de Convivência, tradição que já vinha do Instituto Pólis, e especialmente da área de cultura. Nestas publicações debatemos o papel do artista e da arte, as políticas públicas de cultura de paz, os espaços públicos de participação, as metodologias de trabalho com cultura de paz, as pedagogias da convivência e educação para a paz, a arte, o reencantamento do mundo e direito à cidade. Tudo isso também difundido nas redes - boletins, twitter, facebook, sites etc, em nossos meios de comunicação, que atingem milhares de agentes socioculturais no país e em todo mundo. Defendíamos a importância da comunicação para a cultura de paz, para desconstruir valores, lançar novas culturas e desafios contemporâneos. Compreendíamos que a própria difusão de um pequeno evento já tem presença no contexto da construção de valores de cultura de paz em uma pequena mídia da paz, ao se apresentar ao mundo.

O ENCONTRO NACIONAL CONVIVER EM PAZ NAS CIDADES

Quero destacar nesta narrativa o Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades, uma espécie de ponto culminante das realizações e energias destes seis anos de trabalho. Buscamos integrar as agendas dos Pontos de Cultura, da ação do Pontão e da agenda da cidade de São Paulo, num cenário marcado pelo recrudescimento da violência, violação a direitos humanos e degradação da qualidade de vida—enfim, um convívio problemático entre os diferentes que formam a cidade—espaços públicos degradados, ausência de diálogo e cansaço de uma gestão municipal afastada dos interesses reais da cidade, desde a década passada. Identificamos que havia carência de políticas públicas de convivência e cultura de paz e que o estado não foi ator nesse processo. O Encontro Nacional propôs a articulação e formação de agentes de cultura de paz, fortalecimento das redes existentes, pensar a ampliação das ações e sua transformação em políticas públicas e contribuir para a construção de uma agenda nacional de cultura de paz.

Assim, ampliamos o debate com a presença de praticamente todas as importantes redes de cultura de paz do país e governo local comprometidos com a convivência e o direito à cidade; estimulamos a troca de saberes em diversos grupos e temas como diversidade e convivência, mobilidade urbana e mobilidade cultural, apropriação dos espaços públicos, tecnologias socioculturais, educação para a paz e reencantamento do mundo, e comunicação e cultura de paz. Os temas foram construídos pelo Pontão a partir de diálogos das auscultas, diálogos com parceiros e participação nas redes e favoreceram a aproximação entre redes culturais e redes de paz e direitos humanos, com a participação de cerca de 150 agentes culturais e participantes de 12 estados brasileiros, afora centenas de outros presentes em eventos preparatórios. Finalmente, o Encontro Nacional fortaleceu estes temas conectados com paz no Programa Cultura Viva de todo o país. A avaliação geral dos participantes chamou a atenção da riqueza e diversidade do encontro, a oportunidade do tema e sua urgência em relação ao avanço da violência em todas as suas formas e dimensões. Por outro lado, o evento aproximou visões diferenciadas, que no debate cultural ficam em lados muitas vezes opostos, e que praticamente não se utilizam do diálogo para

a convergência de visões. E ali estavam convivendo em paz com as suas diferenças. A síntese dos resultados está sendo apresentada nesta publicação e fundamentarão a continuidade do Pontão em outros editais.

CULTURA DE PAZ E CULTURA VIVA COMUNITÁRIA: A INTERCULTURALIDADE

Já havíamos participado de várias atividades internacionais com foco na cultura de paz das quais podemos destacar o curso de capacitação para professores e jovens em Medellín (Colômbia). É interessante que, apesar de experiência de décadas na construção de processos regionais de paz, ainda identificamos a pouca apropriação de muitos conceitos por parte de ativistas locais e da América Latina. Realizamos também um encontro singular com jovens de vários países em bairros de Medellín, onde uma das metodologias foi a imersão no território com perguntas para a população sobre o que é paz. A partir daí realizamos as nossas reflexões e conversamos sobre conceitos e experiências.

Em 20 e 21 de maio de 2013 o Pontão realizou em La Paz O Círculo de Visão “Cultura de Paz, Convivência e Interculturalidade”, na sede da Universidad Mayor de San Andrés, com a participação de Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile e Peru. Após vivência e testemunhos identificamos questões relativas a desafios da cultura de paz no continente, as principais propostas e demandas, e elaboramos documento a ser incorporado como decisões do *1º Congresso Latino-americano Cultura Viva Comunitária*. Destacamos a seguir algumas dessas importantes questões.

Propusemos que no documento final do encontro se considerasse a Rede Cultura Viva Comunitária como expressão da diversidade cultural com cultura de paz; que a cultura de paz seja entendida nos marcos do Manifesto 2000 da UNESCO: respeitar a vida, rejeitar a violência, ouvir para compreender, preservar o planeta, redescobrir a solidariedade, com a participação da comunidade e respeito aos princípios democráticos; que a cultura de paz não é sinônimo de passividade, desconhecimentos dos conflitos ou esquecimento, mas resistência ativa para a construção de um mundo melhor; que deve cuidar da linguagem e do vocabulário, expressando a comunicação não violenta, o cuidado com os outros e com a comunidade dos seres vivos—as palavras devem ser guardiãs do encantamento; queremos construir não apenas projetos políticos e culturais, mas mundos amorosos, coloridos, poéticos, que expressem o nosso sentimento estético e emotivo—queremos que nossa ação incorpore a poética de nossa existência na América Latina e na Terra (Pachamama); a violência direta, cultural/simbólica e estrutural deve ser rejeitada com resistência ativa e pacífica.

Assim, as principais propostas decorrentes são: a Cultura Viva não é apenas um lugar cultural e político, mas também de encontro afetivo, amoroso, de descolonização dos corpos e desarmamento dos espíritos.

A Rede Cultura Viva Comunitária deve ser a expressão da cultura de paz na América Latina e as suas ações devem ser entendidas como aquelas que fomentam a Cultura de Paz. Deve-se também fortalecer a participação cidadã na tomada de decisões e as redes de soberania alimentar e comércio justo. Em relação às metodologias,

A Cultura Viva não é apenas um lugar cultural e político, mas também de encontro afetivo, amoroso, de descolonização dos corpos e desarmamento dos espíritos.

as propostas indicaram o método da escuta para fomentar a cultura da não violência e desenvolver metodologias de conversação, mediação, comunicação não violenta e participativa envolvendo escolas, lugares públicos e outros espaços de convivência, além da criação de círculos restaurativos de paz nos territórios; e a criação de prêmios que dignifiquem cultura de paz. Finalmente, a democratização dos meios de comunicação e a multiplicação de mídias da paz.

Acreditamos que o encontro – mais do que o tamanho do público que participou nas oficinas – plantou sementes de cultura de paz nas redes culturais da América Latina a partir da pergunta: “o que conecta o nosso fazer social, cultural e cotidiano com a construção de cultura de paz?”. Construimos propostas levando-se em conta a necessidade premente de mudarmos os padrões de relação com a vida, saindo definitivamente dos modelos baseados na violência. Analisamos também propostas de direito à vida na América Latina destacando a criação da Ley Madre Tierra (Bolívia), La Ley de los Derechos de la Naturaleza (Equador) e os projetos brasileiros de Florestania e Hidrociudadania (Brasil). Para finalizar o Encontro, a educadora Martha Lemos propôs sintetizar a oficina em silêncio, dança e som, afinando o mote do encontro: o de descolonizar o corpo; tudo isso com o som de tambor, maracá e de cantos xamânicos de louvor a Pachamama (Mãe Terra) e flauta indígena australiana.

Pode-se traduzir o trabalho deste “círculo de visão” como uma poética do encontro, em que buscamos uma relação com nossos potenciais afetivos e culturais, a unidade na diversidade (as várias visões de países e experiências) e um pertencimento à natureza, e diálogos com fortes cosmogonias ancestrais. No campo das propostas surgiram temas e ações transversais que podem potencializar a construção da cultura de paz na América Latina a partir das redes de cultura viva.

E ASSIM CHEGAMOS AOS RESULTADOS

Como devem ser medidos resultados de um trabalho dessa natureza já que incidem sobre a cultura? Como disse, temos uma cultura formada em contextos bélicos, no confronto; assim foi formada a nossa independência, a República, as ditaduras e as democracias. A inspiração da revolução francesa, revolução russa e independência dos países coloniais e luta contra as ditaduras recentes é mais que evidente em nossa formação política e cultural. Quando a sociedade não dá conta de seus conflitos aponta-se para o caminho da violência para forçar mudanças.

Desde o início desejamos pavimentar este caminho aproximando as redes de caráter cultural convencionais das redes de cultura de paz, fazer com que tal “tema” adentrasse este mundo cultural e artístico e logicamente político. Dentro mesmo de nossa instituição, conforme já dissemos, não estávamos acostumados com esse linguajar, que é diferente dos jargões políticos: passamos a falar de diálogos, negociações, valores,

Nas Auscultas, os jovens reconheceram o valor da sua experiência pessoal e cultural indicando caminhos de convivência e propostas de políticas públicas.

escutas e auscultas, solidariedade, respeito à vida, integração com a comunidade dos seres vivos - temas que ampliam a visão do direito à cidade, para além do urbanismo convencional e da cultura, para além das artes e das práticas estritamente culturais.

Reconhecemos que fizemos bem isso: nossos temas ganharam o país e a América Latina, chegaram nos confins da Amazônia e do nordeste, nos grandes centros urbanos e no sul do país. Após as nossas Auscultas, pessoas propunham encontros locais, incluíam a paz de forma explícita em suas agendas, colocavam placas “Aqui se faz cultura de paz” na parede dos pontos, incluíam em textos etc. Durante esses anos mantivemos ativa a nossa comunicação nas redes sociais e no site do Instituto Pólis e muitos outros sites do país reproduziam nossas notícias, além de entrevistas e textos na grande imprensa e na imprensa alternativa. Por outro lado, em todas as oportunidades criamos nossos próprios espaços de cultura de paz, para o debate de valores e práticas de convivência.

Nas Auscultas, os jovens reconheceram o valor da sua experiência pessoal e cultural indicando caminhos de convivência e propostas de políticas públicas, fortalecendo redes locais, aproximando-se com o território e com articulações nacionais. É certo que estes acontecimentos já estavam em curso também na própria experiência dos Pontos de Cultura. A novidade é que, com nossas Rodas de Conversa com artemetodologia, fortalecemos ainda mais estas dinâmicas, reforçando os aspectos de construção da paz do ponto de vista individual e grupal, contextualizando a experiência num cenário nacional e internacional; e conceitual. O resultado foi que os Pontos de Cultura identificaram-se com essas experiências e muitos reconheceram que na sua visão de participação, de diversidade e cidadania já estavam presentes valores de cultura de paz - e isso contaminou as redes de várias regiões. Um dos melhores resultados da experiência foi a nossa presença na construção de vários encontros internacionais. Atuamos com redes voltadas especificamente para a cultura de paz em encontros que mobilizaram dezenas de importantes redes internacionais com temas os mais múltiplos: pedagogia da convivência, políticas públicas de cultura de paz, mapeamentos socioculturais, diversidade cultural, desenvolvimento local, jovens e protagonismo, novas mídias, interculturalidade etc.

Destacamos aqui a presença em redes culturais da América Latina com a realização de vários encontros no país e fora dele com o mote da cultura de paz. A nossa presença, trazendo uma realidade viva dos pontos de cultura e outras práticas culturais, trouxe elementos importantes para responder desafios da construção da paz em territórios vulneráveis. A presença no território foi uma constante do nosso trabalho, potencializando grupos de jovens, estudantes de escolas públicas, redes locais, eventos etc. Isso se consubstanciou com nosso Apropriarte, em 2011, no Rio de Janeiro e em São Paulo, buscando fortalecer práticas públicas de apropriação de espaços, com metodologias de arte e conversas de rua. Também nas caminhadas de 2013 (Caminhada Poética da Cidade Tiradentes); Gestos de Paz (na Praça da República/Centro de São Paulo) e Símbolos da Paz (em Diadema) - mobilizamos a comunidade

escolar, moradores e redes de pontos de cultura e outros participantes de caminhadas para esses atos simbólicos no território. Consideramos em nosso percurso que a presença no território, bem como a conexão com populações locais, é o grande desafio a ser enfrentado.

Esse conjunto de ações voltou-se para potencializar o trabalho em rede—ações territoriais, nacionais e internacionais, escutas, encontros das Teias etc, buscando implementar a cidadania cultural em diálogo com a cultura de paz. Um dos momentos mais potentes e emblemáticos desse fortalecimento das redes da diversidade foi a realização do Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades com o tema “Cultura de Paz, Políticas Públicas e Direito à Cidade”. Neste momento, encontraram-se 12 estados brasileiros, com representantes da sociedade civil e dos governos, da UNESCO, das ONGs de cultura de paz, os mais diversos atores, para pensarem na pluralidade de experiências que convergem para o direito à cidade com convivência e cultura de paz.

Transcrevo alguns depoimentos de participantes de nosso trabalho, é a melhor forma de tomar pulso de alguns possíveis resultados, daquilo que ficou e pode transformar-se mais duradouramente em cultura. São opiniões principalmente de jovens que participaram de nossas Rodas de Conversa, Diálogos e outros eventos e ações:

“Cada um foi falando um pouquinho das coisas que vivenciou e a gente foi aprendendo um com o outro, adquirindo mais bagagem. Eu já tinha pensado em Cultura de Paz, mas eu não sabia que tinha este nome. (Fernanda, do Pontão de Cultura da UFMG)

“A paz que eu penso não é a das saídas fáceis, fachadas de lutar contra criminosos, traficantes etc. É uma paz de conquistas de fato, de uma boa qualidade de vida, ter acesso à saúde, à educação, à cultura. Uma paz que possibilita viver com as diversidades.” (Márcia, Ponto de Cultura Tainã, Campinas)

“A paz a que estamos nos referindo aqui é uma paz grande que não está só fora, no convívio. Está dentro e fora ao mesmo tempo.” (Thomás, Ponto de Cultura Tá na Rua e Cuca da UNE, Rio de Janeiro)

“Eu acho que a gente está numa guerra. É importante a gente entender que está numa guerra. A Terceira Guerra mundial está acontecendo. Somos ilhas dentro do deserto, aquela coisa que você encontra aqui e ali, mas tem uma força imensa. São sementes, mas é estado de guerra mesmo.” (Robson, Ponto de Cultura Alecrim Dourado)

“A Cultura de Paz são atitudes pequenas, nada grandioso. Eu descobri a dança que está me proporcionando momentos maravilhosos.” (idem)

“A educação é uma linha para a cultura de paz.” (Verônica do Ponto de Cultura Coko de Umbigada, Pernambuco)

“Como é que podemos trabalhar a cultura de Paz em ambiente de violência? Comunidade Unida. A união que vai fazer que a cultura de paz aconteça.” (idem)

“Solidariedade como oposição à banalização da violência; cuidar do outro é importante, temos de voltar ao tempo desta prática de cuidar do outro. É fundamental para ter um ambiente de paz.” (Guilherme, Ponto de Cultura da UFMG)

“Uma proposta de cultura de paz é a igualdade racial e igualdade de gênero, porque a gente sofre muito na pele sendo preto, sendo pobre, mulher, sendo da periferia e isso é uma grande luta” (Mana Josy, Movimento Hip Hop)

“Quando você sabe quem você é e se vê também no outro aí a gente tá falando de paz, de sermos irmãos, da relação afetiva na humanidade inteira.”. (Luciana, Ponto Grãos de Luz e Griô, Bahia)

“Eu mesmo sou uma referência de paz porque lá onde eu moro (Vila São José) a gente tá sempre se juntando ao pessoal pra uma atividade. Reúno as crianças do meu bairro para as festas comemorativas, eventos de arte. Eu posso me considerar um exemplo de paz.” (Rafael, Ponto de Cultura Arte no Dique, Santos)

BUROCRACIA E DESENCANTAMENTO

Não poderíamos concluir esta narrativa sem nos referirmos às dificuldades que tivemos para a realização do projeto do Pontão durante esses anos. Não há dúvida de que o Programa Cultura Viva foi concebido como um polo dinamizador da diversidade viva, constituindo-se como um dos programas mais relevantes de nossa história cultural. Propunha-se a estabelecer uma sintonia com o desenvolvimento cultural do país, prioridade abandonada na história brasileira, que se centrou quase exclusivamente no desenvolvimento econômico. O Programa Cultura Viva propõe-se possibilitar o acesso às políticas públicas de segmentos antes excluídos da cultura - e por que não dizer dos resultados do desenvolvimento. Na fase heroica, com Célio Turino à frente, um líder conectado com a cultura e política do país, invocaram-se forças vivas muitas vezes sem o respaldo da burocracia que não estava ainda preparada para suportes desta natureza; não oferecia condições para a realização do tempo cultural com agilidade e eficiência. Esse quadro intensificou-se nos tempos de hoje porque está imbricado em uma questão de ordem estrutural, de gestão pública do país. O que concluímos é que há uma necessidade premente de reformar a máquina pública ainda não preparada para o dinamismo dos novos tempos, e particularmente para a criação cultural. Não se pode dar vazão aos fluxos da cultura sem mudanças desta ordem.

O Projeto do Pontão, inicialmente concebido para três anos, aconteceu em seis anos, por vários motivos. Entre o primeiro e o segundo ano o recurso levou cerca de 10 meses para chegar, e entre o segundo e terceiro ano levou oito meses. Isso depois de mobilizarmos a equipe com trabalho voluntário, contatos com o ministério, viagem com recursos próprios para Brasília, encontros e pedidos a gestores; centenas de

O trabalho do Pontão permitiu os seguintes resultados

- Fortalecer ações culturais já em curso no território e articulá-las com a cultura de paz;
- Identificar ações de cultura de paz que não são necessariamente assim denominadas, mas trazem elementos conceituais e vivenciais desse trabalho;
- Fortalecer experiências individuais, exemplos de cultura de paz, ações no território;
- Despertar o encantamento dos grupos a partir de suas experiências em diálogo com as expressões artísticas da localidade e as políticas da cidade;
- Fortalecer os Pontos de Cultura em redes contextualizadas no Programa Cultura Viva; o seu protagonismo, autonomia, empoderamento (os lemas dos Pontos de Cultura);
- Contribuir para a criação de políticas e ações do programa Cultura Viva;
- Participar da organização das Teias locais, estaduais e nacionais;
- Identificar saberes, criações e ações exemplares de humanidade e cidadania cultural;
- Reconhecimento da produção estética e de valores dos jovens das comunidades e regiões;
- Valorizar os diálogos interculturais, a ancestralidade, a liberdade de criação e a perspectiva de gênero;
- Estimular o diálogo das Rodas de Convivência para além dos pontos de cultura, com a sociedade e nas comunidades, na localidade e na sociedade;
- Aproximar grupos que pouco ou quase nada dialogavam para uma convivência amorosa, plural e democrática, a partir de artemetodologias do Pontão;
- Identificar desafios na convivência dos grupos auscultados através de dinâmicas e do mapa da convivência;
- Colher opiniões e propostas de políticas públicas de cultura em diálogo com a cultura de paz;
- Desenvolver conceitos de cultura de paz e sua ligação com realidades culturais e com o momento civilizatório que atravessamos;
- Fortalecimento de atitudes de paz.

telefonemas e solicitações sem resposta. Por outro lado, havia muitas mudanças no ministério e tínhamos que explicar sempre quais eram os nossos propósitos, quem era o Pólis e a que se propunha o Pontão. Também pedíamos revisão do Plano concebido para um tempo e executado em outro e adiamento de convênio, pois também dávamos suporte a atividades de organização da Teia e outros encontros, fruto da atividade cultural que não é linear. Um plano de trabalho com ações precisas combina-se com outro plano invisível decorrente das atividades desse plano, só que apenas o primeiro merece atenção na prestação de contas. Esses emperramentos burocráticos somam-se a um edital austero e com pouca flexibilidade, também não adequado ao tempo cultural que é vivo e criativo. Isso tudo nos levava a um trabalho adicional com a equipe

- sensibilizarmo-nos para o reencantamento, sairmos do desânimo, reagirmos com valores de cultura de paz; acreditarmos que as coisas poderiam melhorar etc. Assim, podemos dizer que a burocracia como está formatada foi criada muito mais para o desencanto do que para que a imaginação criar asas e construir mundos culturais vivos. A burocracia somada à falta de preparo de quadros para a gestão pode nos levar a um território onde paralisamos a criatividade e desacreditamos de nossa própria força.

Entendemos que as redes culturais necessitam enfrentar estes desafios com urgência para que as práticas culturais possam realmente criar um país da diversidade cultural.

FINALMENTES

Podemos entender a cultura de paz como um processo que envolve comportamentos, valores, sentimentos, visões de mundo, paradigmas de um outro fazer pensar e agir – que têm como essência a resolução pacífica dos conflitos, a partir do reconhecimento de si mesmo e do outro, ambos contextualizados na comunidade dos seres vivos. Reconhecer os conflitos e resolvê-los sem violência e construir a cultura de paz implica necessariamente em estabelecer outras formas de convivência, do viver entre diferentes, do funcionamento democrático com participação plena, e decidir sobre os fazeres socioculturais e compartilhamentos de saberes e experiências nas comunidades. Trata-se de um processo muito mais complexo do que o combate à violência direta, estrutural e cultural/simbólica. Por isso, também a cultura de paz é mais que um simples tema – são visões de mundo, filosofias do viver em comum, paradigmas de novo processo civilizatório.

Um dos maiores desafios contemporâneos é construir processos socioculturais com ações, pensamentos, metáforas, símbolos, contextualizados em cenários de paz. O conflito precisa ser reconhecido: ele existe, mas não será necessário transformá-lo em disputas violentas.

O poeta André Breton escreveu no *Manifesto Surrealista*: “Será preciso retirar da guerra todos os títulos de nobreza”. E isso é fundamental, pois temos muito presente em nosso imaginário a Pax Romana, que se estabelecia com a ocupação dos territórios. A Pax Romana, expressão latina para “paz romana”, é um processo de paz relativa, gerado e imposto pelo poder das armas. E assim a guerra foi estruturando sociedades, culturas, civilizações. Hoje muitos transformadores sérios ainda recitam em seus discursos políticos estratégias, táticas e outras metáforas belicosas que atinjam o mais alto tom na famosa frase do militar prussiano Carl Phillip Gottlieb Von Clausewitz – “a guerra é a continuação da política por outros meios” - para justificar a ação militar inevitável no desdobramento da política.

Um dos maiores desafios contemporâneos é construir processos socioculturais com ações, pensamentos, metáforas, símbolos, contextualizados em cenários de paz.

A arte da paz está justamente em encontrar pontos de convivência que permitam uma relação do tipo soma-soma, uma produção de sentidos para todos os envolvidos, reconhecendo-se razões múltiplas e não apenas a de um dos interlocutores. Uma das grandes questões é identificar onde e como está o conflito, suas formas de resolução e o crescimento transformativo de todas as partes. Assim, abordar a cultura de paz nas redes de paz será sempre importante, mas o grande desafio, nos próximos anos, será encontrar formas de comunicação e construção de convivência no interior dos territórios vulneráveis, com “pessoas comuns”, a partir da multiplicidade de pontos de vista dos agentes locais, do “ouvir para compreender”, de “ausculta socioculturais” dessas comunidades. E será necessário avançar muito mais ainda nas metodologias e artemetodologias. Insistimos nessa expressão porque os métodos puramente “científicos” de ensino e comunicação não darão conta da complexidade deste cenário se não se somarem à criação e arte e ao desenvolvimento dos potenciais criativos em todos os níveis. Este será o campo para a construção de políticas públicas de convivência e cultura de paz.

Sabemos que a vida urbana, apesar de todas as suas reinvenções, é marcada pelo extremo individualismo, pela voracidade econômica, pela pressa, pela estética da repressão e pelo desequilíbrio de toda ordem. Sair dos “templos” da cultura para construir processos educativos e culturais no mundo público das ruas, praças, logradouros, poderá ser ideia-força construtiva de novos valores, verdadeiras contralinguagens ao *mass media*, que banaliza visões de mundo e empobrece processos existenciais e potencialmente ricos. Retomar o cotidiano com arte, eis o mote desta proposta cultural. Reconquistar o cotidiano profano com reencantamento, dando um novo sentido à vida em comunidade.

Espera-se espontaneidade poética construtora de mundos, não apenas resultados, mas a simplicidade, a gratuidade, a generosidade, a celebração da vida em comunidades de emoção.

Não há dúvida de que nos anos que virão precisaremos cada vez mais da convivência poética para o diálogo intercultural visando o desenvolvimento humano. A questão está em desenvolver esta atuação nos territórios da diversidade/vulnerabilidade e não apenas entre redes que já dispõem de conceitos e práticas comuns e “civilidade” no convívio. Produzir novos sentidos do público, desenvolver formas presenciais de comunicação não violenta, envolver atores “opostos” e conectá-los em convergência, incluir novos diálogos e ausculta no rol das políticas públicas transversais, incluir a não violência ativa no rol das práticas sociais e recuperar a gentileza e o bem-estar de estar juntos, celebrando a diversidade como valor, podem gerar linhas de desenvolvimento e paradigmas de mudança com cultura de paz, não violência e reencantamento.

É certo que o caminho será longo e desafiador para que um novo modo de conviver se torne cultura, na qual não mais seremos os “donos” da natureza, nem imporemos um único repertório de valores à diversidade das culturas, mas poderemos compor com elas a maravilhosa teia da vida.

NOTAS

1. FARIA, Hamilton. *Agenda Cultural para o Brasil do Presente*. São Paulo: Instituto Pólis, 2003, p. 32.
2. Idem, p. 32.
3. Comitê Paulista para A Década de Paz é parte do Movimento Mundial por uma Cultura de Paz durante a Década das Nações Unidas para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo – 2000-2010. É um espaço de reflexão e de troca de iniciativas, valores, comportamentos e dinâmicas solidárias e fraternas, criativas e sustentáveis. Este trabalho do Comitê esteve sob a coordenação da Associação Palas Athena, através de termo de parceria com a UNESCO.
4. Debate promovido em 2006 pela revista Carta Capital para avaliar a gestão Gilberto Gil.

Parte 2

**O Encontro Nacional
Conviver em Paz nas
Cidades: cultura de
paz, políticas públicas
e o direito à cidade**





PARTE 2

O Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades: cultura de paz, políticas públicas e o direito à cidade

Preparação e organização: equipe do Pontão

JUSTIFICATIVA

Atualmente, observamos na sociedade brasileira, destacadamente nas capitais, o recrudescimento da violência urbana, a desagregação social e um aumento crescente da violência direta, estrutural e cultural. A importância da convivência para o direito à cidade se faz urgente, bem como o enfrentamento da crescente globalização da desigualdade, com métodos diferenciados que não reproduzam o mesmo modelo excludente e apontem para a resolução/ mediação de conflitos através das práticas restaurativas no convívio interpessoal e grupal. O Brasil não assegurou políticas públicas de enfrentamento da violência, portanto, o estado não deu conta da complexidade do processo. É preciso dar um basta à violência como forma de expressão de um modo coletivo de vida propondo, como diz o Manifesto 2000 (UNESCO), a reinvenção da solidariedade, estimulando valores e ações de justiça, democracia participativa, diversidade cultural, desarmamento, diálogos com escutas e auscultas e desenvolvimento sustentável. Existem diversos atores da sociedade civil, entidades, instituições, grupos e movimentos que realizam uma proposta política e prática no enfrentamento da violência e para a defesa e garantia dos direitos humanos. Diante desse cenário, o Pontão de Convivência e Cultura de Paz é um dos atores que atua nessa perspectiva. Segue a proposta para o Encontro.

PONTÃO DE CONVIVÊNCIA E CULTURA DE PAZ E A CULTURA DA NÃO VIOLÊNCIA

Todo o trabalho realizado pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz, desde 2007, aponta para a necessidade de um conhecimento mais consistente sobre os conceitos e métodos da Cultura de Paz, buscando ampliar as práticas possíveis na resolução/ mediação de conflitos e tensões da convivência. A partir das metodologias e tecnologias socioculturais de não violência, como a metodologia das Auscultas Socioculturais

(rodas de convivência e paz no território nacional), fomentou-se a multiplicação de ideias e ações pelos territórios, promoveram-se ações conjuntas das redes de paz constituídas e em formação. Além disso, esse processo desenvolvido trouxe ideias e diretrizes importantes para as políticas públicas de Cultura de Paz e Convivência no território local e nacional. Algumas delas apontam claramente para a articulação e intercâmbio entre grupos culturais, a formação continuada e a incorporação de política de convivência e paz na gestão local. Neste sentido observamos a necessidade de avançar para a construção destas políticas nos grupos e também nas atividades de multiplicadores de convivência e paz nos espaços e territórios diversos.

Vale destacar ainda que, durante a experiência, identificamos a criação de um espaço qualificado para os grupos escutarem seus problemas e conflitos, bem como formas de resolução e conquistas na comunidade, que resultaram no engajamento desses atores para tomada de decisões em relação à questão da Convivência e Cultura de Paz inserida no universo das comunidades. Também foram reforçadas as diversidades e a identidades culturais e ações práticas por meio de indicações de políticas públicas encaminhadas à sociedade civil e ao poder público. Todo trabalho de mapeamentos socioculturais¹ realizados durante esse período, as pesquisas nos territórios escutados e as propostas de caminhadas pela paz e ocupação criativa dos espaços públicos resultaram na ampliação e fundamentação do trabalho de não violência ativa e convivência desenvolvido pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis.

Dessa forma, uma prática cultural fundamentada em uma atitude de compreensão é em si mesma um exercício de aceitação da diversidade cultural. A cultura de convivência dá vida aos direitos humanos nos modos de pensar e agir, como encontramos em alguns “Princípios para guiar o exercício das responsabilidades humanas” constante da proposta para uma “Carta das Responsabilidades Humanas²”: a) *Para responder aos desafios atuais e futuros, é tão importante unir-se na ação quanto valorizar a diversidade cultural.* b) *A dignidade de cada pessoa implica que ela contribua para a liberdade e para a dignidade dos outros.* c) *Uma paz durável não pode se estabelecer sem uma justiça que respeite a dignidade e os direitos humanos.* d) *Para assegurar o desenvolvimento do ser humano, deve-se responder às suas aspirações imateriais tanto quanto às suas necessidades materiais.* e) *Os saberes e as práticas só fazem sentido quando compartilhados e usados em prol da solidariedade, da justiça e da Cultura de Paz.*

O ENCONTRO NACIONAL CONVIVER EM PAZ NAS CIDADES

Um dos maiores desafios a serem enfrentados pela cultura de paz e convivência, a fim de dar vida e concretude aos direitos humanos, é enfrentar a questão da violência. Para enfrentar esse desafio o presente projeto utilizará, de forma integrada, diversas abordagens da solução não violenta de conflitos. Tais como: a *Satyagraha* de Mahatma Gandhi, o método *Transcend* do Norueguês Johan Galtung, a *Comunicação*

1 Mapeamento Sesc: <http://www.sescsp.org.br/santoamaroemrede/> e Cidade Tiradentes, entre outros: <http://www.cidadetiradentes.org.br/>

2 Carta das Responsabilidades Humanas são princípios para conduzir o exercício das responsabilidades humanas. Referência: <http://interconexao.files.wordpress.com/2008/06/cartadasresponsabilidadeshumanas.pdf>

Não Violenta do Americano Marshal Rosenberg, o *Princípio da Não Violência* do ativista e professor francês Jean Marie-Muller e a *Cultura de Paz* de David Addams, os métodos educativos dialógicos de Paulo Freire e outros – para, de forma integradora, desenvolver uma metodologia participativa e com caráter de formação e multiplicação de agentes de convivência e cultura de paz.

Para isso o Encontro Nacional propõe a articulação e formação de agentes de cultura de paz, bem como o fortalecimento das redes existentes e a ampliação da pedagogia da convivência que aponta caminhos verdadeiramente concretos, com suas metodologias e processos educativos que buscam educar para a paz não apenas com valores (sem dúvida imprescindível num mundo carente), mas com metodologias fundamentais no próprio cenário onde a violência predomina. O tema deste encontro nos mostra um caminho apropriado: o de buscar um pensar e agir e a ampliação das ações ao transformá-las em políticas públicas de amplo alcance e capilaridade no mundo contemporâneo.

Outro destaque da Cultura de Paz e Convivência é ser transformada em objetivo de políticas públicas, no qual acreditamos ser viável estabelecer uma metodologia capaz de transformar a vida comunitária de determinado grupo. Nesse sentido, a cultura de convivência como objetivo de uma política pública concentra em si alguns requisitos, como: respeito à diversidade, solução não violenta de conflitos, ausculta dos grupos envolvidos na vida comunitária, conhecimento objetivo do ambiente social e cultural, fortalecimento de práticas de convivência na diversidade já em curso nos territórios, etc. O reconhecimento e a descoberta dos requisitos essenciais de uma cultura de convivência não é o resultado de uma mera elucubração teórica, mas fruto de várias experiências que foram implementadas e documentadas durante os anos de atuação do Pontão de Convivência e Cultura de Paz.

O Encontro Nacional, portanto, abrange essas finalidades: a criação de um ambiente fomentador da Cultura de Convivência, a utilização integrada de diversos métodos de solução não violenta de conflitos e a formulação de políticas públicas de cultura de paz e convivência.

Assim, podemos falar em valores, ações e políticas públicas que têm sua vitalidade em cenários locais e globais. Trata-se de ações culturais que pretendem mudar linguagens, estruturas e imaginários plantados na mente e no coração das pessoas e coletividades. Para isso uma pedagogia da convivência deve estar aí presente para deslegitimar a violência direta, estrutural e cultural e apontar caminhos de convivência intercultural, como indica J. Galtung em suas reflexões sobre a Paz.

O objetivo geral do Encontro foi contribuir para promover e articular políticas públicas de convivência e cultura de paz no Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura e Pontões), sociedade e movimentos socioculturais das cidades; estimular a construção de uma agenda nacional de Cultura de Paz em rede.

Os objetivos específicos foram: ampliar o debate sobre convivência e cultura de paz nas cidades; estimular a troca de saberes e experiências em Cultura de Paz, com temas transversais; aprofundar as tecnologias socioculturais de convivência, educação e cultura de paz na mediação e resolução de conflitos; favorecer o diálogo entre as redes culturais e de paz e dos direitos humanos; estimular as redes de políticas de paz compartilhadas; ampliar diálogos com a rede do Programa Cultura Viva (Pontos de

Cultura e Pontões), para troca de ideias e experiências; aproximar e ampliar a Rede de Cultura de Paz nacional através dos Pontos de Cultura, poder público e atores diversos da cultura de paz.

CÍRCULO CULTURA VIVA DA DIVERSIDADE

Tema: Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade

Data: 20 de Setembro de 2013 11h às 13h

Organização: **Martha Lemos** (Psicóloga Sociodramatista e Educadora Cultural do Pontão de Convivência e Cultura de Paz / Instituto Pólis)

Atividade: representantes de Pontos de Cultura de linguagens e matrizes compartilham experiências e promovem integração

Objetivo: Sensibilizar os participantes do grupo sobre as experiências em ação cultural e diversidade que exercem e promover a participação do grupo com suas próprias experiências compartilhadas. Roda de troca de saberes e conversas temáticas. Sistematização criativa grupal final.

Apresentamos a seguir a síntese da ação realizada no encontro para promover diálogos sobre diversidade cultural e a cultura de paz. Os textos a seguir foram elaborados a partir de falas dos participantes e de anotações dos relatores, portanto foram mantidas características da oralidade.

Cultura Viva da Diversidade: círculos integradores

A Diversidade Cultural presente em nosso cotidiano convida-nos a conviver com as diferenças de inúmeras ordens, a partir do respeito às diferenças, na tolerância e diante das violências vividas e/ou presenciadas no cotidiano. A ideia de diversidade está ligada a inúmeros conceitos de pluralidade, ambiência, comunhão de contrários, aproximações e diferenças, crenças e valores, também na variedade e convivência mútua. Engloba as diferenças culturais entre as pessoas. Acontece a partir da multiplicidade de conceitos e de ações, usos e costumes, tradições e padrões de comportamento. Vimos esses movimentos acontecerem o tempo todo durante o encontro e, ao iniciar as atividades pelos círculos de Cultura Viva da Diversidade, pudemos ver nascer o começo das interações grupais que foram preciosas e necessárias ao encontro. Num ambiente privilegiado, os encontros se deram com respeito, solitude, criação, ética e bem viver. As diferenças de ideologia, vivência e experiência estiveram presentes, contudo, a disponibilidade para ouvir e receber o que o outro tinha a contribuir foi o cerne da experiência comum. Esse momento singular criou um campo de trocas interculturais, os círculos que se transformaram numa grande roda de conversa que fortaleceu as linguagens da diversidade, a singularidade de cada participante e gerou ideias/propostas de convivência e aproximação, através de reflexões sobre a condição

de cada lugar e através de linguagens diferenciadas e poéticas da arte. A seguir detalharemos o processo metodológico adotado como exemplo da experiência e indicativo de participação.

Construção coletiva – um método de aproximação e integração grupal

Durante o Encontro Nacional *Conviver em Paz nas Cidades - Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade*, realizado em setembro de 2013, a metodologia adotada foi participativa e de construção coletiva. Após a abertura do encontro na Funarte, a primeira atividade que reuniu os participantes para uma maior integração e desenvolvimento dos objetivos do evento foi o *Círculo Cultura Viva da Diversidade*. Portanto, os conteúdos metodológicos apresentados apontaram para ideias e diretrizes de inclusão de políticas públicas de cultura de paz e convivência, articulação e intercâmbio entre os Pontos de Cultura/Pontões, grupos culturais, representantes de redes de cultura de paz e na multiplicação de formadores em cultura da não violência no território local e nacional. Toda sua construção e implementação guiou-se por essas diretrizes. Vale ressaltar que a proposta dialoga diretamente com a sociedade e representantes do Programa Cultura Viva e vem ao encontro da demanda de ampliação das redes de cultura de paz na participação dessa construção. Uma metodologia capaz de transformar a vida comunitária de determinados grupos. Uma prática cultural fundamentada em uma atitude de compreensão torna-se em si mesma um exercício de aceitação da diversidade cultural. Nesse sentido a cultura da convivência como objetivo de uma política pública concentra em si alguns requisitos, como: respeito à diversidade, solução não violenta de conflitos, auscultação dos grupos envolvidos na vida comunitária, conhecimento objetivo do ambiente social e cultural, fortalecimento de práticas de convivência na diversidade já em curso nos territórios. Assim sendo, a primeira atividade integradora do encontro buscou a criação de um ambiente fomentador da Cultura de Convivência.

Círculo Cultura Viva da Diversidade no Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades

No dia 20 de setembro de 2013, entre 11 e 13 horas, representantes de Pontos de Cultura de linguagens e matrizes, sociedade civil, redes de cultura de paz compartilharam experiências e promoveram integração sobre o tema diversidade cultural em exercícios de convivência e reflexão. O objetivo foi sensibilizar os participantes do grupo sobre as experiências em ação cultural e diversidade que exercem em seu cotidiano e promover a participação do grupo com suas próprias experiências compartilhadas. Num primeiro momento, realizamos as rodas de troca de saberes e conversas temáticas, o grupo foi dividido em cinco subgrupos, cada grupo trabalhou durante uma hora o tema proposto (diversidade) e depois produziu uma síntese criativa da roda - sistematização criativa grupal final. Ao voltarem à grande roda cada grupo se apresentou e os facilitadores da roda expuseram o resumo do que foi pensado e discutido. A seguir, destacamos o passo a passo desse processo que culminou no encontro das diversidades no diálogo com a cultura de convivência e paz.

Duplas da diversidade

Facilitadores foram convidados/as para conduzir as rodas da diversidade, pertencentes a Pontos de Cultura ou Redes de Paz. Realizaram a mediação cultural e auxiliaram os grupos a criar uma síntese criativa de apresentação final na grande roda - *Ajayu de Ideias*.

1. **Daniel Marostegan** (Ponto de Cultura Nós Digitais-São Carlos-SP) e **Vera Salles** (Comunicapaz-São Luiz do Maranhão-MA)
2. **Luciene Cruz** (Grãos de Luz e Griô-Lençóis-BA) e **Edirlaine Preta Lopes dos Reis** (Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Fazenda-Ubatuba-SP)
3. **Fernanda Vargas** (CEDECA Interlagos - São Paulo-SP) e **Lilian Romão** (Revista Viração-São Paulo-SP)
4. **Deco Ribeiro** (PdC E-Jovem-São Paulo-SP) e **Baby Amorim** (PdC Ilú Obá de Min-São Paulo-SP)
5. **Adelino Ozores** (Rede Santo Amaro-São Paulo-SP) e **Marcos Terena** (Jogos dos Povos Indígenas-Brasília-DF)

Reflexão inicial grupal: Os desafios para a Diversidade Cultural

Conversação em Roda: Cada subgrupo foi convidado por seus facilitadores a realizar a leitura e reflexão conjunta sobre o texto abaixo refletindo sobre os desafios para a Diversidade Cultural.

“A diversidade cultural é fundamental para a criação da convivência nas cidades e da cultura de paz. Uma prática cultural fundamentada em uma atitude de compreensão é em si mesma um exercício de aceitação da diversidade cultural. Destacamos alguns “princípios para guiar o exercício das responsabilidades humanas” constante da proposta para uma “Carta das Responsabilidades Humanas”: a) Para responder aos desafios atuais e futuros, é tão importante unir-se na ação quanto valorizar a diversidade cultural. b) A dignidade de cada pessoa implica que ela contribua para a liberdade e para a dignidade dos outros. c) Os saberes e as práticas só fazem sentido quando compartilhados e usados em prol da solidariedade, da justiça e da cultura de paz.” (*Pontão de Convivência e Cultura de Paz*).

Reflexões e ideias construídas coletivamente

Sistematização das contribuições e reflexões que foram geradas no Círculo da Diversidade. Rodada final de conversação e registro das ideias. Esse momento preparou o grupo e facilitadores para a apresentação na grande roda - *Ajayu de Ideias*.

Sistematização criativa

Os subgrupos foram desafiados a realizar, de forma criativa, a criação de um “grito de convivência” que refletisse o compartilhar dos principais pontos de discussão e conclusões.

Esse grito foi apresentado pelo grupo na abertura da roda final, momento em que todos os círculos se encontraram na grande roda - *Ajayu de Ideias*.

O círculo foi concluído com a participação dos representantes convidados

(facilitadores) que partilharam sua experiência e trabalho. Um mediador fez a leitura final do círculo.

As apresentações – retalhos de uma diversidade complexa

Os grupos realizaram: canto, dança, jogral, ciranda, samba de roda. A produção aconteceu com a participação de todos - Canto ioruba, várias vozes ecoando. Diversidade cultural e humana. Momento de compartilhar e dialogar, todos dispostos, um dos grupos compartilhou a frase: “Segura a sua mão na minha, para que juntos possamos fazer aquilo que eu não posso fazer sozinho.” -referindo-se a Alessandra Ribeiro do Jongo Dito Ribeiro em Campinas que sempre repete essa frase. Outra voz se levanta: “Sou um cantor do tempo e o tempo eu tenho cantado, tempo que falta é futuro, tempo que sobra é passado. Cantador que canta só canta mal acompanhado.” (Joãozinho Ribeiro) – Cantam uma Ciranda aprendida de Mãe Rosa de Lençóis BA – Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô – Ação Griô Nacional. A Índia – “eu vi a pedra emba-lançar, essa índia eu vou buscar.” Outros grupos trouxeram palavras e partilharam no coletivo: amor, percepção da diversidade, corpo, espaço público, rua, conviver, participação popular, ou realizamos o impossível ou cairemos no abismo. Um samba de roda: Mãe Rosa do Quilombo do Remanso conta que gostava muito de sambar, samba de roda rural e um convite pra gente ir para o meio da roda colocar nossa identidade, assim como a gente é a gente vai dançar aqui e agora sem se preocupar se sei ou não, quem está me vendo. Aqui sou eu, por mim, pra mim... “Mamãe quando vai pro samba, oê leva eu, ê leva eu...” – canção. Um jogral – por outro grupo: só a mudança da água que te leva ao rio... é muito bom... visão que inclui, beleza mano, reencantamento, em busca de paz, “pintou estrelas no muro e teve o céu ao alcance das mãos” (Helena Kolody), “não devemos impor a paz ao outro, devemos compartilhar a paz individual; nossos quintais, vento que traz nossa paz, cresça em paz criança, a paz no mundo começa em mim sempre, “devemos retirar da guerra todos os títulos de nobreza” (André Breton).

Fechou-se assim o momento da síntese criativa dos grupos através dos gritos de convivência, já que vivemos tantos gritos de guerra e confrontos no nosso dia a dia, como é importante e saudável poder compartilhar esses olhares e fazeres.

Relatos das atividades integradoras no Encontro Nacional - *Um Ajayu de Ideias*

Os facilitadores dos círculos foram os porta-vozes do que os grupos pautaram e conversaram durante a primeira hora reunidos. Destacamos abaixo as falas desses representantes para uma maior aproximação do leitor com o momento enriquecedor proporcionado por essa atividade. O intuito é de apreciação e escuta ativa. A grande roda que se firmou como um espaço inclusivo, um *Ajayu de Ideias*, ampliou-se no compartilhar.

Baby Amorim (PdC Ilú Obá de Min) e **Deco Ribeiro** (PdC E-Jovem)

Baby: “Nos reunimos para refletirmos sobre a diversidade cultural e o nosso grupo já é o exemplo da diversidade: contamos neste círculo com representação

Mas o jovem LGBT se coloca sozinho num mundo onde nem o pai, nem a mãe dele é LGBT e ele sofre violência dentro de casa por causa disso. É uma população que passou muito tempo invisível.

indígena, liderança de projeto de mulheres da Bahia, a América Latina representada pelo Blandón da Colômbia e Aya da Comunidade Japonesa Yuba, entre outros. O que apuramos em nosso grupo foi a questão da descontinuidade das tradições culturais, como a nossa identidade e cultura ancestral vai cedendo para o que é contemporâneo, o modismo e a indústria de massa.”

Deco: “A gente percebeu muito esse conflito: metade dos relatos do grupo eram de valorização da diversidade, resgate das raízes, de difusão, e outra metade dos relatos era de como existem forças que vão destruindo tudo isso. E como a gente acaba mais tendo de juntar forças pra isso não acabar do que vivendo e organizando tudo. Queremos valorizar a diversidade e ao mesmo tempo lutar contra as forças que querem sufocá-las.”

Baby: “E encontrar estratégias para que essa diversidade cultural consiga ser mantida e suas tradições preservadas em seus territórios. Tomando como exemplo a fala do Américo Córdula, em determinada comunidade o congado é mantido entre os jovens porque existe uma contrapartida entre mestres e jovens da comunidade: ‘Você tem o seu momento hip hop mas você também terá que praticar a tradição da nossa comunidade’. São formas encontradas para se manter vivo um legado cultural. Outra coisa também que tem inviabilizado a preservação das culturas tradicionais é a intolerância religiosa advinda de certos grupos religiosos. Temos que pensar também o protagonismo juvenil, programas como o Mais Cultura nas Escolas precisam atender a diversidade que já está presente dentro da própria escola, aprovando projetos que ajudem os jovens a lidar e respeitar a diversidade cultural existente aqui e em outros países. E não podemos esquecer a violência sofrida pela comunidade LGBTTT, estes quase sempre caminham sozinhos.”

Deco: “É que dentro dessa questão do deslocamento da sua cultura enquanto identidade vemos como o jovem negro, indígena, quilombola, oriental consegue ter a referência de sua mãe e seu pai que também é quilombola, indígena, oriental, etc. Mas o jovem LGBT se coloca sozinho num mundo onde nem o pai, nem a mãe dele é LGBT e ele sofre violência dentro de casa por causa disso. É uma população que passou muito tempo invisível e felizmente eles vêm ganhando pouco a pouco visibilidade, os jovens principalmente. As crianças também, com relação à transexualidade passam ainda muito tempo invisíveis, sofrem violência dentro de casa e nas escolas, espaços que resistem ainda ao que é diferente e abrigam inúmeros preconceitos.”

Daniel Marostegan (Ponto de Cultura Nós Digitais) e **Vera Salles** (Comunicapaz)

Daniel: “A apresentação no nosso grupo, do jeito que aconteceu, posso entender que ela apresenta uma dicotomia entre o *kairós* e o *kronos*, como que é o tempo vivido e

o tempo regado que a gente tem, as coisas que a gente tem pra viver. E a nossa roda, quando a gente conseguiu fechar o círculo de fala e todo mundo se expor e então todos perceberem a força que tinha ali e o que poderia ser, aí o tempo definido para a conversa já tinha acabado e a gente ainda tinha que preparar nossa apresentação coletiva e então fizemos o que foi possível. Mas, trazendo aqui minha contribuição, o que eu senti foi uma diversidade muito grande de todas as manifestações tanto de regiões quanto de trabalhos e capacidades, todas caminhando com uma intenção de transformação do mundo na sua atuação direta. Várias delas convergiram para um debate sobre a comunicação, ações de comunicação e eu trouxe um pouco de como é o nosso trabalho (PdC Nós Digitais) entendendo como a gente pode discutir isso no sentido da diversidade e da ideia de uma cultura de paz, uma cultura que busca a harmonia e a transformação social.

A gente vive numa sociedade em que a comunicação é algo central e a comunicação num sentido amplo é uma arma extremamente potente, porque comunicar significa colocar em contato as pessoas e transmitir trocas de conhecimentos; ao mesmo tempo nós estamos vivendo, e desde o nascimento desse processo de comunicação, pelas tecnologias que estão envolvidas, seguem atreladas a elas a intenção do controle disso tudo. Há uma mensagem que se passa e que a gente vive então nessa condição: será que aquilo que está chegando às casas como comunicação é algo que traz pra gente a posição de construir as coisas que a gente pretende, fortalecendo o nosso trabalho? Eu tenho certeza de que pelo ponto de vista que a gente tem, a grande indústria da comunicação não está olhando de uma maneira geral pra isso. Então essa pauta da diversidade na comunicação é uma coisa fundamental.

E o trabalho que a gente vem fazendo, a experiência que a gente tem nos espaços de Pontos de Cultura do estado de São Paulo, como uma tentativa de troca das diferenças em tecnologia, o conhecimento de *softwares* livres para áudio, vídeo, gráfico, *web*, numa ideia de que a gente consiga se autodocumentar antes de mais nada. Não são os outros que têm de falar sobre nós, nós temos que ter nossa voz pra falar para os outros. A partir disso a gente consegue ter um primeiro estágio que é sair da condição de ser objeto da comunicação. Nós somos seres de comunicação, com potencial para comunicar para os outros. E esse é o processo que a gente vem construindo, porque é muito difícil esse enfrentamento, em nível macro é muito complicado, porque você está lidando com muitos poderes, muitos interesses econômicos e a dificuldade é grande nesses termos, mas acho que tem um caminho pra isso, a gente já tem avanços significativos.

Temos também a questão da cultura de paz que sem esse trabalho a gente não conseguiria que eles adotassem atitudes completamente diferentes, ou seja, posturas menos agressivas, pois são etiquetados como “violentos”, “marginais”, principalmente pela mídia local.

No micro nosso trabalho vai levar isso pra escola, é levar a tecnologia pra educação e aí entendo a escola como futuro, horizonte dos jovens, artistas e comunicadores, terem na sua base essas tecnologias, sabendo que podem fazer de outras formas que não precisam fazer só do jeito que eles veem. Então acho que essa é a linha.”

Vera: “Uma outra coisa que ficou bem evidente no grupo foi a respeito dessas forças antagônicas que existem. As pessoas estão tentando fazer algo de transformação, de cultura de paz, mas uma outra força antagônica do Estado que é muito autoritário e arbitrário, chega para, muitas vezes, solapar um trabalho. Uma outra questão é o aliciamento que se faz da comunidade e que passa a falar só de um lado, que é o lado mais oficial. Então é preciso reconhecer o papel importantíssimo da educação, de se trabalhar com as escolas, junto com elas e também da comunicação. Porque a gente vê num encontro como esse como a comunicação é fundamental. Nesse país em que vivemos tão diverso, mas tão desunido, é só aqui, nesse momento, que temos essa oportunidade de trocar experiências e vivências, pois é a comunicação que nos proporciona isso. Esse momento é riquíssimo em que as culturas se fundem. Daqui a gente extrai o seguinte: como compartilhar espaços, como criar esses espaços e aí eu me refiro à experiência com o projeto que acompanho em São Luís, no Maranhão, o *Comunicapaz*, que atua num bairro da periferia que é a Vila Embratel, considerado muito violento, onde a gente trabalha com jovens e com a comunicação na tentativa de criar espaços de compartilhamento. Como? Trabalhando também a cultura digital, criando, ou seja, eles são protagonistas, eles criam vídeos, fotos, programas de rádio, trabalhamos também com o Teatro do Oprimido, enfim, com a arte e a comunicação unidas. No compartilhar é que a gente viu o quanto o jovem tem necessidade de se expressar porque não tem esses espaços na família, na escola. Ali surgem questões importantíssimas e dessas questões a gente percebe que eles se transformam, que eles se modificam. Temos também a questão da cultura de paz que sem esse trabalho a gente não conseguiria que eles adotassem atitudes completamente diferentes, ou seja, posturas menos agressivas, pois são etiquetados como “violentos”, “marginais”, principalmente pela mídia local. Com isso eles vão realmente se apropriando e transformando essa realidade, então acho que esse é um ponto que podemos extrair do grupo, quer dizer, a necessidade de compartilhar essa diversidade, promover mais diálogos para que a gente possa realmente trazer essa ação transformadora que o Daniel falava, como agir para transformar.”

Fernanda Vargas (CEDECA Interlagos) e **Lilian Romão** (Revista Viração)

Fernanda: “A gente falando da questão do diálogo e quando o grupo começa de fato a pegar o ritmo, o tempo acaba, porque a gente valoriza muito esses espaços quando percebe a importância deles. Esse foi um grupo que discutiu os diversos espaços de participação: a rua, as instituições e essa instituição que é a família. Também foi valorizada a importância do espaço público como espaço de participação, de convivência da diversidade, de ocupação e falado da criminalização que a gente vive em São Paulo nesse próprio espaço público, inclusive em algumas cidades tivemos o toque de recolher para a juventude e cada vez mais se vê esse espaço da rua como do risco, do perigo, do negativo e não da ocupação, do grafite,

da conversa, do diálogo, do conflito que está presente na vida e a gente não pode negá-lo.

Eu venho do Cedeca Interlagos que é o Centro de Defesa do Direitos da Criança e do Adolescente, é também Ponto de Cultura, lá no extremo da zona sul, região do Grajaú, Parelheiros e Capela do Socorro e a gente vive uma coisa que seria pra esse encontro um dilema. Porque, se por um lado a gente pensa sim em como fortalecer os espaços de diálogo, a participação popular, inclusive entre as crianças, o que é o direito à participação para uma criança, para o adolescente, é diferente? Como é que acontece? Ou só diz respeito a nós, os adultos? Muitas vezes uma criança não é escutada sobre aquilo que lhe diz respeito. E é desde aí, porque mesmo que muitas vezes a gente realize práticas muito comuns aos daqui, que é de trabalhar o direito à participação, ao diálogo, à ressignificação de si e do mundo, como no grupo a gente trocou algumas atividades com o circo, por exemplo; por outro lado a gente se confronta no nosso cotidiano com situações extremas de violência e de violação de direitos. Não é à toa que a gente tem direitos humanos porque até a vida a gente tem que colocar lá pra que ela se efetive.

Quero ler um trecho de um vídeo que é um movimento denúncia da ocupação Jd. da União, é outro Pinheirinho, é outro quilombo, é outra comunidade indígena, eu digo isso porque lá no Grajaú há uma comunidade que foi desapropriada de forma super violenta e isso não se difere de outras comunidades quilombolas, indígenas, que se veem nessa mesma situação. Então, a pergunta e contradição é, como também atuar com a cultura de paz em situações de extrema violência? Porque tudo isso está misturado, a vida não tá dividida. E eu acredito muito no diálogo, na discussão, na participação popular, é um exercício, é o grito necessário para depois você conseguir conversar... - *'Eu com meu filho de quatro meses no colo jogam isso perto de mim (mostra a bomba de gás lacrimogênio, eu caí o policial não satisfeito veio atrás, um senhor me ajudou a levantar. Meu filho passando mal, tive que colocar a cabeça dele na torneira (água pra passar o efeito, né?). O policial veio atrás de mim com o cassetete (mostrando o hematoma)'*. - Essa é uma situação, acho, que talvez tenha algumas pessoas aqui de quilombo e outras comunidades que já viveram situações muito parecidas. Onde está o nosso direito à participação? Essa é uma comunidade que vem lutando pra dialogar inclusive com o poder público. Indo pras ruas as famílias inteiras. Dia desses fecharam a av. Ipiranga com a av. São João e eu aprendi muito com elas, fizeram uma ciranda no meio do cruzamento. Pra mim foi muito mais aprender com a luta e a resistência dessas famílias do que ensinar algo, estava ali muito mais pra fortalecer.

Então como fazemos? Que fazemos? Como a gente efetiva o direito à participação? Porque mesmo a prefeitura se comprometendo nesse caso a paralisar as desapropriações, até que se tenha uma alternativa de moradia, mesmo a comunidade dialogando, foi mandada a tropa de choque sem avisar a comunidade, que foi surpreendida. E agiu desse jeito com mulheres, homens, crianças, adolescentes. Então, de fato, esses momentos são muito importantes, esses diálogos são muito importantes, e a gente se unir é muito importante. Porque eu atuo num centro de defesa de criança e adolescente, mas essa não é uma causa só de criança e adolescente. A moradia não é só uma causa dos adultos também, por exemplo. A participação não é só uma causa

do povo negro. São todas as mesmas causas, são todas elas misturadas, das mulheres, mães. Enfim, eu trago essa fala como poderia ter trazido situações bonitas que a gente escutou no grupo ou como a gente também lá tem. A gente sempre tenta de algum modo provocar esses espaços de participação, do diálogo e provocar esse reencantamento a partir da arte e da cultura também. É isso, trazendo esse desafio pra todos nós, de não aceitar o inaceitável e que a nossa atuação aqui é fundamental, de fato, pra defender a vida, de um outro jeito.”

Lilian: “Acho que foi ótima a fala da Fernanda, que resumiu bem o que o grupo debateu. Eu sou Lilian e integro a equipe da Viração, que nasceu como uma revista e hoje é uma organização que trabalha pelo direito à comunicação e o direito das crianças, jovens. Acho que o sentimento maior que trago e vou sair daqui refletindo é que esse espaço de certa forma, os debates e também o formato traz um pouco em si o que a gente entende hoje em dia sobre o direito humano à comunicação. Às vezes, a gente se sente falando muito num espaço vazio. Acho que na construção das organizações, o Pólis com muito mais carreira nesses processos, pra mostrar esses espaços de construção da cidadania de fato, de participação, de construção de fóruns, de conselhos, de associações nos bairros e como isso foi transformando na verdade todo um modelo de participação.

Hoje a gente se reúne novamente aqui pra pensar outros espaços. E no grupo eu acho que o que mais saiu foi isso, como que a gente cria outros espaços de convivência, em que de fato as vozes são ouvidas, as pessoas estão lá pra se escutarem, estão lá pra conviverem, mas acima de tudo, pra se entenderem. E qual é o nosso papel pra construir esse outro espaço? E que espaço é esse? Eu acho que isso foi o mais forte do grupo e quando veio o outro grupo já falando sobre direito humano à comunicação. E quando a Vera fala sobre a transformação desses espaços é esse o nosso desafio em como trazer diversidade cultural, esse é de fato nosso desafio de transformação desses espaços, de cultivar cada vez mais esses espaços. E no caso da Viração isso vem muito relacionado a pensar o que no Brasil significa o direito à comunicação. Se a gente fala de diversidade, mas não tem pra quem falar, aonde vão essas ideias, tudo isso que a gente constrói? E é um pouco nesse processo que nesse momento a gente se vê. Como que essa minha voz, do quilombo ou lá da periferia, como a minha voz diversa está se apresentando pra outras vozes diversas. Isso enquanto Viração é um ponto muito importante. E eu queria reforçar o que a Fernanda falou sobre o grupo, é que esses pontos de encontro tragam em si e respeitem em si a subjetividade das pessoas, dos movimentos, as vulnerabilidades institucionais. Eu acho que todos os grupos falaram sobre a educação e a necessidade da escola. Mas também apareceu um pouco disso, da gente pensar não institucionalmente. Esses espaços que não precisam ser os espaços institucionalizados de decisão, de debate, que pode ter outro formato que a gente não sabe como. É entender isso como processo, não vamos aqui formar um grupo ou transformar e sair com um grupo diverso. A gente chegou a um ponto importante no grupo, o de ‘vamos pensar um pouco o que cada um de nós entende como cultura de paz?’ Cada um vai ter sua concepção sobre o que

A pergunta e contradição é, como também atuar com
a cultura de paz em situações de extrema violência?

é cultura de paz e um espaço como esse tem essa função de formar um conceito que seja a reunião de todos. Acho que a solidariedade surgiu muito e como esse contexto de solidariedade traz também um contexto de paz interior.

A gente valorizou isso no grupo, muitas pessoas contaram histórias, foi muito bacana isso, deu uma vida, vamos lembrar de histórias contadas. E como essas histórias refletem um pouco disso de construir paz, ao mesmo tempo que você está construindo a sua paz interior e como sua atitude reflete no mundo. E finalizando o debate no grupo, como tudo isso se constrói a partir de uma atitude e de um posicionamento e que muitas vezes isso é individual. Uma das histórias do grupo revelou isso: quando você não aguenta mais, você vai e faz alguma coisa. E quando está em grupo, o grupo que não aguenta mais, vai e faz alguma coisa e isso vai trazendo uma energia pra construção de uma cadeia de paz.

Eu queria fechar com uma história, não vou falar especificamente da Viração. Mas vou falar ainda de uma experiência que vivi em Curitiba quando trabalhava numa organização de lá chamada 'Ciranda', no momento a gente começou a trabalhar direito humano à comunicação com os jovens em conflito com a lei. E a gente falava: como falar de construção de paz nesse contexto de jovens que sofreram tantas violências e devolvem a violência pra sociedade? Como criar um guia, um material, alguma coisa e no final a gente criou um guia que foi muito bacana e tinha pouquíssimas coisas, mas eu vou contar a história desse guia muito rapidamente.

A ideia é que o jovem fosse um viajante, com uma mochila, algumas peças de roupa, um bloquinho pra anotação, uma câmera pra filmar ou uma dessas coisas apenas, alguma coisa que ele pudesse registrar algumas percepções e ele ia fazer um caminho nessa viagem. E não importava de que forma ele faria esse caminho. A primeira cidade a que ele chega é uma cidade que se chama 'Violência', e essa cidade era uma cidade muito grande, muito suja, as pessoas não se conversavam, elas queriam chegar logo em casa. E nessa cidade, nesse contexto de uma cidade chamada 'Violência' a gente explicava quais os valores dessa cidade, o que era 'Violência', o que essa 'Violência' prega, era uma cidade caótica.

Dessa cidade ele viaja e chega numa segunda cidade que se chama cidade 'Direitos e Deveres'. Essa cidade era uma cidade melhor, mas foi construída por moradores de 'Violência', que não gostavam do jeito que a cidade funcionava, eles mudaram e resolveram montar outra cidade. Essa cidade já funcionava muito melhor que a cidade 'Violência', mas ainda não era tão boa porque, na verdade, todo mundo via 'Direitos e Deveres' no papel, mas nunca na sua prática. Então 'Direitos e Deveres' era uma cidade burocrática, difícil, que não andava.

E nesse contexto a gente explicava para o jovem o Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição, etc. Os moradores de 'Direitos e Deveres' foram pra uma terceira cidade que se chamava 'Cidadania', formada por pessoas que moraram em 'Direitos e Deveres' e buscavam novas formas e valores de vida. Lá em 'Cidadania' eles resolveram colocar 'Direitos e Deveres' em prática. Então, lá eles colocavam a mão na massa e a cidade funcionava. Se tinham problemas, corriam atrás. A cidade tinha outro modelo de funcionamento. E dali o jovem ia pra uma última cidade que ele iria ajudar a construir, mas ninguém sabia muito bem como. E essa última cidade que estava ainda em branco se chamava 'Paz', e a partir desse momento a gente

perguntava aos jovens: “Agora vamos construir a cidade ‘Paz’? Como?” Daí que surgia todo o processo pra se pensar. É nisso que eu queria parar, como a gente vai construir a cidade Paz?!”

Luciene Cruz (Grãos de Luz e Griô) e **Edirlaine Preta Lopes dos Reis** (Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Fazenda)

Preta: “Boa Tarde, o nosso grupo estava bem diverso, pessoas de várias cidades e regiões. Realidades diferentes, relações com o meio diferentes, então, consequentemente, diversidade cultural bem ampla. O que a gente percebeu é que dentre essas diversidades e dos conflitos existentes em cada região, como as pessoas conseguiram encontrar meios pra poder superar esses desafios. O diálogo foi rico nisso, de ouvir o que cada um tem feito, o que já fez, o que está pensando em fazer. No caso especificamente do quilombo, a gente tem um problema por ser uma área de unidade de conservação, de proteção integral, e é incompatível dentro da visão ambientalista/extremista, que se faça o uso humano dos recursos naturais; então a gente tem um conflito ali de pessoas que estão há séculos na terra mas não podem usá-la por ser considerado insustentável seu manejo, sendo que não é. Esses conflitos e como as pessoas tem buscado superá-los é a chave do que queremos encontrar. No grupo há pessoas que trabalham com meninos de rua, o trabalho dos meninos do Morumbi, e até mesmo quem cede sua própria casa, como o rapaz de Diadema, que faz um trabalho de artes com as crianças do bairro em sua casa, enfim, acho que isso resume o quanto é importante a participação popular, essa junção de forças pra gente alcançar o que buscamos, porque é aquilo, a paz não é ausência de conflito, os conflitos existem, o que a gente tem de buscar são os meios de solucioná-los.”

Luciene: “Sou Luciene, venho de Lençóis, interior da Bahia, são seis horas de Salvador. O grupo era muito diverso, já começou por isso com pessoas de vários lugares sociais e geográficos, dialogamos bastante e o que ficou de todo o diálogo, falando de um consenso, é que o desafio que todos encontram é o de ter uma educação contextualizada. Contextualizada com a comunidade, com a família, com os saberes locais. O local e não o manual pedagógico, livros didáticos que vêm do MEC, pois as realidades são muito diferentes e isso não é considerado neles.

O quilombo em que Preta trabalha é totalmente diferente do que eu trabalho, os mesmos que trabalho na minha comunidade trazem as suas diferenças entre si. Enquanto eu, que venho de outra realidade, entendo comunidade como as rurais e periféricas; em outros lugares e realidades elas são as favelas e esse é um exemplo das diferentes realidades, possibilidades e necessidades de contextualização. Para tanto é preciso trabalhar com as rodas das idades que alguém já falou aqui, não é só a criança, o mais velho ou o jovem, é a roda de todas as idades que precisam estar integradas. É

Temos que nos ocupar dessa cidade e fazer dela nosso quintal, só assim acabaremos com a indiferença, com a invisibilidade.

esse o desafio, paz não é a ausência dos conflitos, o conflito vai existir e ele é importante porque a igualdade não existe e não é rica também sem os necessários conflitos, do meu ponto de vista. O mundo diverso é bom e possível. Teve o Daniel que falou muito do lugar do negro que parece estar num lugar só, ele não vê o negro na diversidade. Um de seus lugares é o de empregado doméstico por exemplo. Qual é então o nosso lugar do negro, da mulher, do nordestino, dessas minorias que não são tão minoria assim? E qual é o chamariz?

O grupo falou, também, sobre identidade e identificação. Eu posso me identificar com muitas coisas, mas a minha identidade, o que eu sou, é outra coisa. Muitas vezes isso também é um ponto, que precisamos entender primeiro. Trabalhar com as diferenças não é ser empáticos, pois a empatia é irreal, acredito que não é possível ninguém viver a situação exatamente como o outro, eu não vou me colocar no lugar da pessoa como a pessoa, mas se sei quem eu sou consigo entender o outro melhor e seu lugar social. Assim, a identidade é o que a gente é e busca desse mundo, qual é a roupa que a gente vai vestir, como iremos nos apresentar para o mundo, o que a gente quer levar de paz pra esse mundo? Concluindo, o grupo levantou então que o importante para construirmos um Brasil diferente, mais justo, mais tolerante, mais amoroso, com a paz é possível e que o caminho para isso é a educação contextualizada, é trabalhar com ‘roda das idades’ e a identidade dos atores sociais.”

Adelino Ozores (Rede Santo Amaro) e **Marcos Terena** (Jogos dos Povos Indígenas)

Adelino: “O grupo pra mim foi uma rica surpresa. Sabemos da riqueza das diferenças, mas na hora que convivemos com elas, constatamos como somos ‘pequenos’, diante de tantas coisas que desconhecemos. Muitas vezes achamos que conhecemos de tudo, mas diante da diversidade aprendemos que não sabemos nada. Quando passamos a ouvir o outro, importante fazer esse exercício de ouvir, passamos a enxergar e entender a riqueza das diferenças. O grupo heterogêneo trouxe muitas visões diferenciadas, trouxe muitos ganhos. Tinha pessoas de diversas tribos, literalmente falando, aproveitando a presença do Terena, de inúmeras localidades do Brasil, com rica formação cultural e grande conhecimento. A diversidade trouxe muita riqueza às questões e ao diálogo, que teve como tema a mulher e sua importância na sociedade e na formação das crianças como principais agentes transformadores, pessoas melhores para o mundo. Foram inúmeros relatos e casos, entre esses um chamou minha atenção, pois usou uma palavra que deixou de fazer parte do nosso dia a dia – quintal – espaço de socialização onde tudo acontecia, palavra que usei na atividade do jogral apresentado pelo grupo. Nossos quintais acabaram. Tiraram nosso espaço de crescer. Precisamos de nossos quintais. Temos que nos ocupar dessa cidade e fazer dela nosso quintal, só assim acabaremos com a indiferença, com a invisibilidade.

A reflexão em grupo trouxe muitos ganhos para todos, da importância da diversidade, como nos olhamos, como enxergamos o outro, como vemos as culturas e a cultura de paz. Tenho para mim que pregar a paz faz lembrar a violência e assim geramos energia para ambas continuarem, paz e violência; no meu entendimento precisamos vivenciar a paz, que a paz seja natural em nosso ser. Quando estivermos pregando paz

Como vamos discutir a convivência do novo, quando a gente tem medo do novo? Como a gente vai discutir a diversidade cultural quando a gente tem medo do diferente e das diferenças?

e o outro entender que está falando em paz porque existe violência, é que a violência ainda continua existindo. Quando estiver falando paz e o outro entender apenas paz, estaremos vivenciando a paz que queremos para a cidade. Não poderemos ter paz tendo como contraponto a violência, senão estaremos sempre pedindo paz pra suprir a violência. Devemos apenas viver a paz e exercitar a gentileza. Voltando às reflexões do grupo, no que se refere à questão da convivência e principalmente com a criança, relembro a fala da Gisele, que trouxe uma frase que virou refrão do jogral, frase essa que muitas mães dizem aos filhos ‘me deixa em paz’, e é essa questão, que filhos estamos criando? Com certeza irão reproduzir a mesma frase quando tiverem seus filhos. Um grupo rico que possibilitou muitas reflexões. Me fez refletir sobre a política do pós-guerra, de transformar grandes cidades em depósitos de pessoas, para que esses se transformassem em mão de obra barata, máquinas humanas. Precisamos reverter esse processo, desmontar essa máquina consumista e desumana. Temos que preservar o ser humano, preservar a vida acima de tudo. E a cultura de paz é o meio transformador, precisamos exercitar a gentileza, respeitar e ajudar ao outro, assim estaremos nos respeitando e nos ajudando. Vou passar a palavra ao Terena, ficando por aqui, pois acredito que toda essa mudança terá início nesse coletivo.”

Terena: “Bom dia, vocês não almoçaram ainda e certamente vocês não estão em paz por isso. (risos)

Primeiramente gostaria de agradecer aos organizadores, eu fui convidado e não entendi bem a ideia, mas vim e aceitei o desafio porque pra mim também sempre é uma oportunidade de conhecer as dinâmicas da ‘sociedade envolvente’ como nós chamamos. E a partir disso tiro proveito para poder contextualizar a problemática, chamada de ‘o problema do índio’. Fico feliz de ter encontrado velhos e novos companheiros.

Essa é a preocupação que se busca nas várias experiências sobre a questão da paz. Eu contei pra turma lá no nosso grupo que ao meditar pensei ‘vou pegar aquela música do Gilberto Gil que fala da paz’.

Eu sou do Mato Grosso do Sul, sou um índio, eu não sabia o que era ser índio, mas disseram que eu era, então sou índio lá numa aldeia no MS. Atualmente eu moro em Brasília, uma cidade moderna. Então eu aprendi a viver nessas duas culturas. Aquela música do Gil, eu estou falando dela porque eu tenho uma amiga que disse assim pra mim ‘quando eu morrer, eu quero que seja tocada essa música’, e eu perguntei: por quê? Ela disse ‘é sinal que eu vou morrer em paz’. Aí eu falei, mas ‘por que você não vive a paz antes de você morrer?’

Então, geralmente, as pessoas, os estados, os grupos, têm a tendência de inventar a paz. E hoje inclusive eu escrevi um texto no *Facebook*, inclusive uma polêmica que vou ter que responder, porque eu vi hoje cedo uma notícia na internet de que lá nos EUA mais uma vez alguém foi a um parque e deu tiro pra tudo quanto é lado. Eu

tenho uma experiência internacional nos povos indígenas, através das Nações Unidas, e um dos diálogos mais interessantes que eu tive foi com os índios dos EUA, porque o índio dos Estados Unidos tem orgulho de dizer 'meu filho está lá na guerra do Iraque, com o Exército e ele está contribuindo com a paz daquele país'. Então nós estamos cuidando do mundo. Essa é a palavra 'guardar' o mundo que deu polêmica. E eu expliquei pra esse irmão indígena que não era assim, mas ele não entendeu direito. Ele tinha o ideal do herói de guerra. Falamos isso no grupo. Quando você transforma o guerreiro num herói. Então nesse caso quem é o herói da paz? E na verdade, a análise nossa indígena vem desde a criancice, desde a meninice, desde a época em que você é neném na barriga da sua mãe.

Então eu contei também a importância da mulher. Que ela conversa com o neném, que reage. A mãe está chorando ou cantando ele sente. A mulher é então a transmissora da segurança individual desse ser humano. Então quando alguém diz olha o homem bateu na mulher, isso não é digno. Você não vai levar a paz desse jeito.

Olha aquele camarada que está sozinho ali debaixo da árvore ou que está pescando e todo mundo passa e fala é um cara que está em paz. Então, esse sentimento de paz que você absorve (para os indígenas), por exemplo. Nós observamos as estrelas nos céus, os terenas, meu povo, e nós não podemos construir a paz. Mas todos vocês falaram isso sem perceber, quando vocês falaram do bairro, da periferia, aqui ninguém falou dos estádios, mas você não pode construir a paz se você não levar em conta o seu meio ambiente, o lugar onde estamos.

Aqui estamos tranquilos porque estamos aparentemente seguros, mas pra vocês me entenderem, eu sou um contador de histórias e se eu demorar muito vocês me interrompem. Por exemplo, lá em Brasília tem um comportamento que está virando uma cultura porque o clima é muito seco. Quando cai o primeiro pingo da chuva fica todo mundo contente, alegre, e da minha casa eu ficava olhando aquela nuvem dançando e ao chover agradecia ao criador, ao Grande Espírito. E é naquele momento que se encontra o teu corpo (aquilo que falei da criança) e o espírito da natureza. Essas duas fontes, do ponto de vista nosso, que gera um equilíbrio que pra nós é a vivência da paz, o que a gente chama de paz.

Então, nós indígenas, não temos provavelmente muito a contribuir com o mundo urbano, porque o mundo urbano vive de empurrão em empurrão. Desde o tempo da chegada do homem branco nas nossas aldeias a gente percebeu isso, a insegurança do homem branco. E quando chegaram os primeiros missionários, eles falavam do evangelho, seja católico, seja protestante, a mesma coisa mas eles eram separados. A gente olhava lá, então vamos lá na igreja do padre, outro domingo nós vamos na igreja do pastor. Por quê? Pra ajudar eles, porque eles estavam buscando paz.

Então a paz indígena é espiritual. É isso que eu queria terminar dizendo pra vocês. Ela não é individual, ela tem de ser compartilhada. O risco quando a gente compartilha é quando a pessoa resolve transferir a paz dela pra outra pessoa. Eu não consigo transferir a minha paz pra outra pessoa. Aí vocês vão dizer, mas e o coletivo? Podemos conviver nessa tal de diversidade porque cada ser humano é uma força física, espiritual, equilibrada que gera um tamanho de paz, um tamanho de emoção. Agora, se a gente se junta, a gente pode compartilhar. Esse é um grande problema das potências mundiais,

está acontecendo na Síria. Um pessoal diz: nós vamos levar a paz lá. ‘Como vocês vão levar a paz?!’ Preparar os navios de guerra aí né, preparar as metralhadoras? Não, pessoal. Esse é o tipo de paz que nós não podemos cultivar.

Então eu queria terminar dizendo que esse trabalho que vocês estão fazendo, construindo, nós temos que respeitar a paz de cada um, o indivíduo.

Não existe uma pré-determinação do direito do Estado em estabelecer a paz se a gente constrói com as pessoas esse caminho pra paz.

Eu poderia citar vários exemplos indígenas mas principalmente do mundo branco, olha as contradições. Então eu sou piloto de avião e voei muito na Amazônia, na região do garimpo, conheci muita gente que matava o outro, ele vivia em paz esse matador, ele não tinha peso na consciência, porque ele tinha cumprido o ritual dele para o qual ele estava vivendo e para o qual ele foi contratado.

Pessoal, nós queremos compartilhar a paz com vocês. E eu falo que nós nunca queremos aceitar a paz estabelecida pelo homem branco, mas nós podemos descobrir a paz quando ela é forte no nosso coração, no nosso espírito. Então não importa se está no bairro da Cidade Tiradentes porque lá ele saberá criar sua resistência, sua paz. Mas é importante esse trabalho, esse diálogo, esse debate, essa troca de informação, troca de conhecimento, troca de sabedorias.

Agradeço pela oportunidade de aprender com vocês.

Aqui no Brasil nós temos 300 sociedades indígenas, vocês pensam que a gente vive em paz? Se a gente vivesse em paz não tinha tribos, porém nos respeitamos. Então agradeço essa oportunidade e espero que todos vocês possam encontrar a verdadeira paz. Tem um texto cristão que diz assim: ‘eu vos dou a paz’. Calma pessoal, eu não dou paz pra ela, nem pra ele, mas eu posso compartilhar da paz.

Assim o ser humano vai se equilibrar também nas relações. Negros, brancos índios, homens, mulheres, todos constroem essa sociedade com qualidade de vida, que nós indígenas sonhamos para o mundo todo.”

Fala inspiradora final

Dan Baron

Dan Baron realizou a fala inspiradora final do círculo, com poesia, crítica e solidariedade; inicia sua fala inspiradora tocando o gogo, instrumento paraense, e logo em seguida, canta: “Eu canto, meu filho, pra tocar na memória, na sua pele. Eu canto, minha filha, pra tocar na imaginação no teu coração. Eu canto, minhas amigas e meus amigos, para ampliar os caminhos do nosso futuro.”(Canção afro-indígena)

“Eu cantei essa música cabocla, afro-indígena, como uma pessoa indígena. Eu sou do País de Gales, eu sou do povo celta, indígena, branco que tem uma cultura milenar acabando. Eu não falo minha própria língua, mas eu falo a língua de opção e afinidade, no meu caso, a língua brasileira, porque hoje, eu sou brasileiro, amazônico por opção e afinidade. Mudei meu país, troquei meus sapatos para havaianas, mudei muita coisa. Mas mudei porque eu acreditei e acredito que, a partir da riqueza que tem aqui, apesar das contradições e desafios que vocês todos conhecem na pele, o Brasil vai ainda sensibilizar o mundo e liderar o futuro. Eu começo cantando e afirmando a grande riqueza cultural que está aqui nessa sala.

Eu canto, meu filho, pra tocar na memória, na sua pele. Eu canto, minha filha, pra tocar na imaginação, no teu coração. Eu canto, minhas amigas e meus amigos, para ampliar os caminhos do nosso futuro. (Canção afro-indígena)

Agora gente é para provocar. O Pólis me convidou, um brasileiro estrangeiro, para também oferecer uma perspectiva um pouco distanciada, diferente, talvez minha própria diferença possibilite uma diversidade cultural ainda mais ousada. Minha companheira Manoela, se ela vai pra Bahia, todos acham que ela é baiana. Se vai para o Pará, todos acham que ela é paraense, se ela vai para o sul do país, todos acham que ela é gaúcha.

Mas quando perguntei quem ela é, analfabeta, sofre amnésia. Refletindo, ela falou pra mim que a voz indígena na pele paterna dela tá quieta, tá calada, tá presente mas tá ausente. Ela falou que a voz afrodescendente nela, também na pele paterna dela e na voz dela, é uma voz que treme com cultura, mas também com medo, e essa voz fica engolindo sapos. Porque tem uma voz materna bem mais forte nela, mais autoritária, aparentemente mais lúcida, com certeza formalmente mais alfabetizada, que é a voz portuguesa-italiana. Ela vivenciou na pele, na inconsciência dela, na voz íntima questionadora, cochichadora e poética dela - calada pela voz pública ou no teatro cotidiano dos espaços públicos - os 'triálogos' entre as vozes indígenas, africanas e europeias dentro de um corpo só, o corpo dela. Na cozinha, na cama, no pátio, no quintal, ela vivencia isso.

Essa mulher é minha companheira de 15 anos. Fazendo amor, convivendo, a gente abraça a diversidade cultural na pele de cada um, a gente abraça as histórias não descolonizadas, as memórias riquíssimas, mas não alfabetizadas. Mas abraçando, dialogando, fazendo amor, construindo projetos de diversidade cultural, a gente consegue descolonizar e se descolonizar juntos.

O facilitador deste círculo plenário pediu gritos criativos de cada grupo de trabalho. Mas aqui, nessa plenária, eu escutei, eu li não diria gritos criativos, mas poemas em construção. Eu falo poemas porque pelo que eu aprendi de vocês e de minha própria vida, é que o grito impossibilita a escuta. O grito vem da indignação (que carrega na palavra "dignidade", a busca de dignidade, sim, mas a indignação). Ele necessita de justiça, mas não consegue escutar outros gritos ao mesmo tempo. O grito é profundamente paradoxal. Ele acaba com a timidez, é necessário na fase do desenvolvimento de cada pessoa, por que mesmo que a timidez é a resposta mais sábia, mais astuta, mais inteligente pra sobreviver à crueldade, à violência, ao perigo do mundo devastador e colonizador, ela dificulta a interrelação entre pessoas, necessária para criar processos coletivos. Porém, o grito é surdo.

Ou seja, eu vi aqui poetas visuais, musicais e dançantes. Não escutei nenhum grito. O que eu escutei foi a sensibilidade, a solidariedade, a disponibilidade de se entregar sem conhecer, ou seja, a disponibilidade de entrar na roda de desconhecidos pra conhecer e reconhecer o que está presente na pele mas ainda não tem voz, ainda não

Eu falo poemas porque pelo que eu aprendi de vocês e de minha própria vida, é que o grito impossibilita a escuta. O grito vem da indignação (que carrega na palavra “dignidade”, a busca de dignidade, sim, mas a indignação).

tem linguagem. O que eu estou falando é o que eu aprendi com o Pólis: a necessidade de substituir cada palavra de guerra, de luta, de violência em busca de uma linguagem, uma poesia, uma estética de paz. Aqui, não quero afirmar o grito da vítima, mesmo que valorizo e abraço sua linguagem como parte necessária de um processo de transformação. Prefiro afirmar que eu vejo aqui e eu vi nesses poemas em construção visuais, de danças, literários, disponibilidade, solidariedade, empatia reflexiva: não a empatia que apaga a diferença, mas a solidariedade e a empatia que partem da reflexão.

Eu vi aqui todos os motivos porque eu troquei o meu país: para conhecer e participar de um mundo bem humano e bem dialógico. A gente tá vivenciando essa metodologia freiriana super conhecida pelo conceito e prática do diálogo. Mas dentro de um livro menos conhecido ‘Leitor do Mundo, Leitor da Palavra’, Paulo Freire fala sobre “astúcia”. Afirma que pessoas de comunidades e culturas que sofrem exclusão, violência, violação, vêm desenvolvendo uma astúcia, conhecimento, sabedoria, saberes marcados pela “imunização”. A imunização é a forma de se proteger diante de um mundo violentíssimo, e a partir desta sacada, venho aprendendo que para sensibilizar a pessoa imunizada, a gente necessita de um processo de dança, de música, de poesia, de teatro, todas as linguagens artísticas criminalizadas, marginalizadas pela educação formal, mal entendidas como artes que aparentemente só 1% da sociedade civil tem capacidade de desenvolver.

Aqui, vi poemas dançantes e musicais, nossas linguagens humanas que desequilibram a memória pessoal e a história coletiva internalizadas nos músculos, presenciei nossas linguagens que escapam à autocensura da palavra, à censura dos outros, linguagens artísticas capazes de também descolonizar e transparecer os preconceitos vivos em cada pele, em cada imaginário, em cada inconsciente coletivo. Vi a partir desses conceitos freirianos menos conhecidos, a “imunização” que nos ajuda a sobreviver e também buscar pedagogias capazes de descolonizar a sabedoria na “astúcia” que vive dentro da nossa imunização.

Agora, brincando com vocês ainda um pouco mais, ainda aprendendo com o Pólis - e lembram que isso não é minha própria língua, é a língua linda, criativa de vocês - parece que há fases processuais de sobrevivência, vivência e convivência. Em inglês não sei como falar isso, muito menos em minha língua celta do país de Gales, porque Gales foi devastada e transformada em uma língua folclórica, no sentido de morta, não no sentido originário. Mas pelo que estou entendendo cada vez mais, o povo preocupado, o ser humano preocupado com a sobrevivência tem que gritar, mas a sobrevivência é o solo fértil do celular, do consumismo, da globalização. Porque a sobrevivência necessita de comida, de teto. Estou falando disso com vocês porque como vamos discutir a convivência do novo, quando a gente tem medo do novo? Como a gente vai discutir a diversidade cultural quando a gente tem medo do diferente e das diferenças?

Aprendendo com o Pólis, aprendendo com vocês, vejo que nós temos que cuidar muito dessa transição entre sobrevivência, vivência e convivência. Nesse momento na Amazônia, a Secretaria de Cultura está - e estou usando o verbo com cuidado - enraizando um projeto econômico devastador da Vale do Rio Doce de desenvolvimento insustentável, a partir da Cultura Viva Comunitária. A partir da cultura viva popular estão enraizando um projeto econômico que vai acabar com a sustentabilidade da vida. A escola vai precisar com certeza de uma nova educação enraizada na cultura popular. Mas essa escola vai precisar de pedagogias que possibilitem processos de auto-descolonização, com e a partir do outro. Mas, além disso, vai precisar de pedagogias transculturais. A gente tem de sair de uma cultura pra entrar numa outra. E a transição implica uma mediação da gente mesmo, a gente vai precisar aprender as artes de mediação que fazem parte de uma vivência que vá possibilitar a convivência com pessoas bem diferentes. Vai precisar de jovens capazes de liderar a partir das linguagens artísticas e, sobretudo, vai precisar da capacidade de abraçar quem nós temos.

Quero encerrar com uma reflexão. Antes de chegar aqui eu encontrei com um músico caboclo brilhante. Ele tem na pele dele as culturas afro-indígenas, é uma pessoa brilhante, porém viciado, sem teto, fedendo, lutando pra se matar. Nenhuma conversa com ele alcança o íntimo intimidado. Nenhuma conversa e nem palavra alcança as necessidades dele que o celular alcança. Ele rouba celulares não só pra financiar as drogas que ele precisa pra se matar todo dia. Ele rouba o celular pra brincar com a globalização que tá seduzindo ele o tempo inteiro, oferecendo uma promessa que ele pode ser diferente.

Chegando aqui, saindo da Amazônia pela primeira vez depois de muitas tentativas de convidar ele para entrar em nossa Casinha de Cultura, encontrei ele na orla, ao lado do Rio Tocantins - sabem que este rio épico está morrendo, não tem mais peixe, porque a Vale está industrializando tudo, comercializando tudo, em nome de cultura viva e economia criativa. E abracei ele. E abraçando ele sentindo o peito de desrespeito, sentindo a intimidade da intimidação, sentindo todas essas dignidades na indignidade engolida dele, construí com ele uma nova relação.

O que estou tentando falar com essa costura, o que estou tentando destacar aqui é a necessidade de encontrar nossas pedagogias para nos “des-imunizar”, para encontrar novas comunidades de convivência. Mas temos que ter essa clareza das pessoas sofrendo, lutando pra sobreviver. Vão demorar pra chegar até essa descolonização do íntimo pra construir o novo.

Comecei com o som do gogo, lindo instrumento amazônico de percussão que uma vez era uma floresta, ouriço de castanha do Pará. Não tem mais. Temos o instrumento da diversidade cultural, mas não tem mais a floresta. Não tem mais as lendas que sustentam essas florestas. Temos realmente que pensar hoje, como vamos cuidar, como nosso amigo indígena falou hoje, como a gente vai cuidar do meio ambiente dentro do nosso peito, nosso íntimo, para garantir que a diversidade cultural e a biodiversidade cultural existam amanhã.

E agora eu convido você a virar para a pessoa ao seu lado e dar aquele abraço tão forte e brasileiro que só aqui se sabe fazer.”

RODAS DE CONVERSA NO ENCONTRO CULTURA DE PAZ, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À CIDADE

Relatório consolidado por **Luciana Piazzon Lima, Hamilton Faria, Martha Lemos e Wanda Martins**

Roda de Conversa 1

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DIVERSIDADE E A CULTURA DE CONVIVÊNCIA

Relatoria: **Júlia Neiva**

Facilitação: **Veridiana Negrini**

Fala inspiradora: **Maria Lucia da Silva e Américo Córdula**

Pergunta focal orientadora:

Como estão hoje as políticas públicas para a diversidade e qual a contribuição para a convivência urbana?

Temas afins

- Formas de resolução de conflitos que respeitem a diversidade
- Movimentos de rua e direito à cidade
- O papel do poder público na construção da diversidade
- O papel da diversidade cultural na construção do direito à cidade
- Políticas públicas para a diversidade em convivência
- A construção da cidade a partir das diversidades e das diferenças

Fala inspiradora

Maria Lucia da Silva (Integrante do Instituto AMMA Psique e Negritude)

“Quando fui convidada, fiquei refletindo como pensar a cultura da paz levando em conta a existência da subjetividade presente nos sujeitos envolvidos nos conflitos.

Compreendendo que a cultura da paz não é a ausência de conflitos, mas a construção de saídas para resolução de situações conflituosas que satisfaça a todos os envolvidos, pensei que estamos diante do desafio de compreender que: 1) essas situações envolvem pessoas ou circunstâncias com histórias, percepções e concepções diferentes sobre viver em sociedade; 2) a existência de necessidades diferenciadas em função da história dos envolvidos; 3) e no investimento que cada parte fará para que suas necessidades sejam satisfeitas.

Por outro lado, quando falamos em Políticas Públicas, falamos de ações de caráter abrangente, que atenderá um público diverso em suas necessidades e em suas condições materiais de existência. Como pensar a subjetividade na Política Pública? Há espaço para pensar as particularidades do sujeito? Se sim, em que instância?

Olhemos os diferentes territórios da cidade, todos beneficiados com a mesma política; seja ela de saúde, educação, assistência, cultura, etc. Enquanto as periferias são marcadas pela precariedade, com equipamentos sucateados; muitas vezes, com

Para que pensemos a cultura da paz é preciso visitar o modelo de política que praticamos. Para instituir a cultura da paz é preciso considerar a humanidade e os direitos de todos os sujeitos.

profissionais menos qualificados e/ou desmotivados para o atendimento; nos bairros habitados pelas classes mais abastadas, encontraremos o inverso dessa situação: equipamentos sociais bem equipados, ambientes cuidados, profissionais preparados, com recursos humanos e materiais.

Podemos pensar que a Política Pública carrega em si o germe do conflito na forma como os gestores pensam e definem a política nos territórios. Nesse sentido, para que pensemos a cultura da paz é preciso visitar o modelo de política que praticamos. Para instituir a cultura da paz é preciso considerar a humanidade e os direitos de todos os sujeitos.

Vale ressaltar, não é só na dimensão pública que isso ocorre, mas em todas as dimensões da sociedade, inclusive nos espaços de organizações alternativas; e não poderia ser diferente se pensarmos que somos todos frutos do mesmo caldo cultural, historicamente cunhado no privilégio de classe e no autoritarismo do coronelismo, que ainda vigora em muitas partes do país.

Pensar a cultura da paz é também pensar que o grupo é constituído de pessoas singulares, pois uma das dificuldades de nós ativistas é de pensar o sujeito do grupo que tem desejos, histórias e perspectivas diferenciadas e que, muitas vezes, suas atitudes são guiadas por aspectos inconscientes de sua subjetividade.

Penso que introduzir o elemento sócio-histórico na reflexão sobre a cultura da paz nos ajudará a pensar sobre as trajetórias dos grupos e como estas acabam por definir demandas particularizadas, o que nos ajudará a pensar estratégias que os mobilize para a adesão ao tema.

Nesse sentido, elemento importante na constituição da subjetividade de uma pessoa são as relações afetivas que ela irá estabelecer e construir ao longo de sua vida, algumas delas marcadas em seu processo de nascimento e primeira infância, por exemplo, situações de catástrofes, mortes de familiares, perdas irreparáveis, etc.

Freud diz que não somos senhores dentro da nossa própria casa. O que isto significa? Significa que muitas vezes nossas atitudes são guiadas por motivações, sensações, sentimentos, por nós desconhecidos, e a frase de Blaise Pascal³ retrata isso: “*O coração tem razões que a própria razão desconhece*”.

Quantas/os de nós já não vivemos situações dessa natureza? Como introduzir esse elemento na reflexão da construção de uma cultura de paz que leve em conta a subjetividade das pessoas? Esse é um desafio.

A cultura da paz pede o estabelecimento de acordos, pede aos envolvidos que abram mão de algo em função da convivência; exercício que fazemos cotidianamente,

³ Blaise Pascal. Filósofo, físico, matemático e escritor francês. (Clermont-Ferrand, Puy-de-Dôme, 19 de Junho de 1623 - Paris, 19 de Agosto de 1662).

A cultura da paz pede o estabelecimento de acordos, pede aos envolvidos que abram mão de algo em função da convivência.

parece que nas contendas perdemos a noção dos limites e das possibilidades de concessões.

Quando o Manifesto pela paz nos convoca a pensar crenças, valores e nos chama para olhar o outro numa construção de irmandade, é importante olhar para o seio da família e perceber como em algumas há quase que uma guerra por afetos. Imagina uma família com muitos filhos, onde se faz necessária a luta por espaço, por comida, por afetos, por privilégios. As nossas famílias podem ser exemplos concretos de como nem sempre a paz está presente, necessitando constantemente de um mediador, supostamente imparcial, para o restabelecimento da irmandade.

Pensar a paz não é algo simples, é complexo, que demanda conhecimento de cada um sobre si mesmo, de nos apropriarmos daquilo que nos limita, que nos faz muitas vezes mesquinhos/as, egoístas, com atitudes que podem colocar o grupo em risco. É um exercício diário.

Somos também constituídos pelas faltas instaladas ao longo da vida, sejam elas objetivas ou subjetivas e, em vários momentos queremos cobrar isto do mundo; seja esse mundo a mãe, os/as irmãos/ãs, o professor, o chefe, o/a amigo/a, ou um estranho, etc. Essas cobranças se darão nas formas mais diversificadas e, na maioria das vezes, nem nos damos conta. Este é um elemento importante para a construção da cultura da paz.

A falta é um elemento importante, pois só sonhamos ou construímos utopias porque há algo que falta em mim, no coletivo, no mundo e que nos incita a buscar, seja esta busca solitária seja ela em companhia.

Somos seres humanos, temos ganâncias, vícios, desejos, limitações, inveja, desejamos o que o outro tem, não damos para o outro o que ele quer da gente. Como lidamos com esses elementos? Como incluímos esses temas na construção da cultura da paz?

Como incluir esses elementos quando pensamos na construção de uma política? Como não há universalidade quando falamos de ser humano, sempre haverá algo que não se encaixa, mas não temos saídas, políticas públicas são feitas para sujeitos genéricos, as particularidades são reivindicações à parte.

Pensar nisso é pensar como sujeitos desejantes. Temos faltas. As faltas movem os mundos. Na busca pelo preenchimento é que o mundo se movimenta.

Para pensar na complexidade da construção de uma cultura de paz, quero continuar através de um exemplo concreto. Vou falar de uma particularidade de meu grupo de pertencimento: o povo negro. Com uma história de escravização; desvalorizado social e historicamente; com uma representação negativa e desvalorizada no imaginário social, elementos que irão impactar na construção das políticas públicas dirigidas para esse grupo.

Essas representações sociais cumprem um papel de manutenção e reprodução de estereótipos e preconceitos construídos historicamente e que se materializam nos indicadores sociais e na forma como o Estado trata de temas dramáticos, como é o caso do genocídio da juventude negra, vejam os números:

Homicídios Juventude negra em 2011⁴			
Total	Isto significa que:		
	Morre por mês	Morre por dia	Morre por hora
25.297	2941	98	4

Quando olho para esses números penso em um terremoto ou qualquer outra catástrofe (deslizamentos, enchentes, etc.) momentos em que toda a sociedade se mobiliza e que o Estado através de planos emergenciais coloca sua máquina para atender a população em referência.

Jovens negros morrem 2,5% mais do que jovens brancos; os estudos sinalizam que trata-se de uma situação endêmica, isto é, que é originário da região, algo que está estabelecido; o que nos leva a pensar na existência de uma cultura da violência historicamente estabelecida em nosso país.

Fico pensando porque não temos uma política de emergência para tratamento desse fenômeno que não é natural e sim social. Fico, também, pensando como os corpos têm valores diferenciados e verifico que morre, por mês, doze vezes mais a quantidade de jovens que morreram na Boate Kiss⁴ em 2013, e não vemos a mídia sequer interessada em noticiar esse fato.

Como os jovens negros podem se posicionar em relação à cultura da paz quando correm o risco de morrer pelo fato de que seus corpos são negros? O que esse fato pode ocasionar quando num conflito os protagonistas forem jovens brancos e negros? Afinal de contas, os jovens negros também são o futuro do país. Ou não?!

Podemos pensar que o Estado prefere arcar com os custos de milhares de mortes do que desenvolver uma política para a preservação de vidas. É difícil falar de cultura de paz diante de tamanha banalização da vida.

Como introduzir o elemento da subjetividade na política? Em que pese que a política abarca um número grande de sujeitos, como personificar e não homogeneizar os sujeitos?

Se o homem branco e heterossexual é o modelo, se as mulheres são menos que os homens, se os negros são menos que os brancos; se os indígenas são considerados menos e se a política é para esses sujeitos reais... essas representações irão impactar a política.

Para a construção de uma cultura da paz é necessário que saibamos quem somos, descortinar nossas crenças e valores ultrapassados; que estejamos em contato, entre

⁴ Boate Kiss: 242 mortos, um ano, nenhum condenado. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/boate-kiss-242-mortos-um-ano-nenhum-presos>

outros aspectos, com nossas faltas e limitações; e saber que nossa grande tarefa é começar desconstruindo em nós e, assim como uma pedra jogada na água, possamos irradiar e contaminar quem estiver ao nosso lado.”

Fala inspiradora

Américo Córdoba (Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura)

“Minha fala será sob o ponto de vista da cultura, especificamente nas políticas públicas. Algumas reflexões e provocações para o debate.

Nos últimos 10 anos o governo federal focou suas políticas sociais na eliminação da extrema pobreza, estamos quase logrando sucesso, mais de 42 milhões de pessoas passaram a outro estágio de cidadania, com direitos básicos e com uma condição mais digna de vivência. Essa condição foi retratada no acesso a bens materiais, casa, luz, comida, móveis, automóveis, enfim um degrau na escala de ascensão social, nos programas que hoje constituem o SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Essas conquistas, no entanto não levaram em consideração os aspectos da cultura como um fator de desenvolvimento, isso teve um reflexo inclusive na campanha eleitoral, na qual questões como o aborto e a homofobia foram abordadas como aspectos religiosos, deixando de ser uma questão de saúde pública e de preconceito. Esses temas poderiam estar em outro nível de discussão se essa massa de pessoas tivesse acesso à cultura e educação.

Outra grande conquista no campo da cultura foi a redefinição do conceito das políticas culturais e as dimensões atribuídas, que ampliou o leque do alcance dos segmentos culturais que foram definidos na Convenção da UNESCO, sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, saindo da lógica das linguagens artísticas para o todo.

Mas como essa política para a diversidade cultural deveria chegar a todas as cidades?

Esse foi o trabalho de democratização das políticas atribuídas principalmente pelos editais públicos que permitiram um maior acesso aos segmentos da diversidade. Voltados para temas e facilitando a participação, através de inscrições orais e simplificadas, indígenas, quilombolas, ciganos e culturas populares começam a aparecer nas políticas públicas.

Nessa década a relação com os movimentos sociais que passaram a participar da criação das políticas criou um novo processo de relação entre a sociedade e o governo.

Através da criação de conselhos, em todos os entes da federação, houve uma ocupação pelo espaço político e no orçamento que não acontecia antes. No entanto, se existe mais democratização nas políticas, não existe um conforto entre os interesses

Os grupos mais prejudicados desde a colonização foram os indígenas e africanos, o processo de reparação ainda está em andamento, priorizar essas ações afirmativas é muito importante para a construção de uma sociedade.

dos diversos grupos culturais, pode-se dizer que a cultura da convivência ainda é um processo em construção.

Os grupos mais prejudicados desde a colonização foram os indígenas e africanos, o processo de reparação ainda está em andamento, priorizar essas ações afirmativas é muito importante para a construção de uma sociedade que ainda não conhece a história desses grupos e que, portanto, ainda não tem a dimensão da contribuição para a identidade do povo brasileiro. Juntam-se a esses outros grupos formadores, como ciganos e imigrantes que completam esse mosaico cultural.

A cultura desses segmentos sempre existiu desde que ocuparam essas terras, no caso indígena, ou os que para cá se trasladaram, no entanto estavam invisíveis para as políticas.

O modelo adotado sempre foi o eurocêntrico, como os voltados para as Belas Artes, mas que de fato não combina com a produção dos que aqui habitam. Portanto essa mudança de paradigma entre a priorização das políticas de base comunitária, concretizadas no Programa Cultura Viva, trouxe uma nova abordagem para a dimensão do universo criativo local, que articuladas em rede puderam se expandir para o nacional.

O Cultura Viva é hoje o programa mais federalizado, portanto o que efetivamente chega nas cidades, cada dia cresce o número de editais estaduais, que contemplam várias cidades. Temos no Plano Nacional de Cultura a meta de chegar a 15.000 Pontos de Cultura até 2020.

Mas como medir o impacto dessa política?

Assim como faz falta nos componentes que medem o IDH, educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita, a cultura tão pouco ocupa espaço no desenvolvimento sustentável, como visto na [Conferência] Rio+20.

Construir indicadores de desenvolvimento com a perspectiva da cultura é um grande desafio para a gestão pública, que traz o intangível, portanto o não contabilizado ou *monetizável* para uma economia a escala humana⁵, onde fatores de satisfação façam parte de nossos indicadores.

Quais são essas necessidades que precisamos atender?

As necessidades axiológicas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, liberdade, identidade.

As necessidades existenciais: ser, ter, fazer, estar - cruzadas com as axiológicas como a criação, nos traz algumas intersecções importantes. Para sermos criativos, precisamos de: paixão, intuição, imaginação, audácia, racionalidade, autonomia, inventividade e curiosidade; precisamos ter: habilidade, destreza, método e trabalho; precisamos fazer: trabalhar, inventar, construir, idealizar, compor, desenhar, interpretar; precisamos estar: nos âmbitos de produção, oficinas, escolas, grupos, espaços de expressão.

A partir desses parâmetros podemos construir um ambiente de convivência que respeita valores que hoje ainda não fazem totalmente parte das políticas, mas que devem ser atendidas no governo federal, nos estados e municípios.”

5 Para saber mais leia “Desarrollo a Escala Humana”, de Max Neef, download em www.max-neef.cl

Síntese do debate

Diante do tema da roda e da pergunta orientadora centrada nas políticas públicas para a diversidade, os participantes compartilharam alguns relatos e experiências vividos e discutiram alguns dos desafios presentes no âmbito dessa questão. As discussões giraram basicamente em torno de dois eixos: as políticas educacionais e as políticas de cultura.

No que diz respeito à educação, foram discutidas as dificuldades de trabalhar com a diversidade dentro do universo da escola pública. Por um lado, isso ocorre graças à falta de um projeto pedagógico e de mecanismos que traduzam o ensino da diversidade dentro do contexto escolar. Nesse aspecto, a avaliação dos participantes é a de que o diálogo com as escolas é extremamente difícil e de que as leis que tratam desse tema, apesar de existirem há mais de 10 anos, não são aplicadas. Por outro lado, as dificuldades se apresentam devido aos preconceitos existentes diante das culturas negras, sobretudo por questões religiosas. Os relatos de que diretoras, coordenadoras pedagógicas, professores ou pais evangélicos se opunham ao ensino da cultura negra foram inúmeros. A percepção de que as igrejas vêm ocupando o espaço de formação reiteraram a importância de se reivindicar uma educação laica. Além desses impeditivos, foi indicada a existência de uma falta de compreensão dessas culturas, tornando-se exemplar o caso de uma escola onde estudam crianças de um terreiro que, constantemente, levam broncas por suas roupas e comportamento - atitude que ignora e busca enquadrar seus conhecimentos. A afirmativa geral é, portanto, de que “Cultura de paz tem que ter respeito.”

Como sugestões diante desses dilemas, apareceram a importância de se ampliar os orçamentos para o trabalho com a diversidade nas escolas e de se disputar os editais públicos, a exemplo do Mais Cultura nas escolas. Além disso, sugeriu-se a realização de um trabalho com os professores, buscando formar quem está dentro da escola para quebrar as resistências. As parcerias diretas com professores e crianças e o acompanhamento dos projetos pedagógicos são um exemplo de ação possível, muito presente na experiência do Grãos de Luz e Griô da Bahia. Por fim, falou-se ainda em mobilizar os pais diante dessas questões, com o cuidado de que estes não tem mais direito que outros para determinar os conteúdos do ensino. Concluiu-se, enfim, que a educação e a cultura têm que andar juntas, não sendo um barco furado, mas sim difícil de remar, apesar de essencial.

Com relação às políticas culturais propriamente ditas, questionou-se, sobretudo, a distância e o alcance das políticas públicas, já que há muitas dificuldades para que estas cheguem às pessoas. No que diz respeito aos editais, por exemplo, há a seleção por projetos, que tem apontado para a existência de profissionais especialistas em escrever projetos e dificultado o acesso aos recursos públicos. Apesar da adoção de uma saída temporária menos burocrática através dos prêmios, foi consensual a necessidade de se criar outros modelos para reconhecer as práticas culturais. Além disso, nessa discussão foi levantada ainda a questão das políticas específicas voltadas para a diversidade, que tem enfrentado também alguns entraves. Como exemplo paradigmático, foi citado o caso dos editais para negros que, tendo sido uma reivindicação da sociedade civil, foram lançados pela Ministra Marta Suplicy, sendo, no entanto, vetados, após inúmeras ações de articulação, divulgação e formação para proposição dos projetos.

Propostas: Políticas públicas para a diversidade e a cultura de convivência

1. Criar estratégias de prevenção da violência e de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, que valorizam a construção de saberes, o protagonismo juvenil e o exercício da consciência cidadã, diante dos impactos causados pelos megaeventos.
2. Criar um observatório para acompanhamento das políticas públicas advindas das diversas conferências e encontros municipais, estaduais e federais.
3. Criar um diálogo permanente com os representantes dos movimentos culturais para subsidiar mecanismos de fomento.
4. Facilitar os mecanismos de acesso aos editais de intercâmbios culturais do Ministério da Cultura/MinC.
5. Aprovar e implementar as leis Griô e Cultura Viva

Relatoria: **Aluízio Marino**

Facilitação: **Valmir de Souza**

Falas inspiradoras: **Nazareno Stanislau Afonso e Guilherme Varela**

Perguntas focais orientadoras

Como a mobilidade urbana e cultural pode contribuir para a convivência?

Quais os desafios para a mobilidade a partir dos novos cenários apresentados?

Temas afins

- A importância da mobilidade urbana para a convivência
- Mobilidade cultural e mobilidade urbana
- A mobilidade física, virtual, informacional
- A interseção entre espaço físico e ciberespaço nas metrópoles
- As novas territorialidades culturais e a convivência
- Os novos sentidos do lugar e a produção do espaço
- A sociabilidade cultural das formas alternativas de mobilidade
- Políticas públicas de mobilidade

Fala inspiradora

Nazareno Stanislau Afonso (Associação Nacional de Transporte Público/ANTP e Instituto Viva Rua)

“O Estado brasileiro fez uma opção na mobilidade urbana em universalizar o uso e a propriedade do automóvel, provendo de toda a estrutura necessária para circular e estacionar. Já o transporte público ficou como política de mercado e abandonado há mais de 20 anos nas políticas públicas. Historicamente, devido a esse abandono e porque não é tratado como serviço essencial, sendo financiado exclusivamente pelos usuários, tem serviço precário e caro para os mesmos.

Com a lei 12.587/12 há uma mudança profunda na política de mobilidade mesmo determinando que o uso das vias devem ser prioritariamente utilizadas pelos modos individual não motorizado (pedestre e ciclista) e pelo transporte público, cabendo ao automóvel no máximo 30% da via. Essa política vai na contramão do próprio governo que financia a gasolina e facilita a compra de automóveis. Em contrapartida em Barcelona, foram diminuídas as vias de transporte e aumentadas as calçadas.

O termo mobilidade, que se utiliza desde 2003, é uma conquista dos movimentos sociais. A partir dele foi possível tratar todos os meios de transporte como uma temática única, demonstrando, por exemplo, a iniquidade do uso dos automóveis e abarcar uma série de questões indissociáveis (transporte, acessibilidade, políticas públicas, etc.).

A prática urbanística e arquitetônica recente é, no mínimo, questionável. Os espaços de convivência são suprimidos pelo alargamento das ruas e a facilitação do transporte individual motorizado, a partir do automóvel.

Nas décadas de 1910 e 1920 as ruas eram espaços de convivência, inclusive entre veículos diferentes (carros, bondes, bicicletas, pedestres). Um dos principais motivos para isso era a velocidade reduzida dos veículos, principalmente dos carros. Esse histórico justifica um debate contemporâneo das “cidades mais lentas” - um exemplo é Estocolmo, onde existe outro desenho de cidade (lá é possível, por exemplo, andar de bicicleta por toda sua extensão).

Apresentação do manifesto “Conquistar a rua para os pedestres, bicicletas e transportes públicos: esta é a lei da mobilidade urbana”, elaborado pelo Instituto *Rua Viva*, por ocasião da 13ª *Jornada brasileira na cidade sem meu carro* que o Instituto trouxe para o Brasil que é convencer as prefeituras para no dia 22 de setembro fechar e criar espaços nas ruas livres de automóveis. Ações como essa são importantes para estimular a convivência urbana, a partir dela é possível ressignificar espaços públicos, transformando-os em locais com programação cultural, por exemplo.

Exemplos de ações que visam à transformação do cenário da mobilidade urbana e cultural:

- Transformar o minhocão em um parque suspenso (exclusivo para a cidade de São Paulo);
- Acabar com os estacionamentos em via pública, principalmente onde circulam ônibus;
- Periodicamente, fechar ruas para o desenvolvimento de ações que incentivem a convivência (eventos culturais, por exemplo);
- Transformar ruas dos bairros, caracterizando-as como espaço das pessoas e não dos carros e criar ruas de lazer;
- Reduzir a velocidade das cidades - o ideal, pensando nos automóveis, é 46 km por hora. Trata-se de um pensamento global, na Europa, por exemplo, existem debates sobre esse tema entre ministros de diferentes países;
- O poder público deve ser responsável pela estruturação e manutenção das vias de pedestre com grande circulação, fiscalizando as demais;
- Fortalecer os movimentos sociais e criar instâncias de participação social que contemplem também um processo de formação política da sociedade civil;
- Utilizar ferramentas digitais e virtuais (TICs) para informar on line os usuários do tempo de espera dos ônibus.

Em texto de Ivana Bentes, a autora coloca, nas manifestações de junho no Brasil, o encontro do mundo virtual com o mundo físico. Segundo Bentes, os desejos da população, até então manifestados no espaço virtual, saíram para a rua, para a disputa real.

A rua é um espaço de disputa e também do espetáculo, da convivência. A população deve se apropriar dele. É de extrema importância a criação e o fortalecimento de movimentos sociais que lutem nesse sentido. O espaço urbano deve ser privilegiado para a maioria da população, por exemplo, criando corredores exclusivos de transportes públicos.

No Brasil existe um absoluto descaso do poder público sobre a maior tragédia de políticas públicas do país, são chacinados por essa política mais de 43 mil pessoas em nosso país, vítimas de acidentes de trânsito.

Existe a tese do “não transporte”, pela retomada do tempo social: a defesa da

redução da necessidade das pessoas se transportarem. Como ações para isso: distribuir oportunidades de emprego pelo território, dando incentivo para que as pessoas morem próximo ao trabalho e junto aos corredores de transportes públicos.

Não há a possibilidade de existir um metrô 24 horas, por conta do tempo necessário para a manutenção. O único sistema de transporte que pode ter serviço 24 horas é o ônibus, todavia as empresas devem possuir uma frota reserva e o Estado deve fiscalizar esse serviço.

Propostas para o Plano Federal de Mobilidade Urbana:

1. Justiça tributária e social: os usuários não devem pagar mais de 50% do valor da tarifa - criação de bilhete único integrado, desoneração de tributos, uso exclusivo de faixas para ônibus, e com diesel 50% mais barato podem conseguir isso;
2. Reduzir em 75% o custo da energia elétrica para o transporte público;
3. Transformar o transporte público em um direito social;
4. Criar fundos de mobilidade urbana para financiamento dos investimentos e custeio através de 2% do Orçamento Geral da União, taxação dos estacionamento, fim da exoneração fiscal sobre a gasolina, porcentagem da valorização imobiliária, pedágio urbano);
5. Investir em formação continuada de gestores públicos e capacitar os órgãos públicos, principalmente municipais, criando um terreno fértil para a elaboração de projetos;
6. Melhorar o sistema convencional (dia a dia): ônibus modernos, tecnologias da informação para informação aos usuários, abrigos e vias pavimentadas para ônibus;
7. Criar recursos para implantar um programa de calçadas e ciclovias;
8. Ampliar o controle social criando conselhos municipais e estaduais de mobilidade urbana;
9. Criar um observatório nacional sobre a mobilidade urbana para se ter informações gerenciais e mecanismos de transparência sobre os custos e os gastos públicos com mobilidade.

Fala inspiradora

Guilherme Varella (Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura)

“O Estado, nas políticas culturais, deve possuir três papéis: regulador (criar leis e normas que garantam os direitos culturais); fomentador (a partir de serviços e equipamentos que fomentem a formação e a difusão cultural); e indutor (a partir de ações que criem novos e fortaleçam os protagonismos existentes no território).

Existem várias dimensões da cultura que podem ser levantadas para tratar a questão da mobilidade (políticas culturais, territórios, arranjos urbanos e, principalmente, a disputa simbólica). Há uma disputa travada dentro do espaço urbano, onde existe uma série de questões que precisam ser pensadas, e que envolvem principalmente a convivência entre as pessoas.

Em cidades do interior, por exemplo, existe uma dinâmica diferente no que se refere à convivência. Alguns fatores que influenciam isso: menor concentração

populacional, menor dimensão territorial e, principalmente, a existência de espaços de convivência como praças e calçadas.

Todavia, existe também uma transformação desta lógica. Algumas cidades do interior, ou de menor porte, começam a ter trânsito. Além disso, espaços de convivência estão diminuindo, priorizando a construção de estacionamentos públicos e ruas.

A discussão sobre a mobilidade urbana é, em essência, uma discussão cultural, pois em sua dinâmica no território está inserida a cultura da população, seus hábitos, tradições etc. Todavia a maior parte das políticas públicas que tratam dessa questão está vinculada a outras pastas temáticas.

Um exemplo de política cultural, que deveria ser desnecessária, foi a criação de uma lei que descriminaliza o trabalho dos artistas de rua. Essa necessidade é, em essência, reflexo da cultura existente na cidade, uma cultura urbana que cerceia ações de apropriação do espaço público/urbano.

Para que São Paulo, ou qualquer outra cidade, se torne um território criativo, pautado pelas trocas e pelo compartilhamento, é fundamental que a disputa simbólica existente seja pensada no âmbito das políticas públicas - principalmente as culturais - e que os outros setores das políticas também conversem com essa questão. Por exemplo, é preciso repensar o mobiliário urbano (mais colorido e menos cinza, com ruas e praças iluminadas, com bancos), ressignificar os espaços públicos, etc.

São Paulo é um grande repositório de culturas, recebendo manifestações e valores de todo o país e até do mundo. Isso faz com que o território da capital seja concentrado, e exista a necessidade de que os fluxos culturais sejam repensados, desconcentrando a diversidade existente. Pontos importantes para isso:

- Descentralizar as possibilidades de acesso e fruição cultural na cidade; e
- Transformar o transporte urbano, possibilitando que os moradores de bairros distantes possam se encontrar com mais facilidade (transporte 24 horas, criação de linhas culturais entre diferentes equipamentos, etc.)

Um agente importante no trabalho de descentralização das possibilidades de acesso e fruição cultural, na cidade de São Paulo, é a Subprefeitura. Cada uma delas possui uma supervisão de cultura, que na gestão passada estava na mão de policiais militares ou bombeiros. Fato esse que mostra uma prática de criminalização da cultura na cidade. Outro fato que ilustra esse fenômeno é a tentativa recente de uma lei que criminaliza a linguagem musical do Funk.

O andar a pé é uma prática cada vez mais distante de nossa realidade. Existe uma cultura do automóvel, as pessoas são os automóveis. O Estado deve induzir a prática da caminhada, através de ações que promovam o reencantamento da cidade.

Síntese do debate

Nesta Roda foram debatidos os diferentes dilemas relacionados à questão da mobilidade urbana: a existência de um serviço de transporte precário e ineficiente; o mercado de trabalho perverso e cujas oportunidades estão altamente concentradas, implicando em enormes deslocamentos; as dinâmicas sociais pautadas pelo individualismo, acima de projetos públicos; a violência contra a mulher, facilitada pela superlotação; o restrito espaço para o pedestre e a presença maciça dos carros; a necessidade

da descentralização econômica, cultural e urbana; os impeditivos de acesso ao lazer por tempo e falta de mobilidade, entre outros.

Foi trabalhado especificamente o exemplo de Salvador, terceira cidade com maior congestionamento do Brasil e com transporte público precário, onde não há plano de mobilidade cultural ou urbana. Há apenas um pequeno trajeto de metrô, que não prevê integração e com custos e tempo de previsão de término elevados. O diagnóstico é o de que os interesses privados suprimiram outros projetos de mobilidade, melhores. Deveria haver um maior investimento no transporte por ônibus, distribuído pela cidade e com melhores condições estruturais do que os veículos particulares. Em outras palavras, seria necessário tirar o ônibus do congestionamento, diminuindo o tempo de viagem e os custos de transporte.

Outra questão discutida foram as condições existentes para a mobilidade do pedestre. Os locais onde o pedestre circula devem ser entendidos como vias públicas de transporte/fluxo, devendo ser as ruas com grande fluxo de pedestre cuidadas pelo Estado. Os outros locais devem ser fiscalizados, a partir de aspectos normativos que garantam vias de qualidade para os pedestres. Neste ponto, a luta por mobilidade, encabeçada principalmente pelos movimentos em prol das pessoas com deficiência física, são de extrema importância para garantir uma cidade acessível, onde o básico é repensar as calçadas.

Por fim, discutiu-se quais seriam as formas de garantir a participação efetiva da sociedade civil nas discussões e nas decisões públicas sobre a mobilidade urbana. A conclusão é que não há um plano de Estado para solucionar a questão, sendo necessário o conhecimento das leis de urbanismo e o direito à cidade, e o acompanhamento de possíveis projetos e/ou ações.

Propostas: Mobilidade urbana, mobilidade cultural e convivência

O grupo optou por levantar perguntas ao invés de propor diretrizes:

1. De que maneira fazer com que as pessoas se interessem, conheçam e se apropriem das leis?
2. Como a sociedade civil pode promover encontros livres de participação, e estimular/pressionar e provocar o Estado a realizar encontros dessa natureza?
3. Como propiciar os fluxos culturais livres da mobilidade cultural em consonância com a mobilidade urbana? Como “linkar” os agentes e grupos de diferentes discussões, sem restrições geográficas e linguísticas?
4. Como pensar ações conjuntas de cultura, educação, esporte, saúde para a educação básica?
5. A mídia está aberta para receber as demandas sociais por valores de paz? Se não, como fazer?
6. Como é possível transformar as ruas em espaços públicos de convivência?
7. Como incorporar a interculturalidade na mobilidade urbana?

Roda de conversa 3

A APROPRIAÇÃO DA CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONVIVÊNCIA: AMBIENTE URBANO E POÉTICAS DE RUA

Relatoria: **Luciana Lima**

Facilitação: **Altair Moreira**

Falas inspiradoras: **Marcelo Manzatti e Juliana Nogueira Kitanji**

Perguntas focais orientadoras

*Como podemos explicitar a tensão entre espaço público e apropriação privada da cidade?
Qual a importância da apropriação pública pelos cidadãos para a melhoria da convivência?
Qual o papel do Estado e das políticas públicas para a construção de um ambiente urbano com cultura de paz?*

Temas afins

- A arte e as poéticas de rua
- Experiências de produção artística nos espaços de rua
- O reencantamento do espaço da rua como lugar de convivência
- A invisibilidade social e o direito à cidade
- O papel dos movimentos socioculturais no espaço público
- A construção de territórios de paz

Altair Moreira (Consultor de Políticas Culturais do Instituto Pólis)

Como as convivências podem se dar nos espaços públicos? Quais as tensões entre o poder público e a sociedade civil? Que espaços existem que são ignorados pelo poder público? As propostas de política pública em geral quem formula é o Estado, é nova discussão da consulta à população. Existem muitas manifestações de cultura em São Paulo, da sociedade civil. Muitas coisas manifestadas no território de São Paulo que o poder público passa distante ou, quando passa, tenta mais capitalizar as propostas que contribuir para mantê-las. Qual a importância dessas manifestações culturais para se tornar em políticas públicas? Que tipo de políticas públicas seriam adequadas para trabalhar com essas manifestações culturais? Quais as suas relações com o território? São estes os temas que perpassam a discussão.

Fala inspiradora

Marcelo Manzatti (Antropólogo e produtor cultural)

Há um fenômeno relativamente recente de organização do setor cultural para conquista das políticas públicas e garantia de direitos culturais. Mas, tem muita gente falando sobre isso e pouca gente fazendo, efetivamente. Muitos confundem a simples ação do agente/gestor público com uma política pública, quando, na maioria dos casos, trata-se de uma ação de governo, apenas.

Há tensões vividas no espaço público motivadas pela apropriação privada da cidade. Quando se fala em construção de política pública, se está falando da constituição de um direito ou de mais direitos. A grande maioria da população está excluída

Quando se fala em construção de política pública, se está falando da constituição de um direito ou de mais direitos.

do acesso à cultura, a não ser pelo consumo que se dá através dos meios de comunicação de massa, o que caracteriza uma ausência de direitos culturais.

A noção de cultura como um direito social básico vem de uma construção da gestão de Marilena Chaui na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, consolidada pela gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira no Ministério da Cultura. Ela trouxe para o campo da cultura agentes que estavam apagados, fazendo com que a questão deixasse de ser um privilégio de alguns poucos grupos.

O que está em jogo é a ideia de que há um direito à cultura, que deveria ser garantido amplamente para toda a população. A produção cultural que ocorre no seio das camadas populares foi sendo incorporada a partir dessa luta, mas ainda não foi vencida. O embate está se dando agora e o momento atual é de indefinição e de um certo retrocesso.

Para se ter política pública são necessários alguns elementos:

1. Constituição de um direito: Qual o direito que a política pública vem garantir? Criar um movimento para que o direito almejado seja entranhado nas estruturas do Estado;
2. Participação social direta: desde a mobilização para a construção desse direito até as instâncias de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas por parte da sociedade civil;
3. Marco legal: garantir mecanismos legais, a exemplo da Lei Cultura Viva;
4. Órgãos públicos dotados de capacidade técnica para garantir a efetivação do marco legal. Se não tem poder público capacitado, não tem como efetivar política pública;
5. Planos, programas e ações: organizar pensando no médio e no longo prazo e criar metas factíveis;
6. Dotação de orçamento para execução das ações propostas com efeitos em toda a sociedade.

A política pública de cultura é complexa. Hoje, as ações são muito focadas no fomento, com recursos para os artistas e agentes culturais realizarem seus projetos e financiar a produção, porém, muitas vezes, o acesso a ela não se efetiva (exemplo do cinema nacional, que tem uma produção relativamente interessante, hoje, mas que não é adequadamente distribuída).

Para se ter uma política cultural estruturada deve-se investir de forma mais equilibrada em todo o ciclo que conforma a atividade cultural: investimento maciço em formação, para artistas e público (educação cultural). Investir na criação, na circulação dos bens e produtos e na sua difusão via meios de comunicação. Investir também na memória e no patrimônio e em infraestrutura. O investimento tem que ser mais equilibrado.

Outro ponto que torna a política de cultura complexa é o fato de ela ser transversal a muitas outras áreas (meio ambiente, turismo, comunicação, educação). O

Ministério da Cultura e outros órgão afins não têm estrutura para interagir com outras áreas. Há necessidade de *culturalizar* outras políticas. Não é à toa que o orçamento do MinC é um dos menores.

Fala inspiradora

Juliana Nogueira Kitanji (Programa Juventude Viva)

Pensar Cultura de Paz e Espaço Público é remeter-se a políticas públicas. Discutir a política pública norteia outros pontos como onde ela é aplicada e o espaço público.

O espaço público tem dono, é o gerente do posto, a diretora da escola, esta é uma cultura construída E o povo e alguns governantes pensam a política vanguardista, mas não reviu-se o espaço público, que é entendido como espaço privado. Isso é um dos pontos de tensão entre o espaço público, política pública e qualquer outra cultura que não a do privado, da propriedade que tem de ser defendida.

Essa tensão é traduzida através da burocracia, para barrar o acesso ao espaço público. Por exemplo, quando se chega para usar um centro comunitário, pedem ofício. Mas o que é o ofício? Ofício é um documento que tem de ter personalidade jurídica. E aí precisa de CNPJ da instituição e não se consegue acessar o espaço público. Hoje o Centro Unificado Educacional (CEU) não consegue ser um espaço público porque você já tem de ser uma instituição, boa fala, formação, roupa adequada para conversar com o diretor.

Se pensar o dia a dia do jovem que está na periferia e quer usar o CEU, com certeza [ele] vai ser impedido. Assim, o espaço geograficamente falando é feito para não se apossar dele. As diferentes salas, a organização piramidal, tudo é colocado como uma estrutura organizada feita para não se apropriar do espaço via coletividade, que é uma característica que a periferia tem. Não posso chegar com a minha galera neste espaço. Não se leva a herança das várias matrizes para a geografia do espaço público.

Conseguimos um marco legal, queria que o CEU derrubasse o palco, as cadeiras e fizesse um grande tablado, mas não tem como. A frustração com as lutas que a gente tem, ganhamos espaços, mas não efetivamente o que se queria. Continuamos fazendo esforço e conquistando marcos legais, mas o bolo continua mal distribuído.

Pensar a cultura de paz é esse imediatismo. Essa frustração e essa violência tem que ser expressas de alguma forma. Como convencer que vale a pena o processo de luta nesse contexto?

Qual a importância dessa apropriação? É conhecimento, mas como esse conhecimento chega? O que ganho em aprender a fazer um ofício? Estou fomentando que o Estado seja burocrático?

O que temos feito, infelizmente, é ensinar a base a ser burocrática e não lutar para diminuir a burocracia do Estado. Temos nos adequado à burocracia discriminatória do Estado, e não temos feito luta por mudança do Estado, ao invés de nos adequarmos ao Estado.

Hoje o Programa *Juventude Viva* chega à periferia com edital e a juventude tem dito que não quer isso. É preciso rever essa agenda e lutar para definirmos quando é hora da luta por ações de adequação de emergência e quando é a hora das lutas por mudança.

O Brasil, desde o processo de colonização, vem construindo perfis de brasileiros

Pensar espaços de convivência na periferia, sem debater e garantir a identidade dos que ali estão, é uma farsa. O espaço público tem que fortalecer a escola de samba da região, o grupo de jovens do hip hop e assim por diante e aprender com a forma hierárquica ali existente sem a burocracia que engessa.

para serem vendidos. De forma a construir um imaginário de um Brasil, ideal para a globalização, mais branco, é algo que a elite brasileira já expressou e várias vezes construiu estratégias para alcançar e a bola da vez é o se autodeclarar pardo, que remete à cultura de que miscigenação estabelece “paz”. E ao se declarar desta forma, deixa-se de pertencer ao território, à matriz africana ou indígena ou europeia e passa-se a ser um consumidor do que o capital e as grandes mídias oferecem e não um produtor de cultura.

Pensar espaços de convivência na periferia, sem debater e garantir a identidade dos que ali estão, é uma farsa. O espaço público tem que fortalecer a escola de samba da região, o grupo de jovens do hip hop e assim por diante e aprender com a forma hierárquica ali existente sem a burocracia que engessa.

A política de convivência sem pensar na questão identitária dos que habitam o território não é política de convivência. Em geral tira o que o território tem, que não serve para o parâmetro que está levando de fora. Isso é acabar com a cultura daquele território, é dar um pacote capitalista e consumista.

Debater o ambiente urbano é o que precisamos.

Não posso deixar de falar de minha origem sou dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, nós estamos na busca do marco legal para os povos e comunidades tradicionais. O principal é que estamos dentro do perímetro urbano cultivando uma cultura de se alimentar, de se vestir de viver estruturada em princípios totalmente diferentes dos [modelos] consumistas; desta forma, os desenvolvimentistas pensam que “nos expulsar do território é desenvolver ele”. O desenvolvimento da estrutura urbana é todo em caixinha, não tem convivência, não tem relação, cabe um pensar diferente de que tudo pode ser comprado.

Um ponto importante ao pensar na cultura de paz é pensar na violência que esses territórios estão sofrendo pela política pública, pelo genocídio. São territórios receptores de violência, mas que produzem cultura de paz. A luta é difícil, a sensação é de que só tem a perder, que o mundo fora daquele espaço quer destruir tudo que traz a paz a estes territórios, pois a periferia não produz o álcool, cocaína, as armas e não aposta na vida com grandes montantes de dinheiro. A sua autodestruição na maioria das vezes usa uniforme e cria um perfil de criminoso que coloca os moradores desses territórios como um alvo.

Sim, são territórios de pretos, com cultura de matriz africana que produzem a paz, mas que são atacados muitas vezes pela polícia e que estão vendo seu espaço “público” se tornando cada vez mais “privado” a serviço dos interesses do capital.

Síntese do debate

O debate girou em torno do grande tema proposto nesta roda: as dificuldades para a apropriação dos espaços públicos. Diante dessa questão posta, outras foram surgindo como entraves para essa apropriação, como os problemas da mobilidade urbana, o distanciamento e a burocracia das instituições públicas, os desafios da representação e as dificuldades de atuação nas escolas.

No que diz respeito aos espaços públicos, discutiu-se a necessidade de conquistá-los de forma permanente e cotidiana, para além do que tem ocorrido no contexto das grandes manifestações de rua. A ideia da apropriação das praças como espaço de encontro foi antagonizada frente às proibições e ao cerceamento e esvaziamento dos espaços públicos, promovidos sobretudo pela última gestão da cidade de São Paulo. O espaço público foi assim entendido como espaço de tensão, a ser disputado.

Além de impeditivos como esses, a questão da mobilidade foi muito trabalhada, uma vez que, no contexto das grandes cidades, a questão do transporte está em colapso. As longas distâncias, o custo das passagens e a baixa infraestrutura do transporte público foram apontados como impeditivos geradores de segregação. Nesse sentido, o direito à cidade foi colocado como o direito de “saber que existe algo diferente do que eu vejo todo dia”, ou seja, o direito de circular pela cidade.

Também no sentido da construção dos espaços públicos, foi reivindicada a participação das localidades, não podendo ser criados de cima para baixo, ou unicamente a partir das instituições do poder público. Daí a necessidade de se fortalecerem politicamente os movimentos de ocupação que atuam por meio das artes, da cultura popular, do verde, do direito ao lúdico, entre outros.

O distanciamento das instituições do Estado frente à grande parte da população foi uma das críticas apontadas, afirmando-se que a expressão “poder público” em realidade é uma falácia, uma vez que os espaços das instituições não são efetivamente compartilhados. Diagnosticou-se que o lugar onde as questões são pensadas e debatidas não tem aderência à realidade, bem como a percepção de que a institucionalidade desvia a ênfase dos processos cotidianos em meio às inúmeras demandas burocráticas. Além disso, falou-se das violências nas micro-instâncias de poder, reproduzidas cotidianamente, e na apropriação privada da cidade e dos bens públicos, em paralelo à publicização de problemas que são privados.

Também argumentou-se que a crise de representação está posta e é preciso que os projetos estejam vinculados às vivências reais e práticas, de forma a serem incorporadas no âmbito da gestão pública. A reconstituição de um lugar promotor de políticas representativas dos anseios da população implica assim na necessidade da descentralização do poder, por exemplo, a partir dos conselhos deliberativos.

Na mesma direção, foi discutida a pauta da participação social na construção de políticas públicas, uma vez que os mecanismos de participação em geral não garantem o direito de decisão, mas são apenas espaços de proposição e consultivos. Nesse sentido, argumentou-se que a democracia direta pressupõe a capacidade de tomada de decisões e incorporação de novos sujeitos, a partir do aperfeiçoamento dos mecanismos de participação.

Além de questionar e pensar nas políticas públicas como meio de apropriação dos espaços públicos, foi colocada a necessidade de se olhar para além da

institucionalidade. O espaço público é constituído não só pelos espaços oficiais, mas também por iniciativas sociais como os Pontos de Cultura. Nesse sentido, existem entidades, pessoas e públicos que promovem a paz, nem sempre sendo o Estado e o poder público a promovê-la (o que implica, inclusive, que estas não sejam cooptadas).

Em resumo, a necessidade de estar junto foi colocada como uma demanda, bem como uma das possibilidades de promoção da cultura de paz que, segundo os participantes, nasce coletivamente para depois ser internalizada. O debate sobre a cultura de paz aparece como um debate humano, como uma necessidade básica a ser trabalhada e que passa, necessariamente, por iniciativas de formação.

No que diz respeito a esse ponto, tratou-se enfim das dificuldades de promover nas escolas iniciativas de formação para a diversidade e para a promoção da cultura de paz. Problemas de infraestrutura como a falta de funcionários para abrirem as escolas aos finais de semana convivem com resistências e preconceitos de natureza cultural e religiosa, como no caso de diretores ou professores evangélicos que se opoem às propostas que buscam implementar a Lei 10.639. Além disso, há questão burocrática, que afasta muitas das iniciativas, como indicado pela tentativa de um dos participantes de realizar um projeto de jornal nas escolas através do edital Mais Cultura, que não teve aceitação graças às demandas implicadas na prestação de contas. Nesse ponto, foram trabalhadas ainda as dificuldades de interlocução entre a cultura e a educação, ainda que haja amplo potencial para que elas trabalhem conjuntamente. Colocou-se, enfim, que é preciso criar um novo universo de possibilidades, que enfrentem estas questões e colaborem para a promoção da cultura de paz.

Propostas: A apropriação da cidade e os espaços públicos de convivência

1. Desburocratizar os espaços públicos, com a flexibilização do acesso por grupos formais e não formais, pessoas físicas e jurídicas, sociedade civil organizada e movimentos sociais.
2. Readequar os espaços públicos para a expressão de todas as formas de expressão artísticas e culturais.
3. Gestão compartilhada dos espaços públicos com as comunidades locais (conselho gestor envolvendo governo e sociedade local).
4. Descentralizar a gestão municipal em cultura, adaptando suas ações à realidade local.
5. Inserir os espaços público-privados (como os pontos de cultura, por exemplo) no circuito dos espaços públicos das cidades.
6. Descriminalizar o uso do espaço público, como praças, parques e ruas.
7. Potencializar redes e organismos que fomentam e/ou multiplicam a cultura nos espaços públicos.
8. Construção paritária entre sociedade civil e poder público do marco legal para apropriação e acesso ao espaço público.

Relatoria: **Carol Gutierrez**

Facilitação: **Marilda Donatelli**

Falas inspiradoras: **Daniela Greeb e Ana Paula do Val**

Perguntas focais orientadoras

Como os meios de comunicação e a cultura digital podem contribuir para uma melhor convivência nas cidades?

E nos processos de cultura de paz?

Temas afins

- Os saberes locais e as tecnologias de convivência
- Os diálogos e as escutas para a construção da convivência
- A democratização dos meios de comunicação
- Os meios de comunicação e a cultura da violência
- Direito a liberdade de expressão e a cidadania cultural
- Experiências, diretrizes e propostas de comunicação para a paz
- Comunicação não-violenta e a construção de valores nas mídias

Fala inspiradora

Daniela Greeb (Diretora do Instituto de Políticas Relacionais-IPR)

O desenho do projeto do Pontão de Convivência e Cultura de Paz foi também inspirado no texto “Escutatória”, de Rubem Alves. As linhas principais são o contraponto entre a oratória e a “escutatória”: falar e ouvir. Em uma sociedade ancorada na fala, a escuta aparece como uma ferramenta para a cultura de paz.

A escuta como respeito, empatia, empoderamento, ação. O esvaziamento de pensamentos e o não julgamento como o verdadeiro processo de convivência para a paz.

Quando se fala em tecnologias de comunicação, como fazemos para escutar o outro e comunicar processos e projetos que levam à cultura de paz? Como não se perder no caos das tecnologias imediatistas, da correria e do cotidiano da cidade? Como não esvaziar os verdadeiros significados? Qual a essência e como a comunicamos?

Diversas ferramentas foram implementadas: rodas de conversa, debates, desenho e silêncio. Cada um acha a sua forma de se conectar com a questão da paz no cotidiano. Os conflitos existem cotidianamente, mas como fazemos para lidar com eles? A escuta é uma das formas possíveis.

Em uma sociedade ancorada na fala, a escuta aparece como uma ferramenta para a cultura de paz. A escuta como respeito, empatia, empoderamento, ação.

A paz é uma construção. E como construir? Percebi que eu tinha um talento para escutar o outro por meio dos projetos que elaborei conforme as necessidades e problemas levantados. Daí percebi que, por mais diferentes que fossem uns dos outros, os caminhos e processos sempre levavam à construção da paz.

O caminho que encontrei foi esse: a escuta pelos projetos por meios diversos. A partir da ação para com os outros, seja via audiovisual (Projeto Memória do Esporte Olímpico Brasileiro - www.memoriadoesporte.org.br), seja via história oral (Pontos de Leitura da Ancestralidade Africana - www.ancestralidadeafricana.org.br), seja por acervos digitalizados de 900 mil páginas sobre a história da ditadura (Brasil Nunca Mais <http://bnmdigital.mpf.mp.br>) seja psicodrama na rua sobre a cidade (<http://www.armazemmemoria.com.br/psicodramadacidade>). Enfim, a memória, por exemplo, é uma forma da paz. Saber nossa própria história é uma forma da paz.

Não importa a ferramenta, mas sim pensar a importância da comunicação, em como comunicamos esses processos faz a diferença no cotidiano, nas comunidades etc.

E o mais importante: como empoderar para o caminho da paz sem fazer pela comunidade? Pensar a sustentabilidade de um projeto, empoderar os “excluídos” do processo de paz? Não acredito em projeto sem comunicação, comunica a ação! Daí a sua importância.

Como achar caminhos para a cultura da paz sem ser por instituições, pelos cidadãos? Esses vários projetos que são desenvolvidos (institucionalizados ou não) trazem essa multiplicidade e devem ser comunicadas. Somente da união dessa diversidade podemos construir a paz, um grande exemplo são os pontos de cultura.

Fala inspiradora

Ana Paula do Val (arquiteta e urbanista, artista plástica, especialista em comunicação e cultura. Mestranda em Estudos Culturais, é pesquisadora e consultora em gestão, políticas e mediação cultural e urbanismo e docente/colaboradora do Observatório da Diversidade Cultural)

Na sociedade agrária, a distância dificultava os processos de comunicação, mas isto não significa que as relações não eram violentas, pelo contrário. Quando pensamos nas divisas geopolíticas, ocupações territoriais, colonização, temos uma história pregressa de muita violência e poder. Nos processos migratórios do campo para a cidade, passamos pelo período de industrialização e as cidades se tornaram cada vez mais violentas. As cidades, neste sentido, expressam o poder pela violência e força, que se constitui pelas figuras do oprimido e do opressor.

As redes deram visibilidade aos projetos e processos de paz. Poderíamos arriscar até, que a comunicação e as novas tecnologias poderiam ser entendidas como ferramentas de mediação para paz.

Seja no campo ou na cidade, a violência sempre esteve presente, pois é um comportamento inerente à condição humana. No entanto, não é só da violência física que estamos falando, não podemos esquecer da violência verbal, psicológica, moral; e a violência promovida pelo Estado, que reforça abismos sociais ao violar os direitos humanos, sociais, culturais, entre outros, dos cidadãos. Desta forma, a privação de direitos é violência extrema.

Com o processo de industrialização e consequente ampliação das cidades, a imprensa ganhou um grande espaço na nova sociedade urbana, e foi um dos meios de comunicação responsável pela transição atual que vivemos que é a sociedade da informação. Esta nova forma de viver coletivamente ou em rede, traz transformações nos meios de produção, que passam do trabalho braçal/industrial para os serviços, a produção de conhecimento e as relações organizativas em rede.

Com o advento da internet, temos uma transformação radical nos meios de comunicação, que passa pelos processos de democratização, liberdade de criação e expressão, meios de comunicação alternativos e independentes, etc. O monopólio das grandes corporações de mídia foi quebrado – as redes agora são a grande mídia e há múltiplas vozes. Os meios e canais de comunicação foram barateados e simplificados do ponto de vista interativo.

Nesse contexto atual, as redes deram visibilidade aos projetos e processos de paz. Poderíamos arriscar até, que a comunicação e as novas tecnologias poderiam ser entendidas como ferramentas de mediação para paz.

Síntese do debate

O debate teve início com algumas discussões acerca da origem da violência, contextualizando a discussão sobre a cultura de paz. O entendimento de que é uma necessidade humana a criação de vínculos e espaços de escuta predominou sobre a percepção de que a natureza humana é necessariamente violenta.

Passando para a construção do conceito de cultura de paz, foram discutidas as formas de se alcançar esse conceito, desde a construção na prática - a partir da comunicação, do convívio, da relação pela amorosidade, dos afetos, da mudança de olhar e da empatia - até o aprofundamento com base em pensadores da cultura de paz e das estratégias de não violência.

A questão da comunicação, ponto central desse eixo, foi fortemente discutida, em especial com relação às possibilidades de comunicar a cultura de paz e seus processos, a partir das linguagens possíveis de serem utilizadas.

O fortalecimento das ações de comunicação alternativa e mídia livre apareceram como saídas importantes, que retomam os conceitos de comunidade, ancestralidade e rede, onde o poder é mais distribuído. Além disso, discutiu-se a possibilidade de ocupar e pautar a grande mídia para assuntos relacionados à cultura de paz.

Ainda assim, reconheceu-se que há problemas também na comunicação alternativa, que tende a seguir por vezes os modelos padrões. No embate com a grande mídia, a reflexão foi a de que a comunicação alternativa acaba seguindo estradas já construídas, sem perceber que com isso deixa de construir as próprias estradas. Ainda assim, houve consenso quanto ao potencial de superar essa dicotomia a partir de novas alternativas.

Além disso, foram relatadas inúmeras experiências de comunicação e resolução de conflitos em comunidades. Foi dado o exemplo de um Ponto de Cultura em Salvador, que reúne comunidades que não convivem, ou mesmo de uma comunidade ribeirinha, em que as resoluções de conflito se dão por meio de uma senhora, que faz mediação dos conflitos. Outras experiências trabalham ainda com o imaginário da comunidade, para construção de uma identidade baseada na paz, como no caso do bairro Tequibacanga, colocado e veiculado pela mídia como de extrema violência e onde, por meio de oficinas de audiovisual, rádio e comunicação comunitária tem sido construído um pertencimento a partir de uma comunicação própria.

Propostas: Tecnologias socioculturais e comunicação

1. Construir um discurso e desenvolver um vocabulário constituído de palavras que aproximem as pessoas. Evitar o uso de palavras oriundas da guerra (combate, luta, etc.). [Sugestão de texto – “Em busca do vocabulário do diálogo transformador”].
2. Estabelecer pautas que incentivem a construção da paz e composição dos diferentes.
3. Manter um registro das realizações para compor a memória das ações.
4. Meios (expressões): Cartas de paz; Ausculta; Mídias livres; Internet; Canais virtuais; Redes sociais; Rodas de conversa; Convivência interpessoal; TV’s e Rádios Comunitárias; Cineclubes.
5. Criar um fórum permanente virtual de cultura de paz partindo dos inscritos no Encontro, aberto para outros interessados (grupos, movimentos, pessoas, redes...). Ferramenta inicial: grupo de e-mails. Tarefa primeira: compartilhar os documentos, arquivos, fotos, vídeos, reportagens do encontro e possibilitar a maior propagação e divulgação dos mesmos.
6. Verificar a possibilidade de utilizar o site do pontão como ferramenta para disponibilizar materiais.
7. Produzir *videodoc* construído coletivamente, fazer exibição itinerante pelo país, disponibilizá-lo pela internet.

Relatoria: **Mariana Piazzola**

Facilitação: **Hamilton Faria**

Falas inspiradoras: **Lígia Maria Daher Gonçalves e Pedro Garcia**

Perguntas orientadoras focais

*Qual a importância da educação para a paz no contexto das cidades?
Como a educação para a paz pode contribuir para o direito a convivência urbana?*

Temas afins

- Educação para a paz nas escolas
- Cidades educadoras, educação para a paz e reencantamento do urbano
- O papel dos valores e das mídias na educação para a paz
- Arte, políticas públicas e educação para a paz
- Metodologias e técnicas de educação para a paz

Apresentação

A roda teve início com os participantes colocando o que esperam da educação para a paz, a partir de uma provocação feita por Hamilton Faria. Entre as reflexões trazidas, estavam ideias voltadas à criação de um novo modelo de escola—seja uma escola aberta (sem grades, colorida etc.), seja voltada especificamente para a cidadania e cultura de paz - e outras que sugeriam que a educação para a paz não viria da escola formal, mas da própria vivência nas cidades, com a ocupação de espaços públicos e a criação de novas relações de diálogo e participação, a partir da criação de vínculos afetivos e de encantamento. Pensar a diversidade na cidade foi um dos eixos levantados como uma forma de pautar a educação para a paz, tendo em vista o pertencimento à cidade em oposição à lógica do consumo e da especulação imobiliária. Outro eixo pautado foi a educação pela paz através da cultura digital e dos meios de comunicação (como no exemplo do programa de cultura de paz na TV, da ONG Palavras de Paz).

Fala inspiradora

Lígia Maria Daher Gonçalves (Mestre em Ciência Política pela USP; Especialista em Gestão Pública pela UFABC; Diretora de Políticas Preventivas da Secretaria de Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo)

Estava pensando em como a educação para a paz pode contribuir para o direito à convivência humana e reencantamento do mundo e como temos que desconstruir vários modelos para nos reinventarmos.

Vivemos sob uma concepção de Estado, do Estado Moderno weberiano, em que o poder está referido ao monopólio legítimo do uso da força pelo Estado, que, por sua vez, o utiliza para garantir segurança às relações sociais. Isso faz com que, ao invés da sociedade pensar social e politicamente saídas para a solução de seus

Educar para a paz implica em desconstruir esse modelo repressivo–punitivo que marca não só a história do sistema de segurança pública, mas também a nossa própria história política e social.

conflitos, ela os criminalize, individualize a culpa e deposite no sistema de justiça criminal toda a responsabilidade por resolvê-los e por garantir-lhe segurança. Educar para a paz implica em desconstruir esse modelo repressivo–punitivo que marca não só a história do sistema de segurança pública, mas também a nossa própria história política e social.

Assim, para educar para paz, temos que nos reimplicar novamente nessa produção. A concepção de Hannah Arendt sobre o poder contribui mais para essa tarefa. Diferentemente de Max Weber, para Hannah Arendt o poder e violência são opostos, onde há poder a violência não pode existir. O poder é a capacidade de agir de comum acordo e este poder se exerce no espaço público como espaço do diálogo e da ação coletiva. Esse é o espaço público que temos que construir no processo de educação para paz. Educar para a paz pressupõe uma ação política de revalorização da cidade e de fortalecimento da convivência social com respeito à diversidade. Educar para a paz exige, portanto, mudança de comportamento, de cultura, de modelos de gestão de políticas públicas, para que possamos reinventar a cidade.

Essa é uma tarefa de todos nós e para isso temos que despertar o sonho, um sonho que não seja imposto. Para reencantar a cidade e educar para a paz precisamos de utopia, como aquilo que, segundo Boaventura Sousa Santos, “subverte as combinações hegemônicas”. Utopia como “arqueologia virtual do presente”, como vontade de resgatar “novas possibilidades e novas vontades humanas” para inventarmos algo radicalmente melhor.

Desde o lugar em que atuo, como gestora de políticas de prevenção da violência, hoje no município de São Bernardo do Campo, vou falar sobre a experiência que estamos construindo lá chamada “Cidade de Paz”.

“Cidade de Paz” é um programa territorializado de prevenção da violência, que é construído de forma intersetorial, participativa e por meio de um modelo de governança cooperativa. A governança agrega atores sociais e atores públicos, que a partir de seus diferentes olhares, saberes, competências e habilidades pensam soluções coletivas para problemas comuns. Constituímos o Fórum Local do “Cidade de Paz”, que é um espaço de encontro, diálogo e ação dos diferentes atores que tornam vivo o território. É também um espaço de muito acolhimento e inspirações poéticas, literárias, artísticas.

Temos também uma parceria com a Palas Athena, no ano de 2013, e estamos fazendo vários encontros formativos com gestores, com guardas municipais, com a comunidade escolar, com as redes dos territórios, para vivenciarmos valores de convivência e cooperação, favorecendo o processo de construção conjunta em torno da cultura de paz.

E estamos construindo coletivamente o “Quintal” do “Cidade de Paz”, que é uma parceria com o Ministério da Justiça e com o *Grupo de Arte Contrafilé*. A

questão do quintal é: como transformar coletivamente um espaço vazio em um lugar de convivência? Como fazer isso sem levar algo pronto... como fazer isso através de uma cartografia dos desejos e sonhos da comunidade? Um lugar que tenha a ver com aquela comunidade e não com outra. É uma ação de prevenção da violência pela intervenção no espaço urbano, é promover o reencantamento do território, atentando para as dimensões materiais e simbólicas dessa intervenção urbana. Para a comunidade do Jd. dos Químicos/Vila Esperança a metáfora é a do Quintal. Estamos em processo de construção do Quintal, vamos trabalhar com plantio, com permacultura. A comunidade acabou de fazer um banco, está fazendo uma arenazinha, pintou um mural “cinema no quintal”, horta comunitária. Aquele espaço abandonado já virou um lugar de encontro, de brincadeira, de leitura, de pertencimento.

A pedagogia do processo se dá com reconhecimento da diversidade e fazendo com que as pessoas se afetem, se reencantem, se reimpliquem. Educar para a paz de diferentes maneiras, em diferentes espaços, com diferentes atores, com diferentes políticas, com muita arte, muitas inspirações, criatividade e utopias.

Finalizo com Lya Luft:

Mais do que o gesto, interessa como ele foi recebido.

Mais do que a palavra, nos influencia como ela foi ouvida.

Mais do que o fato, vale onde, como e quando ele nos tocou.

Fala inspiradora

Pedro Garcia (Poeta, Doutor em Antropologia Social, Pesquisador do Laboratório de Estudos da Linguagem, Leitura, Escrita e Educação da UFRJ)

Hoje em dia trabalho com formação de leitores em rodas de leitura. Realizo estas rodas tanto em favelas do Rio de Janeiro, onde resido, quanto em escolas de ensino médio e em universidades.

Rodas de leitura são encontros em que reúno cerca de 15 pessoas para ler e debater um texto extraído, em geral, de um livro. A escolha do texto depende do tema escolhido pela escola, por mim ou pelos participantes da roda. Recentemente, em um trabalho no Colégio Pedro II, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, me pediram para conversar com os alunos sobre identidade. Escolhi um texto de Ariel Dorfman, em que ele fala da sua própria identidade. O encontro foi interessante porque não tratou apenas das questões levantadas pelo autor, mas também das concepções dos alunos acerca do significado de identidade em um universo em que as mesmas são múltiplas e estão em constante mutação.

Nestes encontros meu objetivo principal é formar leitores. Após cada encontro mostro o livro de onde foi extraído o texto, falo sobre o autor, dou indicações bibliográficas para ampliação do tema debatido e tento esclarecer questões levantadas pelos participantes da roda.

Vocês, talvez, me perguntem a razão do meu interesse em formar leitores. Minha resposta é que acredito que a leitura é fundamental para a aprendizagem, para a criação de uma nova subjetividade, para abertura a novos questionamentos e para a ampliação do universo do leitor a questões que estão além do círculo de suas relações; enfim, penso eu, a leitura é um espaço de liberdade controlado por quem lê, que se

corresponde não só com o livro mas com o seu mundo interior que o universo do livro amplia e enriquece.

Em uma sociedade que prioriza a imagem é muito comum, hoje em dia, a constatação de que os jovens leem pouco. Neste contexto é importante investigar de que leitor estamos falando, sendo pertinentes perguntas acerca do significado da leitura para os jovens hoje. Estamos diante de outras formas de leitura e de outro tipo de leitores?

É significativo, ao falarmos de formação do leitor, lembrarmos do nosso educador maior, Paulo Freire, que fala da sua experiência, em que constata que a leitura do mundo precede a leitura da palavra em uma dinâmica em que as palavras se encarnam nas coisas e, eu diria, as coisas nas palavras.

Esta descrição de Freire acerca de sua formação estabelece uma inter-relação entre as palavras e as coisas que pouco a pouco vão forjando a sua identidade.

A formação do leitor é pouco aprofundada nas pesquisas que tratam desse tema. Formação - de que se trata? In-formação, de-formação, con-formação, trans-formação? É a transformação que buscamos, principalmente na área da Educação, em que trabalhamos com valores; mas a mera informação, o conformismo e a deformação não estão ausentes, em que pese a subjetividade para caracterizar cada um destes aspectos no processo educativo. Pensar a leitura como formação é buscar o que transforma o sujeito cuja identidade não é estática nem definitiva.

Admitir a leitura como algo que forma o sujeito implica em pensar na subjetividade do leitor. O importante não é tanto o que se lê, mas como se lê, como se interpreta o que se lê e, a partir daí, se constrói um universo particular.

A experiência da leitura, entendida como algo impactante que nos transforma, é um divisor de águas na formação do leitor. Ela (a experiência) difere do conhecimento que nos acrescenta em termos de saber, mas não nos modifica enquanto pessoa. Para que a experiência possa ocorrer, embora não necessariamente ocorra, é necessário ter a capacidade de *escutar, dialogar e negociar significados*. É todo um aprendizado possível de ser realizado através de rodas de leitura, que privilegia a *escuta*, o *diálogo* e a *negociação de significados*.

Escuta porque tenho que ouvir o que o outro (ou os outros) têm a dizer; *diálogo* porque, reagindo a esta fala, coloco minha opinião sobre o que está sendo debatido; *negociação* de sentido porque nem sempre há consenso acerca dos temas que estão sendo tratados, podendo-se chegar a um denominador comum – em alguns casos por mútuas concessões - ou a manutenção da divergência (cada um mantendo o seu ponto de vista, antagônico ao do outro ou outros).

Na contemporaneidade, *escuta, diálogo e negociação de significados* são raros. Em geral temos a resposta antes que o outro encerre sua fala. Na verdade não o escutamos, e não o escutamos porque “já sabemos” o que ele ou ela vai nos dizer e, portanto, temos a resposta pronta. Neste contexto o diálogo desaparece, bem como desaparece a negociação de sentido, que significa escutar e levar em conta o que o outro disse, o que pode nos levar a questionar nossas verdades, o que, convenhamos, nem sempre é fácil admitir. Era sobre isto que eu queria falar e debater com vocês.

Síntese do debate

Na primeira parte do debate, foi discutida a naturalização da violência – a “normose” transforma em normal os costumes, hábitos na sociedade e na escola, sendo preciso revertê-los. A educação para paz foi apontada como um dos caminhos para isso.

Nesse sentido, levantaram-se em especial duas questões: a necessidade de olhar para o mundo em sua constituição integral, que envolve não apenas os seres humanos, mas toda a natureza; e a necessidade de se desconstruir as desigualdades e estigmas existentes entre as pessoas.

No que diz respeito à primeira delas, argumentou-se que a educação para paz é a relação com o mundo e não apenas entre as pessoas. Na avaliação de Gandhi, “tudo o que vive é teu próximo”. A educação nas cidades tem que repor outras dimensões que não são tocadas no processo educacional, entendendo que não somos o epicentro desta comunidade, e nos relacionamos com as plantas e animais. Esta responsabilidade com os seres vivos deve ser retomada no processo educativo, levando em conta o respeito à vida e à natureza, numa relação ética para além dos seres humanos.

Com relação à segunda questão, foi apontada como fundamental a desconstrução da dicotomia manual – intelectual: o processo educativo tem que passar pela ruptura desse tipo de visão. Existe um muro que nos faz especial pela intelectualidade, porém devemos romper com a invisibilidade pública dos trabalhadores manuais. É necessário valorizar os trabalhos populares, podendo ser implementado, para isso, um esquema rotativo em espaços como as escolas. Além disso, é preciso romper com estigmas das classes sociais, dos lugares que as pessoas ocupam, e entender que a simplicidade é fundamental para a educação para a paz e reencantamento do mundo.

Na segunda parte do debate, os participantes se dividiram em duplas ou trios e discutiram as seguintes questões:

1. Qual a importância de educar para a paz?
2. Qual a contribuição da educação para a paz para a convivência urbana?

Deste diálogo surgiram novas contribuições, como a necessidade de se desenvolver a capacidade de pertencimento, de compreender o outro, ouvir e dialogar; de desconstruir e entender a violência e quebrar a hierarquia de saberes; e de construir o que tem sentido para o mundo. Concretamente, tratou-se da importância do autoconhecimento para elevar a autoestima e evitar o enfrentamento, a importância do corpo e de pequenos gestos na construção de vínculos, a importância da comunicação não violenta e a necessidade de se repensar a educação e a escola tradicional, a partir de mecanismos de escuta. Além disso, falou-se da possibilidade de estreitar vínculos por meio de atividades artísticas, sobretudo no trabalho com jovens, por exemplo através de oficinas de teatro, dança, entre outras linguagens, que empoderam o jovem para cultura de paz.

A percepção de que a violência é real e está muito presente em nossa sociedade aponta para um tensionamento permanente, que deve ser enfrentado por diferentes pedagogias para a paz, que transformam o ordinário em extraordinário, promovendo o reencantamento do mundo.

Propostas: Educar para a paz e o reencantamento das cidades

1. Intervir no espaço urbano, criando fóruns locais.
2. Criar espaços formativos de cultura para a convivência coletiva.
3. Realizar um “plantio de sonhos”.
4. Desenvolver a “Simplicidade Voluntária” como caminho educativo da cultura de paz.
5. Para conviver com a natureza na Amazônia, implantar em casa uma placa de energia solar para reduzir os impactos no meio ambiente.
6. Transformar a educação formal no sentido de horizontalizar mais as relações e consequentemente quebrar as hierarquias dos saberes entre professores e alunos.
7. Criar formas pacíficas de desconstruir as violências (familiar, social, estrutural e simbólica).
8. Criar uma Universidade da Vida, universidade comunitária que possa dar fim à exclusão, um lugar onde se praticam as rodas de história viva, cultura viva e comissão da verdade local para entender o que precisa ser reformado.
9. Estreitar vínculos com os jovens através das atividades artísticas.
10. Desenvolver linguagens artísticas empoderando o jovem pela cultura de paz.

Parte 3

**Diálogo *Ajayu*: Cultura
Viva e Interculturalidade
na América Latina**





EMPODERAMENTO

RESPEITAR O PLANETA RESPEITAR A VIDA

AUTONOMIA REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE

DO MUNDO

SER GENEROSO

DEL REENCANTAMENTO

EMPODERAMENTO

EMPODERAMENTO

PROTAGONISMO

PRESERVAR O

RESPEITAR A VIDA OUVIR PARA COMPREENDER AUTONOMIA

DO MUNDO

EMPODERAMENTO

Parte 3

Diálogo *Ajayu*: Cultura Viva e Interculturalidade na América Latina

Organização e edição: Hamilton Faria e Valmir de Souza
Relatoria: Luciana Piazzon Lima

A CULTURA NA AMÉRICA LATINA: ENTRE A DIVERSIDADE E A INTERCULTURALIDADE

Valmir de Souza (Instituto Pólis - São Paulo-SP)

Há uma crença muito popular na Bolívia, vivida pelas pessoas e chamada de *Ajayu* que pode significar várias coisas: espírito, energia, ânimo vital. Esta ideia de certa forma nos dá ânimo para pensarmos juntos as questões relativas às políticas e práticas culturais na América Latina.

Quais as relações interculturais entre as práticas sociais na América Latina? Às vezes não são percebidas, mas já estão ocorrendo em vários níveis e graus. Evidenciam-se mais as notícias das relações oficiais e institucionais dos governos. Há projetos na América Latina como UNASUL e MERCOSUL, por exemplo, com o propósito de uma relação política mais oficial, e nesse contexto as vozes dos povos e as práticas locais são pouco ouvidas durante a elaboração desses projetos, em geral marcados por um viés econômico.

Aqueles que atuam no campo da cultura se colocam na contracorrente destes processos, principalmente grupos e pessoas que se comunicam de forma não convencional. Mais recentemente, houve um impulso da gestão pública no sentido de incluir a questão das culturas não consagradas da América Latina em ações governamentais, o que foi materializado, em parte, pelos Pontos de Cultura, do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, reverberando em vários países com programas de Cultura Viva Comunitária. Junto a isso surgem ou se apresentam vários modos de se fazer cultura que mobilizam outros saberes, as chamadas “epistemologias do Sul”, como diz Boaventura Souza Santos.

A América Latina vive um rico processo de trocas culturais entre países, com vários movimentos, entidades e grupos extraoficiais que trabalham com as articulações de grupos e organizações, como o *Arte e Transformação*, a *Articulação Latino-Americana de Cultura e Política* (ALACP) e a *Plataforma Puente*. A ideia é juntar saberes antigos e saberes atuais, no sentido de estabelecer uma convivência que não seja uma via de mão única, com várias vozes e saberes antigos, mas sem “filtrar” esses

É preciso passar da diversidade à interculturalidade, pensar a diversidade cultural em conexões inusitadas com misturas criativas – e não isolar a diversidade em “reservas” ou guetos culturais.

saberes por uma lógica hegemônica. Temos como exemplo a cultura negra e a cultura indígena, que podem estabelecer diálogos interculturais com os aimarás, os quéchuas etc. Que essas culturas possam interagir sem serem modificadas, sem deixarem de ser elas próprias. O desafio disso tudo é conviver pacificamente, sem a imposição de uma cultura sobre as outras.

No cenário da América Latina, seria suficiente pensar só na diversidade cultural?

É preciso passar da diversidade à interculturalidade, pensar a diversidade cultural em conexões inusitadas com misturas criativas - e não isolar a diversidade em “reservas” ou guetos culturais. A interculturalidade coloca a questão da relação entre culturas e pressupõe o encontro real de culturas, e não a imposição de uma cultura majoritária sobre uma cultura minoritária. Grupos já se mobilizam e se organizam, independente de governos, para realizar suas culturas autônomas no encontro com outras.

As “epistemologias do sul” trazem saberes esquecidos pelas culturas hegemônicas, indo para além da cultura ocidental *mainstream* considerada legítima. O Programa Cultura Viva veio valorizar os saberes existentes no Brasil e na América Latina, saberes esses proscritos das práticas artísticas consagradas.

Esses modos de fazer cultura são tematizados nesse Diálogo Ajayu, no sentido de dar voz e visibilidade aos saberes locais. Este debate pretende pensar as possibilidades de ação de grupos a partir do Congresso Cultura Viva Comunitária, realizado em 2013, em La Paz, Bolívia, inspirado nas práticas de políticas culturais ligadas ao Programa Cultura Viva, que tinha os Pontos de Cultura como linha das mais importantes.

Este diálogo contou com a presença de diversos participantes: responsáveis pela gestão pública, agentes de ONGs, educadores e ativistas da cultura latino-americana, agentes culturais, produtores, articuladores, pesquisadores, gestores, estudantes e público interessado. Este debate foi realizado no contexto do Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades, e pretende estabelecer uma conexão futura com interessados em desenvolver práticas culturais inovadoras, além de incentivar a manutenção da autonomia cultural dos grupos e dos povos. Mais que uma integração, pode-se pensar numa interação das culturas. É o que buscamos coletivamente: tecer a diversidade intercultural na América Latina, sem excluir o legado cultural da humanidade.

Os textos a seguir foram o resultado de falas inspiradoras e intervenção que recuperam alguns pontos pertinentes às questões interculturais na América Latina.

A CONVIVÊNCIA INTERCULTURAL NA AMÉRICA LATINA

Hamilton Faria (Instituto Pólis – São Paulo -SP)

Ajayu é uma palavra do mundo andino que expressa a energia que dá movimento à vida, verdadeira onda vibratória que flui no universo; pode ser a alma que está presente em cada um dos seres vivos e em cada elemento do cosmos. Começar uma conversa sobre a interculturalidade na América Latina, inspirados por *Ajayu* nos dá uma energia de responsabilidade e verdade. Estamos hoje frente a desafios civilizatórios sem precedentes, onde devemos não apenas nos contentar com as melhores escolhas modernas, mas também com ancestralidades, fundamentais para o desenvolvimento do próximo ciclo civilizatório. É nesse diálogo permanente entre escolhas e raízes que iremos ancorar as nossas reflexões.

No mundo globalizado, multicultural, não nos resta outro caminho senão abriremos conversas com todos os outros. Identificamos que ainda estamos na pré-história da nossa interculturalidade, pois ainda vivemos guetizados e compartimentados - em países, regiões, cidades, bairros, redes, pessoas, famílias, religiões - e assim por diante. Inicia-se tardiamente um diálogo Sul-Sul - sempre conhecemos mais Miami e a Sorbonne do que a América Latina e às vezes o nosso próprio país - e nossos circuitos interculturais ainda estão muito débeis.

Os governos latino-americanos organizam-se em parlamentos e articulações, como a UNASUL, com aproximações geopolíticas e econômicas, mas ainda muito pouco culturalizadas. Os povos pouco sabem dos outros; e muito menos o que um pode aprender com o outro para enriquecer caminhos e alternativas de desenvolvimento e outros saberes que agregam realidades vitais à existência. É necessário que este diálogo desenvolva-se para além dos cenários macropolíticos e possa pensar não em uma América Latina única, impossível pela sua diversidade cultural e escolhas sociopolíticas, mas de culturas que se aproximem, que circulem em vasos comunicantes, que possam crescer uma cultura em compartilhamento com a outra. Como diz Boaventura de Souza Santos, nenhuma cultura é completa e sempre precisou de outra para o seu desenvolvimento.

Há possibilidades de construção de patrimônios comuns da humanidade e os saberes dos povos originários da América Latina podem constituir-se como uma das bases desse patrimônio comum. E o patrimônio comum parte do respeito a todas as culturas. Os *aimarás* podem conversar com os negros brasileiros, os *quéchuas* com os indígenas brasileiros, o samba pode conversar com o carnaval uruguaio; os povos da floresta da amazônia peruana e brasileira podem conversar e trocar saberes; os gaúchos brasileiros e argentinos e as culturas populares do nordeste do Brasil. Esses e outros

As conversas interculturais podem começar em rodas nos encontros que envolvam países latino-americanos, com metodologias que potencializem saberes locais envolvendo testemunhos e contação de histórias.

diálogos são fundamentais neste momento em que a cultura é identificada como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável e que conclui-se nos debates culturais que não haverá desenvolvimento sustentável sem a valorização e o reconhecimento dos direitos culturais das comunidades tradicionais e dos povos originários; pois além de terem o direito à existência, têm contribuições inestimáveis ao desenvolvimento de soluções para a preservação do planeta e dos valores civilizatórios; para um novo ciclo de desenvolvimento humano.

Por outro lado, a interculturalidade também deve abrir caminhos para um diálogo mais intenso entre redes culturais e linguagens artísticas. Este campo já está povoado por várias redes da América Latina ou em atuação neste território, entre elas a Plataforma Puente, a Rede Cultura Viva Comunitária, Rede Arte Transformação, Articulação Latino-americana de Arte e Política, ABRA, IDEA e outras. Essas redes buscam aproximar culturas, desenvolver encontros e reflexões e políticas públicas visando fortalecer as comunidades e as linguagens culturais e artísticas. No entanto, é necessário traduzir isso em troca efetiva de saberes entre comunidades que circulem e dialoguem e transformem a aproximação em educação intercultural. E o campo é cada vez mais fértil: a Ley de la Madre Tierra, da Bolívia e a Ley dos Derechos de la Naturaleza, do Equador, são mais do que política regional, pois abrem novas possibilidades de mudança de paradigmas.

Sem querer aqui analisá-las, observa-se que com esta percepção integra-se uma comunidade maior no fazer humano e ampliam-se as possibilidades de diálogo do ser humano para toda a comunidade dos seres vivos. Estas leis podem ser consideradas grandes conquistas da humanidade, particularmente dos povos latino-americanos. E podem ser compartilhadas interculturalmente na América Latina para ampliar nossa cosmovisão e construir projetos políticos interculturais na ação e nas políticas públicas, na escola, nos valores de convivência e na experiência humana de maneira geral.

As conversas interculturais podem começar em rodas nos encontros que envolvam países latino-americanos, com metodologias que potencializem saberes locais envolvendo testemunhos e contação de histórias. Também reflexões que envolvam uma interculturalidade crítica e não funcional, que busque identificar e propor soluções para os desequilíbrios e desigualdades existentes nos vários modos de vida e entre eles. E assim, construir projetos culturais que reconheçam os vários saberes, que se conectem com ideias e ideais do bem viver e que possam sedimentar um cenário emancipatório dos povos da América Latina - ampliando a sua riqueza cultural. A questão da interculturalidade deverá ser incorporada definitivamente pelas redes latino-americanas e pelos ativistas e pensadores do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz.

Temos a luta de diferentes pelo mesmo direito, as diferenças devem ser respeitadas e valorizadas, é num Estado tão plural como o nosso que exercitamos o respeito e a educação diariamente e que só assim podemos mais.

CULTURA VIVA COMUNITÁRIA E CULTURA DE PAZ

Antonietta Jorge Dertkigil (Secretaria de Estado da Cultura-São Paulo)

O Congresso Cultura Viva Comunitária, realizado na Bolívia me trouxe de maneira mais efetiva a experiência das diferentes culturas no mesmo espaço, as cores, a comida, as danças, as músicas, mais de 15 países representando suas culturas. A interculturalidade viva.

Fazendo uma analogia aos Pontos de Cultura, essa riqueza de diversidade em todo Estado, me faz crer que o respeito às diferenças é o que mais importa quando falamos da interculturalidade, ela se traduz nas diferentes formas de manifestação e nos diferentes estágios de maturidade, não importando sua nacionalidade ou sua origem.

E talvez o princípio desse respeito seja combater as discriminações e os preconceitos.

A cultura de paz é um exercício diário. Temos a luta de diferentes pelo mesmo direito, as diferenças devem ser respeitadas e valorizadas, é num Estado tão plural como o nosso que exercitamos o respeito e a educação diariamente e que só assim podemos mais.

[“Escrevemos com o alfabeto latino deixado pelos Romanos, contamos com os algarismos trazidos da Índia pelos Árabes, falamos uma língua que partilhamos com os Galegos, mas tudo nos parece apenas ‘nosso’”].

CULTURA DE PAZ, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO A VIVER NO CAMPO E NA CIDADE

Jorge Blandón (Corporación Nuestra Gente, Plataforma Puente - Bolívia)

Na Colômbia, 75% da população habita as cidades e apenas 25% permanece nos campos, de onde vem a carne, o trigo e todas as outras coisas. Milhões de pessoas são expulsas do campo, empurradas a viver na cidade. Nós, por habitarmos nas cidades, esquecemos da defesa do campo, deixamos a senhores e senhoras que patenteiam o milho, a quinua, e dizem que são eles os donos. Não há quem defenda o campo, quem defenda o lugar que nos abastece. Nós, como cidadãos da urbe, precisamos pensar a ruralidade.

[Neste momento é ouvida música “Campo y Sabor” - todos de pé como exemplo prático de interculturalidade, em seguida é mostrada imagem de jovem assassinado na cidade de Medellín].

Há sete mil jovens assassinados por disparo de arma de fogo. A interculturalidade é acompanhada de outros que não querem que dialoguemos, que encontremos fraturas em seus projetos. O modelo de desenvolvimento no mundo está fraturando a convivência social. Essa utopia deve nos guiar rumo a uma nova solidariedade baseada nas diferenças, no sentido de um projeto político humano baseado na espiritualidade.

Na Bolívia, durante o Congresso Cultura Viva Comunitária, os brasileiros se tornavam latino-americanos, argentinos, colombianos, guatemaltecos, mexicanos, cubanos, salvadorenos, que se somavam a esse sonho latino-americano. O encontro foi cheio de palavras e afetos, de abraços. A interculturalidade não se ensina, se aprende, se vive, se constrói ombro com ombro. Todos temos essa responsabilidade.

A interculturalidade não se ensina, se aprende,
se vive, se constrói ombro com ombro.
Todos temos essa responsabilidade.

O modelo de desenvolvimento no mundo quer nos fraturar, não só o pensamento, mas também o coração. É necessário construir um modelo por nós mesmos.

O Círculo 9 “Etnoculturas para el respeto y la convivencia”, no referido Congresso, discutiu a conexão das árvores aos ancestrais africanos, baobás, da raiz de cima e de baixo, pela interculturalidade do mundo afro e andino, latino-americano - o que queremos ser?

A Cultura Viva Comunitária se dá através dos processos educativos e populares. Como pensar que esse nosso exercício de compartilhar os saberes, essas comunidades de aprendizagem, o que encontramos, à luz do que cada um põe em um laboratório de vida? Estes processos são capazes de formar pessoas, com direitos. Mulheres e homens que “nos necessitamos”, em nossa interdependência. E é essa interdependência que nos permite formular um pensamento crítico de onde estamos.

A interculturalidade crítica não significa ficar afirmando que o passado era melhor, mas trazer de lá o melhor para pensar um presente melhor. Quando no Brasil se reconheceram a partir da Cultura Viva, se puseram a dialogar com o continente. Foi muito importante para a América Latina, trabalhando juntos a partir das iniciativas de governo e da sociedade. Na dimensão política e ético-cultural, é preciso sermos capazes de reconhecer ao outro, construindo um “nós” para construir um novo olhar, sendo capazes de ver através do cristal rompido. Olhar a partir desse cristal rompido um novo olhar.

CONVIVÊNCIA E CULTURA DE PERIFERIA

Eleilson Leite (Ação Educativa - São Paulo)

Pensar em encontro que na sua realização alcança o seu objetivo, abarcando a diversidade. Repensar as nossas práticas a partir do tema colocado.

Falar da América Latina, mas também de nosso país. Um mosaico de línguas, uma diversidade de culturas que não dialoga e, portanto, não produz interculturalidade. Se reportar à paisagem intercultural de nosso país.

Certo desconforto com o *soft power* que vem sendo usado pela ministra [Marta Suplicy, Ministra da Cultura do Brasil], que parece passar o espírito de um povo aproveitando os grandes eventos: mais *ajayu* e menos *soft power*!

Houve recentemente uma série de eventos: a Conferência Municipal de Cultura, a Teia, o Estéticas das Periferias, o Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, a Conferência Estadual de Cultura e o Encontro Nacional de Cultura de Paz. Observando as formalidades desses Encontros, vi como traduzem ou não quem está no evento. Na Conferência Municipal tinha cinco homens brancos na mesa, na estadual também. Aqui há também oito pessoas, todos brancos e apenas uma mulher. Precisamos repensar nossas práticas.

Antes a periferia era estigmatizada por conta dos problemas, da violência. O hip hop assumiu a periferia dando a ela um sentido positivo. A partir do hip hop passou-se a ter um sentimento de pertencimento.

Cultura de periferia

Há aqui em São Paulo uma cena cultural muito intensa na região da periferia, acontece em outras cenas metropolitanas também. Em São Paulo há componentes que deram a essa cena cultural uma força, por exemplo a partir das políticas públicas. O programa VAI está perto de mil projetos. Outro dado é o movimento *hip hop*. Por causa do *hip hop* o sentido de periferia pegou. Antes a periferia era estigmatizada por conta dos problemas, da violência. O *hip hop* assumiu a periferia dando a ela um sentido positivo. A partir do *hip hop* passou-se a ter um sentimento de pertencimento. A partir dessa afirmação e auto-proclamação é que faz sentido falar de cultura da periferia, alcançado por um movimento artístico que é da rua. Na periferia a rua é essência, as pessoas precisam ir pra rua. Não é homogêneo, mas nas regiões de menor renda as residências são pequenas e há necessidade de ir pra rua. A ocupação do espaço público na cultura de periferia faz parte de sua essência, porém traz uma série de problemas devido às condições precárias. O futebol de várzea ou de bairro é essencialmente de periferia. A várzea hoje não existe mais, mas o futebol de várzea está na periferia, há copa que reúne os times. A periferia traz esse frescor que para alguns é distante e saudoso. A história das pipas, dos botecos. O boteco é só o pretexto, as pessoas ficam nas ruas e calçadas, como no exemplo do Bar do Zé Batidão. As pessoas ficam do lado de fora porque querem. A rua é onde pulsa a vida na periferia.

O aspecto do direito à cidade e ocupação do espaço público

Em São Paulo há 20 rodas de samba de comunidades, regulares (ver na Agenda da Periferia). A maioria acontece na rua, como na Vila Prudente. Há uma convivência danada na rua, há missa, depois roda de samba, depois baile funk. Isso dá um sentido de vida comunitária e de afirmação, uma contribuição interessante para o tema do evento. Os *slams* e batalhas também se dão nos espaços públicos.

Tem uma história do sábio contada pelo Hamilton, de duas pinturas que simbolizassem a paz. Para se falar de paz é necessário falar dos conflitos. A periferia se afirma com alegria, mas vive a segunda pintura escolhida pelo sábio. Há chacina que matou muitos jovens. Afirmar conflitos colocados de forma contundente.

A cultura mimetiza a realidade, a literatura, como dado de produção artística, [é] mais interessante em termos de identidade. Há quase 200 livros publicados. O Ferréz está representando o Brasil em Frankfurt. Afirma-se em determinada condição periférica e depois extrapola, alcançando outros públicos.

Na periferia se fala pouco de América Latina, mas se fala muito de África.

LATITUDES LATINAS: O DESAFIO DA INTERCULTURALIDADE NO NOSSO COTIDIANO

Juan Brizuela (Universidade Federal da Bahia)

São três os pontos que gostaria de compartilhar com vocês sobre a inter e a intraculturalidade: o meu lugar de fala, como estudioso da cultura e das políticas culturais; de que falamos quando falamos de interculturalidade, a partir das reflexões de Catherine Walsh⁶, Rodolfo Kusch⁷ e da experiência do Festival Latitudes Latinas⁸; e finalmente uma contribuição ao diálogo *Ajayu*, cultura viva comunitária.

A “cumbia de la paz” foi uma das canções da cantora, compositora e percussionista argentina Vivi Pozzebón apresentadas no festival latitudes latinas, realizado em outubro e novembro de 2012 em Salvador, Bahia. A proposta de Vivi Pozzebón procura dialogar com ritmos e musicalidades do que chamamos oriente, influências árabes e afro-orientais e também com a cumbia colombiana, aqui mergulhando nos tambores afro-latinoamericanos. Este diálogo de paz que a música propõe termina, às vezes, sendo muito mais efetivo do que nossas tentativas de diálogo e resolução de conflitos com as quais estamos acostumados.

Acredito que um dos principais desafios que, especialmente, as culturas urbanas temos que assumir é a possibilidade de construir diálogos. Em plena “era da comunicação” e das tecnologias da informação, temos enormes dificuldades de comunicarmos, não só com aqueles que são claramente “outras culturas”, mas principalmente com nossos pares, amigos e companheiros da vida, colegas de trabalho, família etc. Se não conseguimos conversar com aqueles que são, aparentemente, “nossa cultura”, como podemos assumir efetivamente diálogos interculturais?

Estas são algumas das inquietações que animam o grupo de pesquisa sobre Interculturalidade e América Latina, coordenado pelo professor Carlos Bonfim, coletivo que integra o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT, da Universidade Federal da Bahia. Nosso intuito é de que essas reflexões possam subsidiar ações concretas, relações da universidade com a sociedade e o contexto onde está inserida. É com essas intenções que participamos do projeto de extensão universitária Latitudes Latinas – música e cultura latino-americana, que inclui programas de rádio, o grupo de pesquisa, encontros e cursos e, desde 2012, o festival.

Afropercussividades foi a proposta temática do festival, que incluiu exibições de documentários musicais, bate-papos musicados, saraus e mesas literárias, além de shows com artistas baianos, brasileiros e do resto dos países latino-americanos que trabalham com o universo das culturas negras. As atividades foram desenvolvidas em Salvador, uma das capitais negras da América Latina. Sendo assim, optamos por incluir artistas de culturas aparentemente “brancas”, do próprio Brasil, como Rio Grande do Sul, e das cidades de Córdoba e Paraná, da Argentina. Nossa proposta foi pensar as culturas negras além da cor da pele, sem considerá-las como algo unívoco, homogêneo e isento de conflitos.

6 WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, sociedad. Luchas (de) coloniales de nuestra época. Quito: Ed. Abya-Yala, 2009.

7 KUSCH, Rodolfo. Geocultura del hombre americano. Rosario: Fund. Ross, 2000 [1976].

8 Disponível em: www.latitudeslatinas.com/festival/apresentacao

A interculturalidade não é só conceito, é prática, processo e um projeto político. Ela procura um intercâmbio equitativo entre culturas não só em termos étnicos, mas a partir das relações, comunicação e aprendizagem entre tradições, grupos, valores, lógicas, racionalidades distintas.

Não foi por acaso, tampouco, que convidamos mulheres percussionistas para participar destes diálogos interculturais. O machismo é ainda muito forte na cultura da percussão não só na Bahia, mas no mundo inteiro. Sendo mulheres “brancas”, isso gerou certo desentendimento quando os percussionistas baianos tiveram que fazer trabalho juntos, uma espécie de racismo e machismo que foi sendo resolvido com o desenvolvimento das ações, pela qualidade artística. Procuramos lutar o tempo todo contra determinados clichês. Racismo e machismo são atitudes culturais que queremos colocar em discussão nestes espaços, tirando-nos do lugar de conforto que alguns discursos mais radicais ou essencialistas colocam sobre estas questões.

De que falamos quando falamos de interculturalidade? Atualmente, são dois os pensadores que nos ajudam a compreender esta complexa noção. Para Catherine Walsh, da Universidade Andina Simón Bolívar, do Equador, a interculturalidade não é só conceito, é prática, processo e um projeto político. Ela procura um intercâmbio equitativo entre culturas não só em termos étnicos, mas a partir das relações, comunicação e aprendizagem entre tradições, grupos, valores, lógicas, racionalidades distintas. Ela também busca romper com a história de uma cultura dominante e outras dominadas, valorizando culturas historicamente excluídas.

Por sua vez, um pensador argentino chamado Rodolfo Kusch nos alertava há vários anos que o diálogo é antes de tudo um problema da interculturalidade. O problema da comunicação se refere à transmissão de uma mensagem. Mas uma comunicação efetiva não depende só da própria mensagem, depende também da existência dos interlocutores. Estes participam de um diálogo carregando seus estilos e modos culturais, diferenças de perspectivas e códigos que questionam a possibilidade de uma comunicação real. A distância física que separa os interlocutores e as voltas retóricas que eles fazem para compreender-se são problemas eminentemente culturais, questões que não são só das comunidades indígenas, africanas e das chamadas “tradicionais”, mas estão no nosso cotidiano e em nossas práticas.

Conforme falamos no começo, pensar a interculturalidade é mais fácil quando falamos de culturas muito diferentes, mas não pensamo-la no nosso cotidiano, na “intra-culturalidade” com nossos pares, no diálogo efetivo a partir do reconhecimento do outro. É um desafio pensar o outro como uma cultura em si mesma, ao invés de pensá-lo como alguém que compartilha “naturalmente” nosso entendimento, especialmente nas cidades e nas culturas urbanas. Quando fazemos isto, procurando ser muito mais pacientes e abertos com o outro, menos agressivos, acreditando que merecemos realizar esforços adicionais para *estar sendo* compreendidos, com certeza estaremos realizando os primeiros

passos para construir um diálogo *ajayu*, com outras culturas vivas comunitárias, respeitando e apreendendo destas trajetórias e sabedorias outras da América Profunda.

UM VENTO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS SOPRA NO CONTINENTE SUL-AMERICANO...

Pedro Vasconcellos (Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural-Ministério da Cultura)

Os Quéchuas na Bolívia e no Peru. Os Aimára nas montanhas andinas. Os Mapuche no Chile e na Argentina. Os Tupinambás no litoral Brasileiro. Os Guaranis no pantanal, no Paraguai e no pampa. Os Kaiapó da Amazônia. Os Tukano do Alto Rio Negro. Os Xavante do Xingu. Antes os Incas, os Maias, os Astecas, os povos originários desse continente. Nas civilizações milenares que povoavam a América do Sul um misto de ciência, dominação e violência, adoração à natureza e espiritualidade.

Africanos vindos de todas as partes do continente gigante. Milhões de negros trazidos à força, mortos na travessia, na escravidão, na falsa liberdade e até hoje nas mãos da polícia e do racismo. Milhões de homens e mulheres vindos da Mãe África, a mais matriarcal.

A relação dos conhecimentos acumulados durante milhares de anos por centenas de povos, etnias e identidades tropicais, com a civilização europeia, cristã e mercantil de então criou uma das mais inimagináveis equações antropológicas da história moderna. O encontro entre jesuítas e indígenas, tradição monárquica e comunidades coletivas e ancestrais, promoveu uma das mais ricas e contraditórias experiências humanas de que se tem notícia.

Fatalmente o genocídio que se seguiu, a visão colonizadora, superior e autoritária da coroa espanhola e portuguesa dos navegadores, promoveu também um dos episódios mais tristes da história da humanidade.

Esse choque entre dois mundos, além de ter marcado a colonização europeia de um dos últimos territórios do planeta, marcou com sangue, povos de territórios continentais que construíram suas percepções sobre o mundo e a natureza de uma forma simples e original. Da terra nascemos dela sobrevivemos, dela nos protegemos e ela protegeremos até o limite de nossas forças. Não há sentido em uma relação com nossa própria provedora que não seja de profundo amor, respeito e adoração.

“Cosmo-visão” tão simples quanto profunda. Incompreendida e combatida desde a ocupação até os dias de hoje. Reside nesse conflito de visões de mundo a possibilidade mais potente de darmos um salto civilizatório avançado rumo ao século XXI. O presente nos brinda com possibilidades tão grandiosas quanto utópicas. Nos deparamos com um controle dos meios de comunicação e conhecimento cada vez mais concentrado e excludente e com uma escalada de violência que se compara há de cinco séculos atrás. Será possível, nessa quadra da história promover uma síntese capaz de aliar interesses históricos tão distintos? Em um continente marcado por diferenças e desigualdades tão abismais?

A história recente latino-americana nos permite dizer que sim. Com os avanços democráticos dos últimos 30 anos, com a vitória de projetos comprometidos com o povo oprimido e trabalhador, com a aliança entre camponeses, indígenas, e setores

A relação dos conhecimentos acumulados durante milhares de anos por centenas de povos, etnias e identidades tropicais, com a civilização europeia, cristã e mercantil de então criou uma das mais inimagináveis equações antropológicas da história moderna.

populares dos países sul-americanos, podemos dizer que sim. Como uma janela da história, ou como uma nova toupeira (nas palavras de Marx), podemos vislumbrar um caldo político cultural inédito que pela primeira vez nos permite construir uma aliança verdadeira e consistente em torno de um projeto comum.

Um projeto Latino-americano. Dos povos originários aos coletivos de jovens das grandes metrópoles. Dos social e economicamente de baixo da sociedade. Em torno de uma plataforma que apesar de heterogênea, nos permite afirmar bandeiras como sustentabilidade ambiental, direitos humanos, diversidade e democracia. Melhores condições de vida para o povo sofrido do continente. Distribuição de renda justa. Soberania e autodeterminação.

A interculturalidade e a promoção da diversidade cultural são pilares fundamentais em um novo contexto onde se pode valorizar e reconhecer os conhecimentos tradicionais ancestrais e de identidades milenares. Como a importância do equilíbrio entre seres humanos e natureza, ou o trabalho para o bem comum e coletivo. A espiritualidade e a defesa da vida como significado maior da existência. Certamente a sociedade contemporânea tem muito mais a aprender do que a ensinar a essa experiência ancestral.

A promoção de uma cultura de paz, a promoção da cidadania e da diversidade e a defesa de uma cultura sustentável, não podem ser contraditórias com desenvolvimento, geração de riqueza e distribuição de renda. A oposição entre progresso e povos tradicionais só serve aos interesses dos grandes capitalistas que controlam nossas riquezas.

O papel da cultura é central para a construção de uma síntese transformadora que alie avanços tecnológicos, cidadania participativa e conhecimentos tradicionais. Nossa força maior está não na volta ao passado, mas na ressignificação do legado das antigas culturas e na atualização dos significados e avanços do presente. Onde o novo e o velho convivam lado a lado com os olhos e a esperança voltados para o futuro.

A Cultura de Paz e convivência é muito mais praticada do que se imagina. Os Pontos de Cultura são exemplo disso, tanto nos discursos como nas suas práticas exercitadas, muitas vezes isso não é identificado ou nomeado pelos seus interlocutores, mas estão lá, no dia a dia de cada Ponto de Cultura.

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

Baby Amorim (Ilú Obá de Min, São Paulo)

A ida dos Pontos de Cultura para Bolívia foi algo bem mais amplo. A frase “*des-colonización de nuestros cuerpos*” resume muito o que foi falado por nossos companheiros. Foi possível conhecer o outro, trocamos experiências percussivas com um grupo peruano semelhante ao nosso. Criar intercâmbios e residências artísticas, isso é a interculturalidade em prática.

Maria das Graças (Ponto de Cultura Jovem Artista - Salvador)

O Congresso Cultura Viva Comunitária na Bolívia foi lindo. Aproveitando a presença do representante do Ministério da Cultura, os Pontos de Cultura com prestação de contas sem aprovação não têm o que fazer, mas [quanto aos] que estão com prestação de contas aprovadas gostaria que encaminhasse apelo à ministra para que possam se reabilitar e manter o trabalho.

Binho Perinotto (Ponto de Cultura – Rio Claro)

Gostei da fala do Eleilson, pensar a interculturalidade baseada pela desigualdade. O interior de São Paulo é muito amplo e diverso. Nas cidades menores se empina pipa também. Também sou entusiasta da ida à Bolívia. Mas gostaria de colocar duas questões: a necessidade de dar conta de avançar nas leis culturas vivas (no Brasil e em outros países) e garantir esse passo dado de regulamentar o direito à interculturalidade; além disso, direcionar 0,1% dos orçamentos dos países para Cultura Viva Comunitária. A PEC 150 tem a dificuldade de atrelar orçamentos, mas a bandeira é levantada em vários países. A proposta foi colocada na Teia estadual e aprovada também. Ou seja, é preciso reforçar a Lei Cultura Viva e os orçamentos para a interculturalidade.

Hamilton Faria (Instituto Pólis, São Paulo)

Uma proposta de desdobramento desse encontro é fazer um encontro em Medellín, cidade simbólica, pois construiu um movimento para a paz a partir da cultura. Pensar em um projeto para fazer encontro a partir da troca de saberes.

René Cesar Barrientos (Instituto de Culturas e Justiça da América Latina e do Caribe, Bolívia)

Ajayu é uma terminologia que quer dizer energia, uma força espiritual que fica nas pessoas. Tem que ter uma harmonia com a natureza, uma energia individual, mas

Ajayu é uma terminologia que quer dizer energia,
uma força espiritual que fica nas pessoas.

É preciso [usar] uma definição da interculturalidade em termos políticos, vamos precisar de uma ferramenta pedagógica e terapêutica para a interculturalidade, que substitui a ideia de uma cultura monolítica.

uma energia comunitária. Para as culturas originárias da América Latina, principalmente para os incas, há dois termos importantes: material e espiritual.

Os povos andinos e os povos amazônicos têm identidade muito forte que nasce da terra. Nossa cultura nasceu com isso. Os povos da América Latina não estão a favor do lucro, de vender a natureza. O bem natural pertence aos povos e não se vende, é para todos e é comunitário. Voltar a viver em harmonia com nossa natureza. Viver bem é para todos. Povo Mapuche significa homem da terra.

Reunião de pessoas que compartilham tudo. Falamos de convivência em paz com todos, e não de sermos melhores. Na economia comunitária, eu pertencço ao todo, sou parte desse todo. Mas a cultura ocidental nos faz acreditar que somos melhores que todos, que podemos governar a natureza, que a governança mundial não é para nós. Engrandecer através da cultura. O Brasil é grande e tolerante, se podem construir muitas coisas através do aproveitamento da economia. Porém não compartilhamos da ideia de lucrar. Os meios de comunicação são ocidentalizados, com exceções (sobretudo na Venezuela e Equador). Há necessidade de entregar a terra aos povos, cada povo tem que ser consultado, mas quando há empreendimento passa por cima de tudo.

Davy Alexandrisky (Campus Avançado, Rio de Janeiro)

Cada fala reinaugura uma utopia. Uma frase de 1968 que movia movimento era: “Sejamos realistas. Exijamos o impossível.”

Aya Ohara (Associação Comunidade Yuba, Mirandópolis)

Venho de uma comunidade japonesa em Mirandópolis com 79 anos. A proposta é de cultivo da terra, prática de arte e espiritualidade. O contato com o Ponto de Cultura foi algo muito significativo. Há o encantamento com tradições distintas, mas que tem algo semelhante que dá valor ao contato com a natureza, com a ajuda mútua, uma dimensão ainda maior com o contato na Bolívia. Tento levar para a comunidade essa visão mais ampla e a importância da interculturalidade. No Japão há um respeito que mantém distância com mestre e aqui no Brasil isso é diferente. A vivência nos permite revelar a profunda similaridade entre as distintas crenças.

Dan Baron (IDEA/International Drama Education Association, Marabá)

Participei na fase pós-apartheid na África. Há descolonização do corpo, mas também do imaginário. As pessoas não têm memória histórica, não sabem se definir dentro de uma história, falta um imaginário inacessível ao discurso. É preciso [usar] uma

definição da interculturalidade em termos políticos, vamos precisar de uma ferramenta pedagógica e terapêutica para a interculturalidade, que substitui a ideia de uma cultura monolítica. Mas tem que discutir as sequelas do genocídio, das humilhações.

Há pessoas que testemunharam, mas não conseguiram reagir, o que implica em silêncio e passividade diante de projetos poderosos. A interculturalidade dentro do íntimo, o drama intercultural na cozinha ou na cama. Precisamos de ferramentas para lidar com a memória dos que não têm documentos e de uma linguagem para lidar com isso. Precisamos de uma fase dolorosa para conhecer e reconhecer histórias difíceis. No Pará tem um índice muito alto de violência doméstica, sexual e intercultural. Na comunidade afro-indígena, famílias de afro-descendentes têm negação da relação com povos indígenas no mesmo território. Tem que se preparar para desenvolver conceito de interculturalidade mais dialético, descolonizador, que é mais sutil, na interculturalidade íntima de cada um. Cada um tem sua própria interculturalidade, é algo muito presente na América Latina.

Parte 4

Pesquisa e Indicadores de Realização





PARTE 4

PESQUISA E INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Pesquisa sobre Cultura de Paz

Ana Paula do Val

Beatriz Vieira

Alexandre Barbosa Pereira (colaboração nas análises)

Cada vez mais temos a oportunidade de falar sobre a gente. Muitas pessoas dizem que querem nos ouvir, ou pelo menos fingem. Outro dia eu mesmo abordei o pessoal do Ibope, poxa eles existem mesmo! E aí? Para quê essa pesquisa? Eu pergunto. Somos instrumentos de estudo? Até que ponto isso me beneficiará? Esse conhecimento gerado vai pra onde? Tá aí, o que é Cultura de Paz? Acho que vivemos numa cultura de paz ou de guerra. Cultura de Paz, esse nome não me entra na cabeça, soa esquisito. Não corre o risco de banalizar?

(Tim, do Ponto de Cultura CEDECA)

INTRODUÇÃO

Os Pontos de Cultura, como ação prioritária do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, apresentam propostas de ação inovadora e abrangente, na medida em que contemplam diferentes formas de atuação e uma enorme diversidade de práticas culturais. Neste sentido, realizar uma pesquisa sobre os Pontos de Cultura de todo o Brasil, sobre quaisquer aspectos é uma tarefa difícil. Pois, como conseguir alcançar os 824 Pontos de Cultura espalhados por todo o território nacional?⁹ E mais, como conseguir contemplar as particularidades locais dos Pontos de Cultura, respeitando a diversidade sociocultural existente? Estas foram algumas das questões que permearam a principal preocupação deste trabalho que buscou entender um pouco mais as práticas e as representações dos Pontos de Cultura, principalmente com relação ao modo como estes lidam com a Cultura de Paz e de convivência, sob o prisma de que a Paz pressupõe igualdade de direitos e justiça social antes de qualquer outro quesito.

Realizar uma avaliação desta natureza apresenta-se como uma tarefa complexa, e a mesma torna-se ainda mais densa quando se quer analisar a percepção que os atores sociais que atuam nos Pontos de Cultura têm sobre uma noção importante, mas extremamente complexa e controversa, como a Cultura de Paz e de Convivência. Se a noção de paz por si só já é altamente polissêmica, quando tratamos do conceito de Cultura de Paz e de convivência os desafios aumentam. Por estes motivos, tomamos o caminho de realizar uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo que seguiram duas vertentes. A primeira relacionada às práticas, com questionários que ora foram aplicados presencialmente, ora aplicados à distância, e que foram respondidos por e-mail. A segunda vertente, relacionada aos discursos dos Pontos de Cultura, foram extraídos dos planos de trabalho do site Mapas da Rede (IPSO)¹, e resultaram em uma análise do discurso relacionado às práticas de Cultura de Paz e Convivência e em uma avaliação sobre as tecnologias socioculturais utilizadas nas atividades promovidas pelos mesmos. E finalmente, uma avaliação comparativa entre as práticas e os discursos de Cultura de Paz e Convivência nos Pontos de Cultura.

INSUMOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS PARA ELABORAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa inicialmente se baseou em um arcabouço de conceitos e práticas de Cultura de Paz e Convivência, conceituações do Programa Cultura Viva, Direitos Humanos e como estes discursos e práticas podem promover uma discussão de acesso aos direitos e inclusão social no espectro da promoção da cidadania e da diversidade; bem como o diálogo entre as comunidades nas regiões mais remotas do Brasil, de uma forma mais equilibrada e abrangente nas políticas de promoção das expressões culturais e afirmação da identidade cultural brasileira.

Neste sentido, faz-se necessário contextualizar a Cultura de Paz e Convivência em planos mais concretos, nos quais a educação para a paz e convivência são pontos nevrálgicos na concepção da construção da cidadania e das trocas culturais e de modos

1 Conforme dados do site do IPSOS: culturaviva.utopia.com.br.

de vida.

A educação para a paz e a convivência surge em um contexto do “Reencantamento do Mundo”, que busca em sua essência a democratização do acesso aos direitos básicos do ser humano e suas garantias sociais, para que o cidadão possa exercer seus direitos de expressão cultural, educação, saúde, alimentação, moradia, segurança e trabalho. Estes direitos básicos nesse processo de “Reencantamento” são acompanhados da liberdade, do ato criativo, do poder de sonhar, da autonomia, do empoderamento, do protagonismo, da pluralidade e diversidade, do respeito às diferenças, da solidariedade e do cooperativismo.

Elementos que partem de um campo subjetivo, mas que aliados aos direitos humanos e sociais podem transformar uma cultura hegemônica em uma cultura da diversidade, onde seus protagonistas exercem o direito de se expressar na essência de suas ancestralidades, na ressignificação de suas expressões culturais e nos diálogos entre modos de vida e suas distintas territorialidades.

Os direitos são os pontos cruciais, mas a cultura para a paz e convivência podem ser instrumentos para se conquistar os direitos e a autonomia do cidadão. O diálogo (que não nega o conflito), as mediações de conflito e a busca de uma convivência harmônica são as grandes estratégias para a efetivação da participação popular nas instâncias da sociedade civil, do poder público e nas reivindicações de políticas públicas.

A escolha de relacionar outras bases teóricas às bases conceituais da Cultura de Paz e Convivência deu-se pelo fato deste tema ser alvo muitas vezes de desprestígio, pois muitas experiências de educação para a paz e convivência só abordam questões universalistas, que tratam de linhas e conceitos muito gerais. Portanto, a discussão para uma cultura de paz e convivência acaba sendo incutida somente de fundamentações subjetivas, que ficam fragilizadas quando não são relacionadas às práticas. Essas experiências de cunho somente teórico acarretam em preconceito por parte da sociedade, criando muitas vezes polêmicas sobre o tema. Tais polêmicas estão relacionadas à aplicabilidade da paz, uma vez em que vivemos em um contexto de guerra civil, que a cultura armamentista alimenta o conflito em favor do capital e em detrimento dos direitos sociais.

Neste sentido, trabalhar a importância da Cultura de Paz e convivência atreladas a outras bases teóricas, se faz fundamental, pois é primordial que este tema seja tratado na esfera concreta de suas ações.

Finalmente, essas bases conceituais relacionadas só vêm ao encontro para demonstrar que é possível discutir o tema de um ponto de vista prático e que a Cultura de Paz e Convivência é muito mais praticada do que se imagina. Os Pontos de Cultura são exemplo disso, tanto nos discursos como nas suas práticas exercitadas, muitas vezes isso não é identificado ou nomeado pelos seus interlocutores, mas estão lá, no dia a dia de cada Ponto de Cultura.

A intenção de concatenar essas discussões e conceber um instrumental (questionário), que possibilite abrir novas reflexões e possibilitar a apropriação do tema de forma mais concreta, foi de trazer à tona uma outra forma de olhar e falar sobre a Cultura de Paz e Convivência.

METODOLOGIA

Para elaboração da presente pesquisa nos norteamos por dois caminhos. O caminho do discurso e o caminho da prática, trabalhando com insumos produzidos das bases conceituais e teóricas que orientaram todo o processo de elaboração de instrumentais e posteriormente a análise destes dados. Tanto os instrumentais de avaliação da prática, quanto do discurso, se dividem em análises quantitativas e qualitativas.

Crítérios para elaboração do questionário

A prática dos Pontos de Cultura foi analisada através de instrumental desenvolvido pela equipe que resultou em um questionário enviado aos 824 Pontos de Cultura existentes até a presente data, conforme dados do Ministério da Cultura. Outro recurso utilizado para análise das práticas foram as aplicações presenciais de questões relacionadas à Cultura de Paz e Convivência em 20 Pontos de Cultura de São Paulo–SP e na cidade de Diadema–SP. Outro instrumental utilizado para as análises foram as auscultas realizadas em 20 Pontos de Cultura do Brasil (escutas qualificadas nas localidades), metodologia em desenvolvimento pelo grupo do Pontão de Convivência e Cultura e Paz do Instituto Pólis.

O instrumental mais importante na avaliação das práticas foi o questionário, pois ele foi o norteador de toda a linha de análise posterior. O objetivo da pesquisa foi de trabalhar a temática de uma forma mais concreta e próxima da realidade dos Pontos de Cultura. Portanto, dividimos o instrumental em três blocos, assim poderíamos trabalhar a Cultura de Paz e de Convivência sem necessariamente falarmos sobre o tema e sim identificar no dia a dia dos Pontos as práticas referentes à temática.

No primeiro bloco do instrumental fizemos a caracterização dos Pontos de Cultura: identificação do ponto, identificação do entrevistado, áreas prioritárias de atuação, público atendido, atividades desenvolvidas (contemplando faixa etária, número de vagas e frequência das atividades), as relações entre o ponto e seus usuários e a localidade, atividades de formação dos agentes culturais, atividades relacionadas à economia da cultura e formas de gestão administrativa dos Pontos. Este primeiro bloco teve como objetivo identificar através das questões relacionadas acima, como estes trabalham suas atividades, quais atividades são promovidas e que tenham referência com as práticas pesquisadas, se o Ponto tem alguma interlocução com os usuários e as comunidades e se existem preocupações relacionadas à geração de renda através

A Cultura de Paz e Convivência é muito mais praticada do que se imagina. Os Pontos de Cultura são exemplo disso, tanto nos discursos como nas suas práticas exercitadas, muitas vezes isso não é identificado ou nomeado pelos seus interlocutores, mas estão lá, no dia a dia de cada Ponto de Cultura.

da cultura. Enfim, uma breve caracterização dos Pontos traria uma série de insumos para entendermos como se articulam no território e como estabelecem relações de convivência entre seus interlocutores e entre si.

No segundo bloco relacionamos as práticas cotidianas dos Pontos, os insumos teóricos e conceituais convencionados para a pesquisa e a diversidade tipológica e de públicos dos Pontos de Cultura. O objetivo deste bloco foi identificar práticas de Cultura de Paz e Convivência, e como os Pontos lidam com as questões referentes à exclusão social e violência, afirmação de identidade cultural, participação da comunidade na programação e funcionamento do ponto; como o ponto lida com os conflitos e discriminação no seu dia a dia e a relação do ponto com o meio ambiente e o protagonismo juvenil. Essas questões foram direcionadas ao dia a dia de cada Ponto de Cultura, com o objetivo de detectar estas temáticas na rotina e como elas são tratadas pelos Pontos e as comunidades. Este segundo bloco identificou se os Pontos de Cultura tratam ou não tais questões e de que forma, levando em consideração que tudo o que foi perguntado estava diretamente ligado à Cultura de Paz e Convivência, sem falar claramente sobre a temática especificamente no questionário, pois a ideia era identificar outras práticas de paz e convivência, fora do contexto dos universalismos.

O terceiro bloco foi responsável pelo que chamamos de “formação” e aproximação do tema com os Pontos de Cultura, sem perder de vista outras contribuições que os Pontos poderiam trazer, além dos que explanamos no bloco. Pela primeira vez falamos sobre a Cultura de Paz e Convivência no questionário, pois até então, só havíamos relacionado a temática às práticas cotidianas dos Pontos, mas não tínhamos relacionado os temas com as perguntas. Neste bloco foram apresentados textos referentes à Cultura de Paz e convivência acompanhados de questões relacionadas aos mesmos. As questões que foram formuladas acompanhando os textos tiveram a preocupação de relacionar o texto com práticas e personagens locais dos Pontos de Cultura.

Finalmente, depois da devolução do questionário pelos Pontos foi possível avaliarmos os Pontos que promovem práticas de paz e convivência sem nomear ou atribuir suas atividades a tal temática. Outra leitura importante, é que os Pontos praticam a paz, mas não têm isso convencionado como Cultura de Paz e Convivência, ou têm outras práticas e que poderiam ser acrescentadas a estas convenções. E a grande devolutiva aos pesquisados seria mostrar que o tema, por vezes por eles combatido, está muito mais presente e praticado do que se imagina.

Outro instrumental utilizado para a avaliação das práticas foram as auscultas promovidas nas localidades dos Pontos presencialmente com a coordenação da equipe do Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis. A partir das auscultas foram realizadas avaliações de ordem qualitativa, nas esferas das representações simbólicas da paz e convivência para os Pontos de Cultura.

Outra estratégia utilizada pela pesquisa foi a realização de entrevistas presenciais sobre as representações e percepções a respeito do conceito de Cultura de Paz e Convivência com 20 Pontos de Cultura da Grande São Paulo. Com destaque para os Pontos de Cultura da zona sul de São Paulo e do município de Diadema, onde se concentraram tais pesquisas presenciais. Em Diadema foram pesquisados todos os Pontos de Cultura do município.

Crêterios para recorte da amostragem dos Pontos de Cultura

O discurso foi analisado através dos planos de trabalho dos Pontos de Cultura, que foram enviados ao Ministério da Cultura na ocasião da aprova o da sele o pública e extraídos dos Mapas da Rede (IPSO), que gerou um recorte de amostragem de 240 Pontos de Cultura, dos 824 distribuídos em todo território nacional.

Estes 240 Pontos de Cultura foram selecionados com base em dois critérios principais: diversidade de território e diversidade de atua o sociocultural. Ou seja, buscaram-se Pontos de Cultura de todos os estados brasileiros e que contemplassem práticas e atividades culturais diversas, do teatro ao hip hop, passando por a es voltadas   cultura digital e   preserva o do patrim nio e da memória local. Com base em amostragem selecionada e a partir destes dois critérios, tentou-se nesta pesquisa contemplar o maior número possível de atividades culturais, de modo a garantir um quadro diversificado para a análise, e garantir uma maior abrangência territorial.

Após a sele o de 240 Pontos de Cultura que abrangessem a maior quantidade de tipologias e atividades culturais e, ao mesmo tempo, a maior distribui o pelo território nacional, o trabalho consistiu em converter os dados cadastrais dos Pontos de Cultura em uma planilha que apontasse para os dispositivos e/ou tecnologias socioculturais que os Pontos utilizam em seu cotidiano e como relatam contribuir para a reflexão e prática da Cultura de Paz e de convivência, ainda que de forma indireta e aparentemente inconsciente.

OS PONTOS DE CULTURA E AS TECNOLOGIAS SOCIOCULTURAIS

A amostra de 240 Pontos de Cultura coletada do site Mapas da Rede (IPSO) apresentou um dado importante: a diversidade de tecnologias socioculturais utilizadas pelos Pontos de Cultura. A maioria dos grupos não se restringe a propor apenas uma atividade sociocultural, mas um conjunto de atividades socioculturais que visa ampliar o acesso   produ o e   fru o cultural, bem como garantir a inclusão social de grupos em situa o de alta vulnerabilidade social. Outra observa o relevante a ser feita sobre esses 240 Pontos de Cultura levantados   a de que todos apresentam em suas propostas descri es de atividades e em seus objetivos elementos que convergem para as reflexões realizadas pelo Programa Cultura Viva. Além disso, todos os Pontos de Cultura, ainda que indiretamente, apontam para atividades que corroboram uma prática que leve a uma Cultura de Paz e de Convivência ou que busque propiciar elementos que criem condi es para sua efetiva o.

Apesar de toda a diversidade de propostas e de objetivos de a o que apontam, direta ou indiretamente, em dire o a uma ideia de Cultura de Paz e de convivência, o termo Cultura de Paz aparece efetivamente na descri o de apenas sete Pontos de Cultura. Entretanto, todos os grupos culturais levantados apresentam, em seus objetivos e proposta de trabalho, elementos que convergem para a promo o da paz e da convivência. Elaborou-se, assim, uma lista com 31 propostas diferentes de contribui o para a Cultura de Paz, a partir da descri o de suas atividades e de seus objetivos. Estas 31 propostas apareceram distribuídas entre os 240 Pontos de Cultura levantados.

COMO CONTRIBUI PARA A CULTURA DE PAZ E CONVIVÊNCIA? (ATUAÇÃO E OBJETIVOS)

- Inclusão Social;
- Integração;
- Intercâmbio;
- Promoção de diálogo intercultural;
- Protagonismo Juvenil;
- Diversidade Cultural;
- Preservação do Meio Ambiente;
- Valorização de patrimônio cultural e ambiental local;
- Incentivo às novas gerações pela transmissão de conhecimentos, práticas e formas de expressão tradicionais;
- Combate à violência;
- Defesa dos direitos humanos;
- Garantia da autossustentabilidade;
- Fortalecimento da identidade cultural local;
- Valorização das expressões locais;
- Elevação da autoestima;
- Acesso aos meios de fruição, produção e formação cultural;
- Assegurar valores e princípios fundamentais de cunho socioeducacional como a cooperação, o respeito, a participação, a consciência individual e de grupo;
- Estímulo à cidadania;
- Combate à discriminação e ao preconceito;
- Promoção da produção coletiva e do trabalho cooperativo;
- Geração de formas alternativas de sustentabilidade para grupos em situação de vulnerabilidade social;
- Empoderamento;
- Empreendedorismo social;
- Promover a justiça social e a equidade;
- Capacitação para a formação de agentes de transformação social;
- Desenvolver a percepção crítica;
- Registro e valorização da memória e história local;
- Propiciar a convivência;
- Promoção do diálogo;
- Democratização do acesso à cultura, à informação e às novas tecnologias;
- Interlocução entre diferentes gerações.

OS PONTOS DE CULTURA E A CULTURA DE PAZ E CONVIVÊNCIA

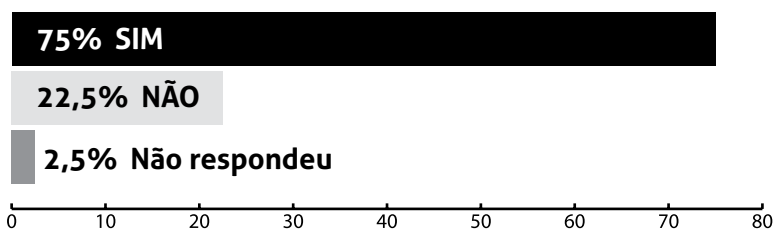
Apresentamos agora alguns dos resultados obtidos a partir da tabulação e análise dos dados dos questionários enviados aos Pontos de Cultura. Um primeiro destaque deve ser dado ao número de grupos que afirmam lidar com a violência e a exclusão social. Dos questionários respondidos, 60% dos Pontos de Cultura disseram possuir atividades para lidar com a exclusão social e a violência.

Possui atividades para lidar com a exclusão e a violência?



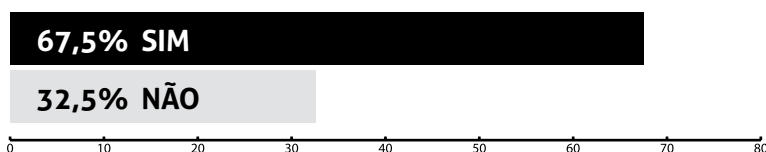
Ao serem perguntados sobre o que efetivamente conheciam da temática da Cultura de Paz, 75% dos Pontos de Cultura afirmaram já ter ouvido falar sobre o tema. Outros 22,5% disseram não ter ouvido falar sobre a Cultura de Paz e 2,5% não responderam a esta questão.

Já ouviu falar sobre o tema da Cultura de Paz?



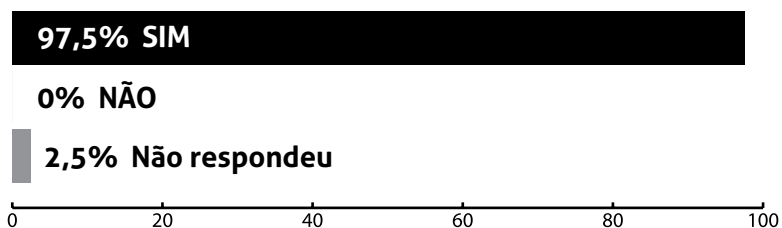
Já com relação à realização de atividades de promoção da paz, 67,5% dos Pontos de Cultura afirmaram já ter realizado alguma ação deste tipo. Os outros 32,5% disseram não realizar atividades de promoção da paz.

Já realizou atividades de promoção da paz?



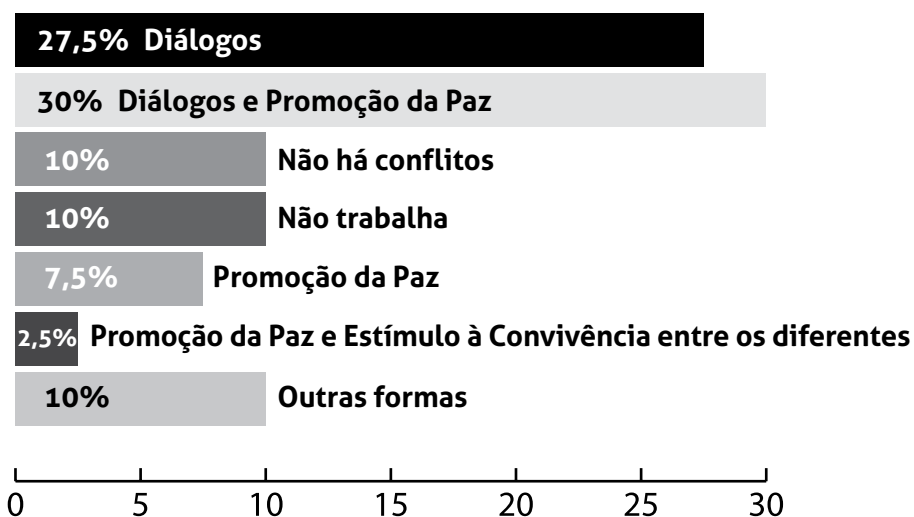
Apesar de 40% dos Pontos de Cultura não realizarem atividades para lidar com a violência e a exclusão social e 32% não realizarem ou participarem de atividades de promoção da paz, 97,5% dos Pontos de Cultura afirmaram ter interesse em receber materiais relativos à temática da Cultura de Paz. Ninguém afirmou não querer receber materiais sobre a Cultura de Paz e apenas 2,5% não respondeu a esta questão. Este dado revela que mesmo os Pontos de Cultura que apresentam relativo desconhecimento ou certa desconfiança com relação à discussão sobre a Cultura de Paz, têm interesse em aprofundar-se sobre o assunto. Dessa maneira, muitos dos Pontos de Cultura apresentam-se como disponíveis para participar ou promover atividades que confluem para uma Cultura de Paz e de convivência, desde que esta Cultura de Paz e de Convivência convirja para as dinâmicas e práticas de promoção da cultura já realizadas pelo ponto.

Gostaria de receber materiais relacionados ao tema da Cultura de Paz?



Os Pontos de Cultura também foram questionados sobre se trabalhavam com o conflito e a violência no seu dia a dia, e em caso afirmativo, como trabalhavam com esta questão. Destes 10% disseram não realizar nenhum tipo de atividade para lidar com o conflito e a violência em seu dia a dia e outros 10% disseram não ter conflitos em seu cotidiano no ponto de cultura. Um número muito pequeno, 2,5%, não respondeu a esta questão. A maioria dos Pontos, 77,5%, no entanto, afirmou ter alguma atividade para lidar com o conflito e a violência em seu dia a dia. Destes, 27,5% disseram lidar com o conflito e a violência em seu cotidiano por meio de diálogos, outros 7,5% por meio da promoção da paz. Já 30% dos Pontos de Cultura afirmaram trabalhar tanto com diálogos quanto com promoção da paz. A promoção da paz e o estímulo à convivência entre os diferentes foi a resposta de 2,5% dos Pontos de Cultura. Por fim, 10% dos Pontos de Cultura afirmaram trabalhar com estas questões de outras formas.

Como trabalha com o conflito e a violência no dia a dia?



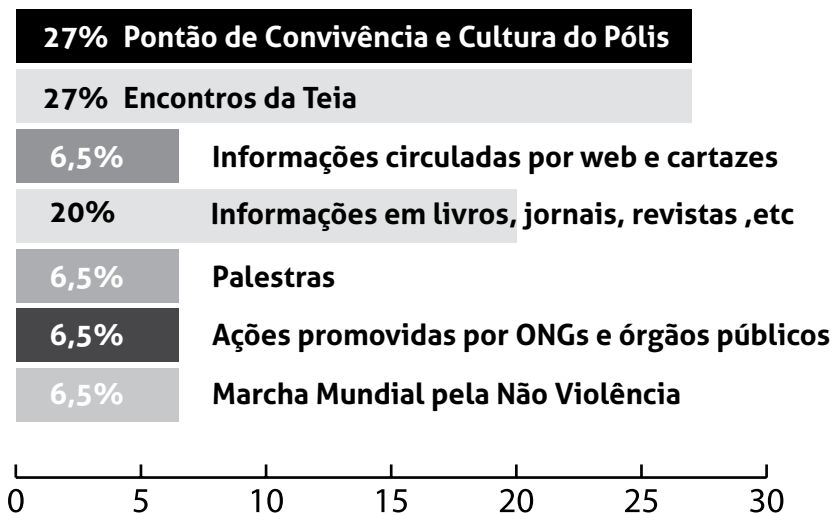
Dos grupos que responderam que trabalham com o conflito e a violência em seu dia a dia de outras formas que não as apresentadas como opção, tivemos diferentes respostas. Um grupo respondeu que trabalha com o conflito e a violência de modo indireto, enquanto outro relatou que o trabalho com o conflito e a violência realizava-se pelo próprio trabalho de promoção de acesso à cultura. Já os outros dois grupos associaram o trabalho com o conflito e a violência com a particularidade de suas práticas culturais:

Há poucos conflitos violentos e utilizamos o Teatro Foro como estratégia para discutir situações de opressão.

Por se tratar de uma aldeia indígena, há outros mecanismos para trabalhar os conflitos como o Opy e o conselho dos anciãos.

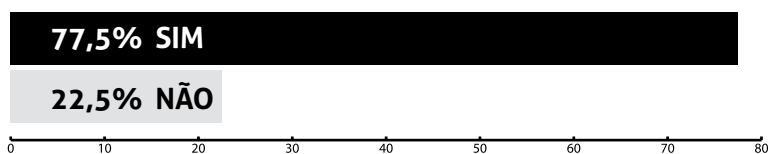
Na questão sobre o que os Pontos de Cultura já ouviram falar sobre o tema da Cultura de Paz, 37,5% dos Pontos responderam sobre onde ouviram falar desta temática. Destes, destacaram-se os que afirmaram ter estabelecido contato com a noção de Cultura de Paz por meio do Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis, 27%, e os que tiveram maior contato com esta discussão através dos encontros da Teia, também 27%, conforme na tabela que segue abaixo. Este dado revela a importância que os encontros, fóruns e atividades de discussão e promoção da Cultura de Paz têm para a divulgação e realização efetiva de uma Cultura de Paz e de Convivência. Do mesmo modo, instituições voltadas especificamente para a reflexão e promoção da Cultura de Paz mostram-se de grande importância para a consolidação da reflexão e da prática da Cultura de Paz e de Convivência no cotidiano dos Pontos de Cultura e na relação destes com a comunidade em que se inserem.

Como teve contato com a discussão sobre o tema da Cultura de Paz e de Convivência?



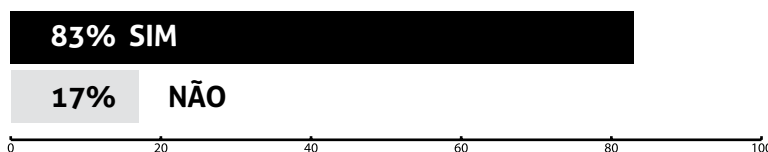
Do total de Pontos de Cultura entrevistados, apenas 22,5% relataram nunca ter realizado nenhuma atividade direta que visasse o combate à violência e à exclusão social, nem nunca ter realizado ou participado de ações para a promoção da paz. Este dado revela, que, ainda que de maneira indireta, muitos Pontos de Cultura, 77,5%, está ou já esteve envolvido com a temática da Cultura de Paz, seja na prática ou no discurso da entidade.

Já realizou atividade para o combate à violência e à exclusão social, organizou ou participou de atividades voltadas para a promoção da paz?



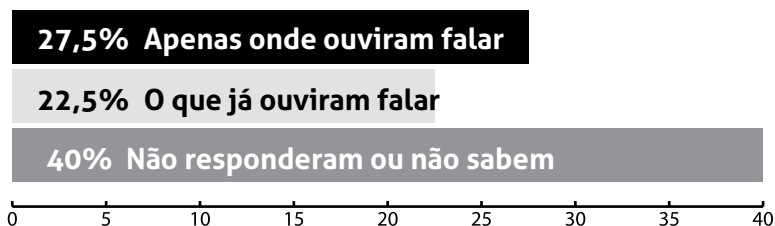
Em relação aos Pontos de Cultura que afirmaram ter ouvido falar do tema da Cultura de Paz ou já ter tido contato com a discussão - 75% do total de Pontos entrevistados, conforme tabela 1. Podemos observar que 83% afirmam ter atividades para lidar com a violência em seu cotidiano e/ou já realizaram ou participaram de atividades de promoção da paz, como apresentado na tabela que se segue. Estes dados revelam que o contato com a discussão sobre Cultura de Paz e o maior conhecimento sobre este conceito mobiliza os agentes socioculturais a se envolverem mais em atividades de combate à violência e/ou de promoção da paz.

Possui atividades para lidar com a violência e/ou já realizou ações de promoção da paz?



Quando questionados sobre o que ouviram falar sobre o tema de Cultura de Paz, 27,5% deles responderam apenas onde ou como ouviram falar sobre o tema ou tomaram contato com a discussão. Outros 40% não responderam a esta questão ou disseram não saber. Contudo, 22,5% dos Pontos de Cultura apresentaram o que já tinham ouvido falar sobre o tema e/ou apresentaram problematizações sobre a noção de paz que conhecem.

O que já ouviram falar sobre Cultura de Paz?



AS DEFINIÇÕES DE PAZ E CONVIVÊNCIA APRESENTADAS PELOS PONTOS DE CULTURA

O questionário apresentou também um conjunto de questões qualitativas que buscavam tentar entender as percepções que os Pontos de Cultura concebem sobre as noções de paz e convivência. Outra intenção dessas questões abertas foi tentar apreender as particularidades da relação de cada ponto de cultura com as questões de paz e convivência. Tentou-se também buscar novas concepções e contribuições para a reflexão sobre as potencialidades da Cultura de Paz e de Convivência.

O que já conheciam sobre o conceito de Cultura de Paz

Dos Pontos que relataram efetivamente o que já conheciam ou já tinham ouvido falar sobre a “temática” da Cultura de Paz, as respostas apresentadas foram estas:

- Que é uma ação específica de mobilização e reflexão de um ponto de cultura.
- O ponto tem por sua filosofia a convivência e compartilhamento cultural por meio das artes visuais.
- A existência de um grupo dedicado a não-violência.
- Como possibilidade de temáticas em programas de rádio (o ponto de cultura trabalha com rádio comunitária em assentamento do MST).
- Utilizando algo muito parecido com o pensamento de Gandhi, mostramos o meio em que vivem, onde estão ensaiando nos diferentes eventos e como vivem as crianças de outros povos.
- Acreditamos que o debate seja sobre diversidade cultural versus a falta de bens e serviços públicos. É necessário problematizar: Cultura de Paz para quem?
- Respeito ao ser humano e ao meio ambiente, respeito às diferenças culturais e sociais. Lutas pacíficas em prol de um objetivo maior, compartilhar ideias, práticas e ações de não violência.
- Direitos iguais, liberdade, diálogos e respeito.
- Ações que visam buscar a harmonia dentro das diferenças.

ATIVIDADES QUE PROMOVERAM OU PROMOVEM PELA PAZ

Em relação aos Pontos de Cultura que afirmaram organizar e/ou incentivar atividades para lidar com a violência e a exclusão social, as atividades apresentadas foram as que o próprio grupo organiza ou elementos que derivam das atividades particulares de cada ponto de cultura. Ou seja, há um reconhecimento de que suas atividades trazem elementos que contribuam para a promoção de uma Cultura de Paz e de Convivência. As atividades descritas foram as seguintes:

- O próprio movimento Hip Hop vive em debate sobre isso.
- Formação comunitária através de palestras.
- Oficinas de cidadania, debates e palestras.
- Teatro Foro, Espaço de brincar, Grupos musicais, Grupos de Teatro, Filmes e discussões.

- Atividades desenvolvidas junto à escola da educação de base pública no local e entorno por considerar que a violência escolar é reflexo da exclusão social e participação junto aos órgãos de ação inclusiva.
- As atividades de formação desenvolvidas com a equipe de professores que inclui vivências, leituras e discussões, embora estejamos ainda no início deste processo.
- Seminários, formação, atendimento, acompanhamento individual e em grupo.
- Em se tratando de minorias étnicas, a exclusão social se dá principalmente pela discriminação cultural que se expressa em preconceitos e estereótipos reproduzidos diariamente pela sociedade das mais diversas formas: na mídia, nas escolas, no cotidiano das pessoas, etc.
- São realizados alguns momentos de reflexões com os participantes das atividades do ponto de cultura sobre realidade de exclusão e também sobre a violência que já se faz presente em nosso meio. Outras atividades são as caminhadas e palestras feitas em parceria com escolas, igrejas e outras entidades locais.
- Lida com processos comunicativos que fazem uma leitura crítica da mídia tratando desses temas.
- As próprias atividades do grupo.
- Diálogos, palestras e programação cultural que tratam da exclusão social, violência, drogas, qualidade de vida, direitos humanos e Cultura de Paz.
- Cursos e seminários.
- Produtos culturais utilizados na formação dos educadores do Pontão abordam temas como a exclusão, trabalho, violência, falta de acesso à informação, entre outros.
- Sala de leitura e pesquisa da cidadania e da paz
- Rodas de conversa e mediações de conflitos, planejamentos pedagógicos com atividades que promovam a reflexão e valores baseados nos direitos humanos.
- Formação de valores e práticas profissionais, elevação da autoestima, profissionalização dos jovens promovendo assim uma reestruturação na vida de cada um deles, e conseqüentemente de suas famílias.
- Palestras, debates, reuniões e trocas entre o Ponto e a comunidade.
- Espaço da brinquedoteca é aberto a todos que queiram participar e dispõe de brinquedos e jogos multiculturais.
- Debates e atividades que promovam a integração.
- Na Ação Griô, ações sempre pautadas na memória e ancestralidade e no combate à violência e à exclusão social.
- Capacitação dos atores surdos, buscando assegurar sua participação na sociedade e na comunidade artística. Ampliando a comunicação entre os “ouvintes” e os surdos, trabalhando a inserção destes.
- Geração de emprego e renda.

COMO DEFINEM A PAZ E A CONVIVÊNCIA EM SEU COTIDIANO

Foi pedido também aos Pontos de Cultura que definissem a paz e a convivência em seu cotidiano. Neste quesito, a noção de respeito ao outro e de respeito às diferenças e à diversidade apareceram como elementos importantes que os grupos remeteram

ao conceito de paz e convivência em seu cotidiano. As definições apresentadas foram estas:

- Respeito ao próximo e ensino às crianças. O amor e a união.
- Respeito às diferenças para viver de forma democrática e solidária.
- O respeito às diferenças (etnia, religião e cultura), onde todos podem existir e serem respeitados.
- Como o respeito aos diversos trabalhos voltados à formação estética.
- A paz é fundamental para a convivência em comunidade.
- Nós não definimos, nós a praticamos, nossas reflexões não foram publicizadas, até porque não há um consenso que julgamos contribuir com esta questão.
- Defesa dos direitos humanos com base na valorização da cultura e da necessidade de criar e expressar, firmando a identidade e garantindo a autoestima, tendo como ponta de lança para a conscientização da igualdade de todos diante dos outros, do mundo e da vida, as atividades lúdicas estimuladas e realizadas hoje, pelo ponto de cultura.
- A paz é um elemento simbólico que está ligado ao sentimento de generosidade e tranquilidade das pessoas. Fazer uso dessas condições no cotidiano proporciona uma convivência fraterna e, portanto, um mundo melhor para a humanidade.
- Buscamos incluir a noção de paz e a reflexão sobre o respeito ao outro em todas as ações, principalmente porque sabemos que esta construção requer um processo contínuo e longo.
- As pessoas envolvidas no trabalho praticam a “cultura da paz”. Esse é um princípio que norteia a conduta de todos, o que não significa que não haja conflitos e diferenças. Consideramos que o importante em nosso cotidiano é o respeito às diferenças.
- Para nós que fazemos o ponto de cultura Vento Forte, a paz é uma busca permanente de uma vida solidária, comprometida com o outro. E a convivência é estar junto de forma harmoniosa, evitando qualquer tipo de conflito que atrapalhe a vivência da paz.
- Não há definições, há troca de ideias a partir da realidade do assentamento.
- A paz é o bem estar dele mesmo e com o ambiente, é o equilíbrio entre o indivíduo e a vida no planeta.
- Conviver no cotidiano é respeitar direitos e deveres dos seus e do próximo, incentivar qualidades, responsabilidades e perseguir sonhos para tentar realizá-los.
- Diálogo, acesso à arte e aos bens culturais.
- Paz significa aceitar que a essência do capitalismo é a violência, pois se assenta na exploração da força de trabalho dos trabalhadores e na apropriação da natureza como matéria prima.
- Acredito que todos nossos trabalhos têm sido fundamentados pela prática da paz.
- Convivendo e respeitando as diferenças, as relações de confiança são cultivadas cotidianamente, permitindo trocas e apostando uns nos outros.
- Vivência em harmonia com as pessoas e com o meio em que vivemos.
- Respeito às diferenças culturais, sociais, ambientais, tendo a solidariedade e tolerância para promoção da paz.

- Reflexo da construção de um novo acordo de comunidade. Interdependência humana e as possibilidades de vida em conjunto.
- Nós não definimos a paz, ela é ampla e justa.
- Trocas e saberes culturais, diálogos, respeito, aceitação das pessoas, de suas opiniões e escolhas.
- Reforçando a coletividade, o trabalho colaborativo e o respeito às diferenças.
- Respeito mútuo e a comunicação como ferramenta de mudança social.
- Harmonia entre os povos, respeito e direitos iguais.
- Atendimento à comunidade infantil propicia interação e convivência com a diversidade. A formação de brincantes colabora com a divulgação da cultura lúdica nas comunidades.
- Algo difícil de se colocar em prática pela sociedade em geral.
- Não possuímos nenhuma reflexão sobre o assunto.
- Há conflitos internos que são resolvidos por meio de diálogos. Quando há necessidade, a coordenadoria nacional é convidada a mediar o conflito.
- Atividades desenvolvidas transcorrem em clima de amizade e solidariedade. Através de reflexão, estimulamos esses valores em nossos encontros.
- A paz é o caminho para a humanidade se afirmar e precisamos promovê-la no cotidiano através da convivência.
- Paz e Convivência estão vinculadas à comunicação, ao direito e à prática de usar a linguagem dos sinais como a primeira língua dos surdos. Criar inserção dos surdos através da arte.
- Realizando atividades culturais.

O QUE REPRESENTA A IDEIA DE PAZ PARA OS PONTOS DE CULTURA

Outra questão importante dizia respeito ao que a ideia de paz representava para os grupos. Para estas questões, as respostas foram as seguintes:

- A união (mãos dadas) de todo povo.
- Poder trabalhar com o seu objeto, respeitando as diferenças do público, oferecendo conhecimento e recebendo todos os interessados em aprender junto às oficinas oferecidas.
- Opy (Casa de Reza).
- Para a minha vida é ter Jesus.
- Jesus Cristo e Diálogo.
- Oxalá, o orixá que representa a paz na humanidade e a sabedoria.
- A certeza de que o conflito é permanente.
- Generosidade.
- Necessidade vital de sobrevivência e convivência.
- A possibilidade de funcionamento.
- As palestras que os pesquisadores indígenas fazem nas escolas de Macapá apresentando aspectos significativos de sua cultura com textos, imagens e muita paciência para responder perguntas que traduzem a visão estereotipada que os não índios têm deles.
- Uma corrente com todos os seus elos unidos, onde cada elo tem importância

igual para o todo da corrente.

- Não violência e respeito entre as pessoas da comunidade.
- O sorriso inocente de uma criança.
- Primeiro a melhoria de suas vidas e a maior integração com o meio em que vivem. A experiência que vivem os árabes tem contribuído muito, como por exemplo: a contribuição dos árabes para a ciência, educação e cultura permitiu a criação de uma biblioteca com mais de 3200 livros.
- Conviver com respeito, responsabilidade, bom humor, companheirismo a fim de viver com o antigo/tradicional e a contemporaneidade.
- Possibilidade de diálogo, reflexão sobre as ações. O companheirismo e cooperativismo nas ações e o trabalho comunitário em coletivo, proporcionando grandes resultados no desenvolvimento da comunidade.
- Tudo o que está escrito na frase apresentada (Pontão de Convivência e Cultura de Paz) é a essência da paz, mas no sistema capitalista isto é impossível. Devemos mostrar que para conquistar isto temos que construir uma sociedade que não se baseia no lucro, no valor de troca, mas numa sociedade baseada no valor de uso. Esta é a perspectiva que adotamos no ponto. Por isso ele é um centro de formação para a paz, pois mostramos quais são as raízes das guerras, da miséria, da violência, da corrupção.
- Ter paz em nosso ponto de cultura representa ter as ações e atividades do mesmo preservadas da violência e filosoficamente praticando o ensino de uma vida sem violência alguma.
- Conviver com as pessoas, ter a possibilidade do encontro e reencontros, permitir trocas de saberes e experiência. Ser sensível às possíveis ressonâncias e sintonias. Refletir diante das dificuldades, acolher e enfrentar.
- Valorização da vida, respeito mútuo, respeito à natureza.
- Aperto de mãos antes de nossas reuniões e encontros.
- A harmonia das cores e alternância destas no céu.
- “Sentar na calma, beber na fonte” - expressão Taoista. Saber esperar com paciência e respeito pelo tempo próprio.
- O diálogo, o entendimento do outro como parceiro na construção de uma convivência de respeito pelos valores humanos e valorização da vida.
- Coletividade e respeito.
- Acreditar que o futuro depende de nossa vida atual, que hoje fazemos parte de um momento na escala evolutiva humana e nossa contribuição é importante.
- Harmonia entre os povos - direitos, acessibilidade e conhecimento para todos.
- Crianças e jovens tenham espaço para brincadeiras e interação com o próximo.
- Amor ao próximo.
- Convivência harmoniosa entre toda a diversidade cultural existente e o respeito dos artistas e comunidade.
- Acesso ao conhecimento e com isso ampliar valores humanistas. Acesso à arte para ampliar valores espirituais e filosóficos. Respeito à diversidade, estímulo ao diálogo e reflexão.
- O direito de expressão da população surda, interagindo significativamente na sociedade.

- Considerando que nosso trabalho ocorre em uma área de guerra do tráfico de drogas, o trabalho pode ser uma simbologia de paz e repercussão aos jovens.
- A não-violência.
- Conhecimento da cultura dos outros.

QUAIS OUTROS SIGNIFICADOS OS PONTOS DE CULTURA ACRESCENTARIAM À REFLEXÃO E À PRÁTICA DO CONCEITO DE CULTURA DE PAZ

Por último, foi pedido aos grupos que dissessem quais outros significados ou práticas poderiam ser acrescentados ao conceito de Cultura de Paz e convivência. A intenção desta questão foi justamente apreender novas possibilidades para a reflexão e prática do conceito Cultura de Paz e de convivência. Novamente, a ideia de respeito às diferenças e de valorização da diversidade apareceu como um componente forte da reflexão dos Pontos de Cultura sobre o conceito de Cultura de Paz e de Convivência.

- Amor, confiança, integridade, respeito, honestidade e coerência.
- Respeito à diversidade cultural, respeito e aceitação das diferenças.
- Educação por meio de ações efetivas e direcionadas à necessidade da comunidade atendida pelo ponto de cultura, ou qualquer instituição interessada e facilitar as relações humanas e sociais. Práticas: compreender a história, a cultura da região, trabalhar respeitando as diferenças, não impor soluções conforme as próprias expectativas.
- A partir da nossa realidade, divulgar nossa cultura e nossa existência. Tem uma frase de um ancião xavante que norteia nosso trabalho: “ninguém respeita aquilo que não conhece”. Precisamos mostrar quem somos, a força de nossa cultura, só assim vão respeitar nosso direito porque vão entender e admirar o que temos.
- O diálogo permanente com a pluralidade.
- A desigualdade é a grande vilã da história, pois promove o preconceito, a prepotência e a intolerância. E a Cultura de Paz necessita passar enfaticamente pela cultura da criança; enquanto houver infância descalça pelas ruas é difícil falar de paz e respeito pelo ser humano.
- Respeito pela diferença e tolerância religiosa.
- Igualdade na diferença.
- Respeito à diversidade cultural que deveria ser ensinado às crianças desde a pré-escola.
- A partilha dos saberes entre os que participam direta e indiretamente das ações do ponto de cultura.
- Direito à expressão e à comunicação.
- No momento em que o grupo percebeu que poderia contribuir com a sociedade no sentido de trabalhar os aspectos de inclusão social frente às grandes diferenças constatadas, houve um comprometimento deste em participar da promoção da cultura da paz através das atividades oferecidas. Com as oficinas há condições de diminuir as diferenças, promover o diálogo, elevando a autoestima para uma melhor convivência.
- A milenar música árabe sempre contribui para uma Cultura de Paz para toda a

humanidade, citamos dois exemplos clássicos e conhecidos universalmente: 1- a forte presença da música árabe para a integração europeia iniciada na Andaluzia; 2- o projeto de Said e Barenbaun. Portanto, através da música encontramos elementos significativos para atuar nas demais áreas culturais. O ensaio público que a orquestra brasileira de percussão árabe realizou no dia 21 de abril deste ano. Entre outras atividades musicais promovidas.

- A valorização da educação é fundamental, melhores condições de saúde e oportunidades - tudo igual para todos.
- O Diálogo para compreender todas as questões de convivência de paz.
- Lutar contra o sistema capitalista e mostrar que outro mundo é possível, mas ele pressupõe o fim do capitalismo.
- Ter paz em nosso ponto de cultura representa ter as ações e atividades do mesmo preservadas da violência e filosoficamente praticando o ensino de uma vida sem violência alguma.
- Confiar no outro, apostar na vida apesar das dificuldades, apostar nos processos de médio e longo prazo, sem se deixar intimidar pelo imediatismo e individualismo que nos assola cotidianamente.
- Respeito às diferenças e à dignidade de cada ser.
- Maior responsabilidade na preservação do meio ambiente.
- Valorização da juventude brasileira, apostando na sua capacidade de promover mudanças.
- A paz e a violência estão no espírito dos homens e lá devemos buscar a compreensão e conhecimento. Levantar a bandeira da paz também ajuda.
- Cooperação, acolhimento, escuta, responsabilidade e compromisso com a educação escolar e saberes comunitários.
- Educar para mudar.
- Igualdade social e o respeito entre os povos, suas tradições e posições políticas.
- Valorização da cultura da infância.
- Governo unido para o bem da sociedade.
- Convivência em harmonia, respeito à memória, à diversidade e acolhimento.
- Respeito às diferenças, reverência aos antepassados, tolerância à religiosidade de matriz africana.
- Respeito à diversidade e às diferenças.
- Esse discurso poderia ser descolado do discurso das grandes mídias a respeito da realidade das comunidades de baixa renda.

Os Pontos de Cultura, ainda que indiretamente, apontam para atividades que corroboram uma prática que leve a uma Cultura de Paz e de Convivência ou que busque propiciar elementos que criem condições para sua efetivação.

O DISCURSO E A PRÁTICA SOBRE A PAZ: DESAFIOS PARA UMA CULTURA DE PAZ E DE CONVIVÊNCIA

Para compreender um pouco mais a relação que os Pontos de Cultura estabelecem com a temática da Cultura de Paz e de Convivência, foram levadas em consideração as particularidades e as idiosincrasias da diversidade de dinâmicas e espaços culturais analisados. Neste sentido, a fim de captar esta diversidade sem incorrer em visões deveras generalizantes, a pesquisa adotou como critério valer-se de diferentes instrumentos e fontes de pesquisa: o questionário com questões abertas e fechadas, entrevistas abertas presenciais feitas com Pontos de Cultura da Região Metropolitana de São Paulo e de leitura analítica das auscultas realizadas pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis. Todos estes instrumentos e fontes de pesquisa serviram de embasamento para uma análise de caráter qualitativo sobre como Pontos de Cultura relacionam-se com a reflexão e a prática da Cultura de Paz e de Convivência.

Nesta análise qualitativa, destacou-se justamente a dimensão do discurso e a prática da Cultura de Paz. A intenção aqui, portanto, é discorrer sobre como o discurso, a reflexão e a prática de Cultura de Paz e de Convivência relacionam-se de múltiplas formas no cotidiano e na fala dos Pontos de Cultura. Do mesmo modo, tentar-se-á perceber como os elementos de universalidade e de particularidade relacionam-se na construção da percepção e do discurso sobre a Cultura de Paz.

Uma primeira observação já pode ser destacada com relação aos Pontos de Cultura com a temática da Cultura de Paz e de Convivência. Os Pontos de Cultura que têm maior contato com a discussão, por meio das atividades do Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis ou de encontros específicos como a TEIA, tendem a desenvolver um discurso mais consistente sobre esta questão.

Por outro lado, de uma maneira geral, todos os Pontos de Cultura que já têm um discurso sobre a Cultura de Paz, articulado ou não, tendem a associar a prática de Cultura de Paz e de convivência às próprias atividades específicas por eles desenvolvidas. Neste sentido, muitos dos Pontos de Cultura afirmam já realizar trabalhos que tentam promover a paz e a convivência em seu cotidiano. Este dado é bastante relevante, pois demonstra que os Pontos de Cultura reconhecem em suas atividades elementos que remetem a uma Cultura de Paz e de Convivência.

Entretanto, ao associar a Cultura de Paz e de Convivência às suas atividades específicas, o ponto de cultura pode também se fechar à adoção de novas atitudes que convirjam para uma Cultura de Paz e de Convivência. Portanto, pode ser feito um trabalho mais focado com esses grupos, no sentido de sensibilizá-los para a reflexão e para diferentes possibilidades e potencialidades de atitudes e ações que busquem promover uma Cultura de Paz e de Convivência dentro dos Pontos de Cultura e na comunidade onde estes se inserem.

Há, no entanto, uma parte dos Pontos de Cultura que demonstram certa desconfiança com relação ao tema da Cultura de Paz e de Convivência. Esta desconfiança revelou-se ser em grande parte decorrência de três fatores:

Desconhecimento da discussão sobre a temática que vem sendo feita no Programa Cultura Viva e no Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis.

Associação da discussão sobre Cultura de Paz e de Convivência a uma fala sobre a paz presente na mídia e em movimentos contra a violência de caráter mais midiático (marchas e passeatas pela paz, por exemplo). Alguns dos Pontos de Cultura tendem a associar este tipo de ação como uma busca de paz que não visa superar as desigualdades sociais e a exclusão de determinada classe social, mas apenas proteger as classes mais abastadas das consequências da profunda desigualdade social brasileira e da situação de exclusão social em que se encontra grande parte da população.

Percepção, por parte de alguns Pontos de Cultura, de que a discussão sobre a Cultura de Paz e de Convivência eliminaria o conflito. E, ao mesmo tempo, a concepção de alguns Pontos de Cultura de que a paz só pode ser alcançada por uma ruptura de caráter revolucionário.

Contudo, mesmo os Pontos de Cultura que demonstraram certa desconfiança com relação à discussão sobre Cultura de Paz, apresentam em suas práticas e atividades culturais específicas de ações e/ou reflexões que coadunam com uma proposta de Cultura de Paz e de Convivência. De maneira geral, estas apontam principalmente para o respeito às diferenças e à valorização da diversidade. A diversidade e a diferença, aliás, aparecem como elementos importantes para todos os Pontos de Cultura. O que gera uma questão para a reflexão sobre Cultura de Paz e de Convivência, que é pensar como esta Cultura de Paz e de Convivência pode articular um conceito universal com as diversidades de práticas particulares que as entidades e grupos culturais realizam. O desafio maior parece ser em como a discussão e a prática sobre Cultura de Paz e de Convivência podem orientar as ações e reflexões dos Pontos e, ao mesmo tempo, como as atividades específicas dos Pontos de Cultura podem ajudar a iluminar novas potencialidades para a discussão e prática da Cultura de Paz e Convivência.

Nota dos Editores: Pesquisa realizada durante o ano de 2009.

Ana Paula do Val é arquiteta e urbanista, artista plástica, especialista em comunicação e cultura. Mestranda em Estudos Culturais, é pesquisadora e consultora em gestão, políticas e mediação cultural e urbanismo e docente/colaboradora do Observatório da Diversidade Cultural

Beatriz Vieira é pós graduada em Políticas Públicas. Graduada em Serviço Social pelas Faculdades Metropolitanas Unidas(FMU) e bacharel em Direito pela Pontifical Universidades Católica de São Paulo (PUC-SP)

Alexandre Barbosa Pereira é antropólogo, professor da UNIFESP

Análise dos indicadores de resultado do Pontão de Convivência e Cultura de Paz

Veridiana Negrini

INTRODUÇÃO

O Pontão de Convivência e Cultura de Paz é um projeto da Área de Cidadania Cultural do Instituto Pólis em conveniamento com o Ministério da Cultura. Com início em junho de 2008, o projeto tem por objetivo ser um polo formulador e irradiador de promoção do intercâmbio e difusão de políticas de criação, compartilhamento de conhecimentos e práticas que visam a convivência intercultural brasileira em suas diversas linguagens e formas, no âmbito local e nacional. Por meio da compreensão do outro e de si mesmo; do ouvir para compreender; do acolhimento do diverso e do singular para desconstruir a discriminação; da prática da não violência; da contribuição para o desenvolvimento ecopolítico da localidade; da defesa do direito à cidadania cultural; da redescoberta da solidariedade; do empoderamento e protagonismo social; da criação e compartilhamento de sentimentos, ações e conhecimentos a partir de três horizontes: acolhimento, interculturalidade e autonomia.

Os objetivos específicos do Pontão são: promover tecnologias socioculturais de convivência e de cultura de paz para a difusão de valores para os pontos de cultura; estimular ações de ocupação cultural dos espaços públicos para formulação de propostas de políticas públicas de convivência e paz; realizar ações simbólicas, de resignificação da linguagem e produção de conhecimento e de poéticas da cultura de paz (distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura); organizar atividades que potencializam a troca de experiências e articulação de Convivência e Paz entre os Pontos de Cultura.

O objetivo de um Pontão, segundo o Ministério da Cultura, é promover o intercâmbio e difusão da cultura brasileira em suas mais diversas linguagens e formas no âmbito nacional. O Pontão de Convivência e Cultura de Paz se propôs a trabalhar para a formação e fortalecimento de uma rede coletiva, onde todos possuem um mesmo objetivo, e há um fluxo horizontal de informação, de cooperação entre os Pontos de Cultura, sendo a rede um tecido múltiplo de conhecimentos práticos e teóricos que se relacionam de forma complexa e transversal.

O Pontão de Convivência e Cultura de Paz promove a troca e compartilhamento das ações, tecnologias socioculturais de convivência e cultura de paz dos Pontos de Cultura, que juntos apontam para uma mudança da sociedade, sugerindo e indicando novas propostas de políticas públicas para outras formas de conviver no mundo atual.

INDICADORES

A presente análise foi elaborada para apoiar o Pontão de Convivência e Cultura de Paz no diagnóstico da sua atuação, ao longo dos seus seis anos de atividades (2008-2013). Para isto, utilizamos indicadores de resultados e desempenho para avaliar as ações do Pontão e de sustentabilidade visando a consecução de propósito de políticas públicas.

Os indicadores aqui apresentados expressam a relação entre dados e informações obtidos através dos relatórios das ações do Pontão, bem como da pesquisa quali-quantitativa realizada em 2009 e do questionário sobre o encontro nacional realizado em 2013.

Por se tratar de indicadores culturais, vale a pena destacar que não utilizamos na análise somente métodos quantitativos, com base em estatísticas. Os dados aqui apresentados são utilizados para conferir sentido, monitorar e avaliar o trabalho desenvolvido pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz. Espera-se com isso dar transparência e ampliar o conhecimento público sobre as ações realizadas pelo Pontão, assim como orientar suas futuras ações.

Esta análise está organizada por seções, iniciando pelo detalhamento das atividades realizadas pelo Pontão, e finalizando com as propostas de políticas públicas que surgiram das atividades.

METODOLOGIA

Para elaboração da presente análise, trabalhou-se com insumos produzidos a partir das bases conceituais e teóricas que orientaram todo o processo de elaboração de instrumentais e posteriormente a análise desses dados.

Foram estabelecidas cinco etapas de trabalho:

1. Pesquisa teórica sobre indicadores culturais;
2. Elaboração do questionário de avaliação do Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades;
3. Mapeamento das ações do Pontão;
4. Definição dos indicadores;
5. Análise dos dados.

Cabe esclarecer que a elaboração do questionário de avaliação do Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades foi considerada nesse trabalho devido ao fato de trazer elementos que subsidiam a avaliação da atuação do Pontão ao longo dos seus anos de existência e qual o impacto que teve para os participantes das suas ações.

Os indicadores foram mensurados através da relação dos seguintes itens:

- Atividades planejadas;
- Atividades promovidas;
- Público beneficiário das atividades;
- Livros/materiais produzidos;
- Avaliação dos encontros;
- Pesquisa Quali-Quantitativa (2009);
- Propostas de políticas públicas.

A amostragem dos resultados considerou, como base, dados estatísticos que apresentam uma margem de erro de 5%.

A necessidade de avaliações qualitativas também foi incorporada nesta análise, para dar conta dos resultados não imediatos, que envolvem “mudanças culturais” e os impactos na população envolvida nas atividades do Pontão.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO PONTÃO

O planejamento do Pontão de Convivência e Cultura de Paz, apresentado e aprovado pelo Ministério da Cultura em 2008, previa a realização das seguintes atividades:

Rodas de Convivência e Cultura de Paz

São vivências participativas e coletivas, que buscam identificar os principais desafios, experiências e poéticas dos grupos de jovens dos Pontos de Cultura. Nestas Rodas são identificados conflitos e valores existentes, bem como formas e espaços de resolução através do diálogo e da convivência. Para isso, usamos como principal metodologia a Ausculta Sociocultural. Auscultar, de acordo com a definição do dicionário, quer dizer ouvir, identificar, diagnosticar os ruídos, procurar saber, investigar. Neste sentido, uma Ausculta Sociocultural propõe métodos para conhecer as relações subjetivas de um grupo, suas vivências, visões e desafios com o objetivo de fortalecer suas ações e intervenções. Ao longo do primeiro ano de atuação do Pontão, 2008/2009, foram realizadas 20 Rodas de Convivência e Cultura de Paz, em vários estados do território nacional. Os critérios estabelecidos para a escolha desses pontos foram a distribuição geográfica e diferentes grupos culturais, como indígenas, afro-brasileiros, movimento hip hop, cultura digital, culturas populares e estudantes, procurando contemplar a diversidade cultural brasileira. Outro critério estabelecido, foram os pontos que trabalham em rede, pois assim a ação seria multiplicada.

Sessões de Diálogo

São atividades abertas ao público, nas quais temas relacionados à cultura são sempre abordados com a participação de especialistas e pessoas com experiências significativas. O objetivo é dialogar, enriquecer a discussão e clarear ideias e conceitos. Os eixos principais dos diálogos são: juventude, políticas culturais, novas tecnologias, formação para a cultura de paz e convivência, e valores. As sessões do Cineclubes Pólis também integram os diálogos de maneira a promover a interculturalidade. Além disso, alguns encontros com o Grupo Consultivo também estão inseridos nos Diálogos. Este Grupo desempenha o papel de monitorar e avaliar o trabalho do Pontão, balizando conceitos, aprofundando a visão e refletindo sobre a metodologia.

Ausculta em rede

É a relação com os parceiros e com o Programa Cultura Viva, através da participação nos espaços de referência em políticas públicas culturais e direitos humanos,

conselhos de representação, Comissões Estadual e Nacional dos Pontos de Cultura, organizações e redes de uma cultura da não violência. As auscultas em rede também abrangem a articulação com outras redes locais, do Brasil, da América Latina e outras de alcance mundial, como a Articulação Latino Americana de Cultura e Política (ALACP), Plataforma Puente, Centro Cultural da Espanha Comitê de Cultura de Paz, Rede Mundial de Artistas, redes de Cultura de Paz da cidade de São Paulo, SESC, UNESCO, Associação Palas Athena, Jovens da Cidade Tiradentes, etc. Essas articulações propiciam a participação efetiva da equipe do Pontão em palestras, oficinas, encontros, seminários, fóruns, entre outras atividades organizadas por várias instituições.

Seminário Nacional de Tecnologias Socioculturais

Realizado em São Paulo, nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2009. O Seminário foi construído a partir do Prêmio “Pequenos Eventos” Ministério da Cultura. O objetivo foi estabelecer parâmetros conceituais para a compreensão das Tecnologias Socioculturais existentes, ou em construção, integrando diferentes saberes e apresentando publicamente experiências inovadoras. O Seminário proporcionou e potencializou a troca de informações e conhecimento entre as tecnologias desenvolvidas pelos Pontos de Cultura, entre lideranças regionais e instituições que trabalham com Tecnologias Sociais numa perspectiva de promoção do desenvolvimento.

Encontro de Ponteir@s Multiplicadores de Convivência e Paz

Realizado em Bragança Paulista–SP, nos dias 18 a 20 de junho de 2010. Este evento teve como objetivo fortalecer conceitos, valores, práticas, e métodos de convivência e cultura de paz, tendo como participantes membros de Pontos de Cultura que atuaram nas Rodas de Convivência e Cultura de Paz, realizadas nos anos de 2008 e 2009. O intuito foi proporcionar um compartilhamento de saberes, na perspectiva de uma construção coletiva e corresponsável para uma sociedade orientada pela prática do respeito, da solidariedade e dos valores da cultura de paz; além disso, o encontro pretendeu capacitar os participantes a transmitir valores, artes e saberes voltados para uma Cultura de Paz. Por isso, o critério de seleção estabelecido incluiu pessoas que já tivessem desenvolvido ações em parceria com o Pontão, que trabalhassem com a cultura de paz, e que pudessem participar desse encontro e potencializar a multiplicação de convivência e paz em seu território.

Encontros Regionais

Realizados em 2011, nas cidades de Salvador–Bahia (*19 e 20 de fevereiro*), Belém - Pará (*25 a 27 de fevereiro*), e Curitiba–Paraná, (*11 e 12 de março*). O Encontro proporcionou um espaço de troca de saberes, que objetivou potencializar o conhecimento dos ponteir@s em torno das principais políticas públicas culturais nacionais e locais, capacitando *multiplicadores* em temas para a Convivência e Cultura de Paz.

Encontros de convivência e paz nas ruas

Realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esses encontros foram denominados como *Apropriarte–Conviver em Paz nas Cidades*, e buscou o diálogo com a população local visando a apropriação do espaço urbano com artemetodologias de intervenção, apoiadas nos princípios da não violência e cultura de paz. A iniciativa foi uma parceira entre o Pontão de Convivência e Cultura da Paz do Instituto Pólis (SP), o Ponto de Cultura Tá na Rua (RJ) e o Pontão Nina Griô (Campinas SP), além da participação colaborativa de artistas e grupos culturais.

Encontro Nacional Conviver em paz na cidade. Cultura de paz, políticas públicas e o direito à cidade

Foi realizado em São Paulo, nos dias 19 a 21 de setembro de 2013. O objetivo do encontro foi contribuir para promover e articular políticas públicas de convivência e cultura de paz no Programa Cultura Viva (*Pontos de Cultura e Pontões*), sociedade e movimentos socioculturais das cidades; e também estimular a construção de uma agenda nacional de Cultura de Paz em rede.

No total, estavam planejadas 119 atividades, mais as auscultas em rede, listadas a seguir:

ANO I

- 20 oficinas de auscultas socioculturais (posteriormente denominadas, rodas de convivência e cultura de paz).
- 24 reuniões do grupo de diálogo (posteriormente estas atividades passaram a ser consideradas sessões de diálogo)
- 24 exposições/palestras do cineclube (posteriormente estas atividades passaram a ser consideradas sessões de diálogo)

ANO II

- 10 Sessões de diálogo
- 1 Encontro de Ponteiros com 30 jovens multiplicadores
- 2 Encontros de convivência e paz nas ruas
- 3 Encontros regionais de Cultura de Paz
- 12 exposições/palestras do cineclube (posteriormente estas atividades passaram a ser consideradas sessões de diálogo)
- Auscultas em rede

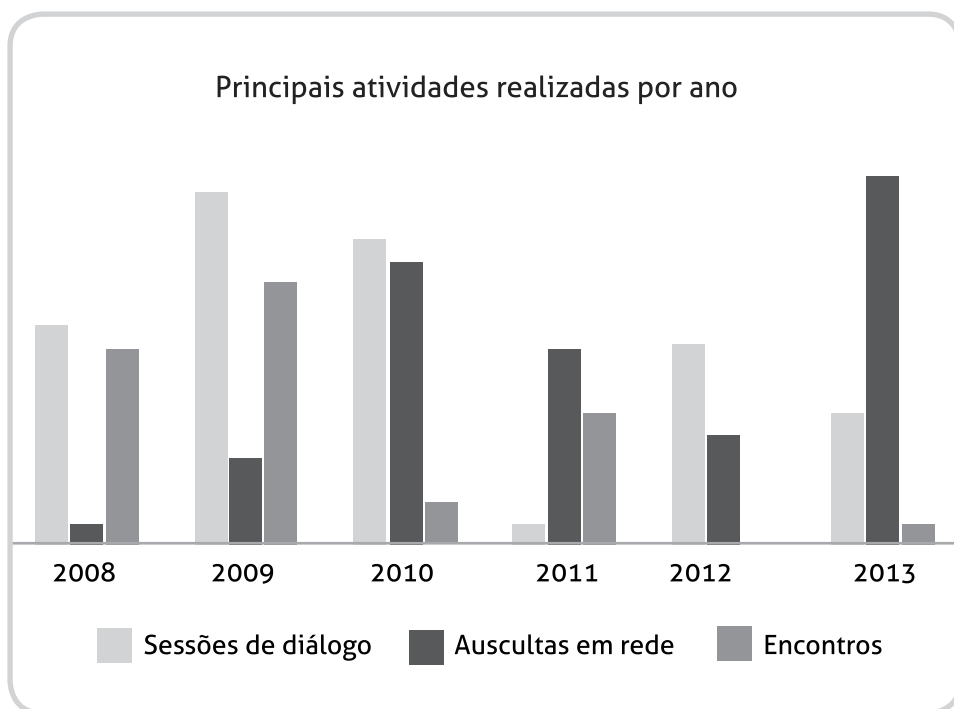
ANO III

- 10 Sessões de diálogo
- 1 Encontro Nacional de Educação para a convivência e cultura de paz e tecnologias socioculturais
- 12 exposições/palestras do cineclube (posteriormente estas atividades passaram a ser consideradas sessões de diálogo)
- Auscultas em rede

Ao longo do período em análise, junho de 2008 a dezembro de 2013, o Pontão de Convivência e Cultura de Paz superou as expectativas previstas realizando mais atividades do que o planejado. Nesse período realizou 135 atividades, sendo:

- 20 Rodas de Convivência e Cultura de Paz
- 52 Sessões de Diálogo
- 1 Encontro de Ponteir@s
- 3 Encontros Regionais
- 1 Encontro de Tecnologia Sociocultural
- 2 Encontros Convivência e Cultura de Paz nas ruas: Apropriarte
- 1 Encontro Nacional: conviver em paz nas cidades
- 1 mostra de filmes de cultura de paz
- 54 Ausculta em redes

No gráfico abaixo segue a relação das atividades, dividida em três categorias: sessão de diálogo, ausculta em rede e encontros, realizadas por ano, no período de 2008 a 2013:



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Todas as regiões do país tiveram, ao menos uma vez, uma atividade do Pontão. Os estados que receberam atividades foram: Amazonas, Pará, Pernambuco, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. Além do Brasil, foram realizadas atividades na Colômbia, Bolívia e Argentina.

A tabela que segue demonstra a porcentagem de ações realizadas por estado:

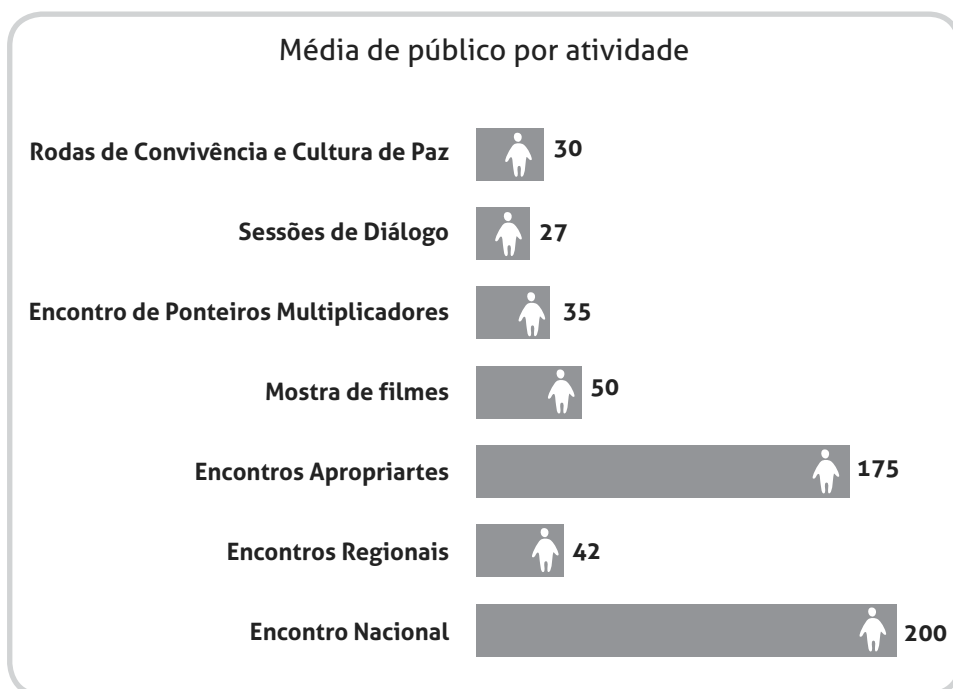
	Nº de atividades
Amazonas	1
Pará	3
Pernambuco	1
Ceará	1
Bahia,	7
Rio Grande do Norte	1
Minas Gerais,	1
Rio de Janeiro	6
São Paulo	101
Santa Catarina,	1
Paraná	4
Rio Grande do Su	2
Distrito Federal	3
Internacionais	3

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Desde o ano de 2008 até 2013 participaram das atividades do Pontão 2610 (duas mil seiscientos e dez) pessoas diretamente e 5000 (cinco mil) indiretamente. Sendo:

- 600 (seiscientos) jovens e adultos nos vinte Pontos de Cultura que participaram das rodas de convivência e cultura de paz;
- 1400 (mil e quatrocentas) pessoas nas sessões de diálogo;
- 35 (trinta e cinco) pessoas de diversas partes do país participaram do encontro de ponteir@s multiplicadores de Convivência e Paz, realizado em Bragança Paulista, em junho de 2010;
- 50 (cinquenta) pessoas na mostra de filmes de cultura de paz;
- 350 (trezentos e cinquenta) pessoas nos dois encontros de ocupação de Convivência e Paz nos espaços públicos: Apropriarte, realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro;
- 125 (cento e vinte e cinco) pessoas nos três encontros regionais com o tema de Políticas Públicas e Cultura de Paz, realizados nas cidades de Bahia, Belém e Curitiba;
- 200 (duzentas) pessoas no Encontro Nacional de Convivência e Cultura de Paz.

Segue a relação da média de público direto, presente nas atividades promovidas pelo Pontão:



Além deste público direto nas ações do Pontão, 240 (duzentos e quarenta) Pontos de Cultura, num universo de 824 (oitocentos e vinte e quatro) Pontos de Cultura no Brasil (dados da época da pesquisa, abril de 2009) – responderam à pesquisa quali/quantitativa sobre a temática da Convivência e Cultura de Paz e sua relação em todos os Pontos de Cultura realizada em 2009.

Chegou-se a uma estimativa de público indireto de 5000 (cinco mil) pessoas num universo de 300 (trezentos) Pontos presentes nas ações do Pontão.

COMUNICAÇÃO

Foram construídas algumas ferramentas virtuais de comunicação e de difusão do trabalho do Pontão, para que sua ação tivesse um maior alcance.

Em outubro de 2008 o Pontão de Convivência e Cultura de Paz lançou o site: <http://www.polis.org.br/convivenciaepaz/> que obteve em média 50 (cinquenta) visitas por dia desde sua implantação, obtendo picos de 200 (duzentas) por dia. O site permite interação de usuários por meio de comentários, geração de listas e acompanhamento dos boletins digitais. Além disso, informações sobre o projeto foram inseridas no site do Instituto Pólis, www.polis.org.br que recebe em média 500 (quinhentas) visitas por dia (dados de 2013).

Em 2011 o Pontão entrou nas redes sociais, criou uma fanpage na rede social Facebook, www.facebook.com/pontapolis?fref=ts, atualmente com 529

(quinhentas e vinte e nove) “curtidas”, um perfil no twitter, <https://twitter.com/pontaopolis>, com 190 (cento e noventa) seguidores, e um canal no Youtube onde são postados vídeos de suas atividades, e depoimentos de convidados sobre a temática que aborda; atualmente o canal conta com 15 (quinze) vídeos que já foram visualizados mais de 1690 (um mil seiscentos e noventa) vezes. Além disso, o Pontão desenvolveu desde o seu primeiro ano de atuação uma série de boletins mensais que informam todos os membros de sua rede, suas atividades, cursos de formação, entre outros itens.

Foram confeccionadas em todos os anos do projeto peças promocionais de comunicação, tais como folders, cartazes, camisetas, sacolas, entre outros. Ademais também foram produzidos livros e distribuídos aos Pontos de Cultura sobre temas relacionados cultura de paz, tais como:

- Caderno de Proposições para o século XXI - Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário nº14: *Cultura Viva, Políticas Públicas e Cultura De Paz*, 2013;
- Caderno de Proposições para o século XXI - Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário nº13: *Arte e Cultura pelo Reencantamento do Mundo*, 2009;
- *Jovens da Cidade Tiradentes de Onde Ecoam Suas Vozes?* Ausculta Socioculturais, 2008.
- Carta das Responsabilidades do Artista - 3ª edição, 2010.

PROPOSTAS, INDICAÇÕES E DIRETRIZES DE POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA E CULTURA DE PAZ

O trabalho do Pontão, desde sua origem, sempre buscou a participação na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas culturais, contribuindo para aumentar tanto a eficácia e abrangência das ações públicas, como a capacidade de formulação dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos participantes do Programa Cultura Viva.

Ao longo de suas ações trabalhou na formação de agentes e na formulação de políticas, através da organização das demandas e expectativas dos Pontos de Cultura em relação à questão da convivência e cultura de paz.

O Pontão surgiu com a missão de ser um polo formulador e irradiador de políticas, compartilhamento de conhecimentos e práticas que visam a convivência intercultural, plural e diversa por meio da compreensão do outro e de si mesmo. Neste sentido, no plano de trabalho elaborado e aprovado pelo Ministério da Cultura, parceiro desta ação, previu a realização de um ciclo de atividades para a formulação destas políticas públicas:

Ano I - 20 rodas de convivência e cultura de paz, com a metodologia das ausculta socioculturais, realizadas entre 2008 e 2009

Ano II - 3 encontros regionais realizados em Curitiba, Salvador e Belém, em 2011

Ano III - Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades, realizado em São Paulo, em 19 a 21 de setembro de 2013

Além desses encontros previstos desde o início do projeto do Pontão, foram realizados mais dois encontros que geraram propostas de políticas públicas: Encontro de Ponteir@s multiplicadores, e os dois Encontros de Convivência e Cultura de Paz nas ruas.

O Pontão também participou de diversas outras atividades que tiveram como foco as políticas públicas, porém neste momento são indicadas as atividades acima mencionadas, como as principais fontes de propostas que são apontadas nesta análise.

A sistematização das propostas, indicações e diretrizes, as quais, em sua maioria, foram de criação compartilhada, oriundas destes encontros, foram divididas em 4 (quatro) categorias: 1) propostas locais; 2) propostas para o Ministério da Cultura; 3) sobre a cultura de paz; 4) outras.

Das políticas públicas propostas pelos Pontos de Cultura, podemos destacar que a grande maioria delas buscava a garantia de continuidade do Programa Cultura Viva.

Em relação à cultura de paz, as principais indicações e diretrizes de políticas públicas, que surgiram nos encontros foram:

- Reativar e incentivar a formação dos Conselhos Municipais de Cultura de Paz;
- Promover a inclusão social através de oficinas socioculturais, pedagógicas, de informação e prevenção visando a consolidação de uma cultura de paz, de sustentabilidade social e efetivação dos direitos humanos;
- Criar educação continuada e de ações afirmativas para a cultura de paz;
- Criar um espaço para a educação para a paz no currículo escolar nacional;
- Fomentar a ocupação dos espaços públicos através de atividades de convivência;
- Formar agentes multiplicadores de Cultura de Paz nas escolas e na comunidade;
- Ampliar as ações de Cultura de Convivência e Paz através da criação de um prêmio de Cultura de Paz para valorizar, fortalecer e estimular as ações que já acontecem nos Pontos de Cultura;
- Criar um banco de dados de tecnologias sociais e culturais entre ONGs, instituições, pontos de cultura e parceiros públicos ou privados;
- Criar um sistema de Ouvidoria pela Paz que seja um espaço para a “auscultatória”, na qual tenha o suporte de um Conselho Jurídico, apoio e esclarecimento para pessoas que sofrem alguma forma de violência e informações/contatos sobre Ações e Práticas de Cultura de Paz em todo o Brasil;
- Realizar uma ação coletiva, integrada no dia 21 de setembro, dia Internacional da Cultura de Paz.

CONCLUSÃO

Esta análise teve como meta enriquecer a interpretação empírica do trabalho desenvolvido pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz, e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação dos resultados do Pontão. As duas principais questões que nortearam esta análise foram: Qual o impacto das ações do

Pontão para o Programa Cultura Viva? Qual o impacto das ações do Pontão para os Pontos de Cultura?

Cabe lembrar que para cada fase do processo de formulação e implementação do projeto do Pontão foram utilizados indicadores específicos, cada qual trazendo elementos e subsídios distintos para o bom encaminhamento do projeto. Os indicadores foram considerados como um instrumento operacional para monitoramento e avaliação do projeto.

Os indicadores de avaliação podem ser abordados de diferentes maneiras: indicadores da eficiência dos meios e recursos empregados, indicadores da eficácia no cumprimento das metas, e indicadores da efetividade social do projeto. Nesta análise não fizemos a avaliação de indicadores com base nos meios e recursos utilizados, por não se tratar neste trabalho de uma análise físico-financeira. Nesta avaliação mostramos os resultados através de indicadores-produtos de diferentes tipos para medir a eficácia no cumprimento das metas específicas e a efetividade/impacto social.

A pesquisa, embora realizada no momento inicial do trabalho (2009), trouxe um conjunto de informações de extrema relevância para a avaliação das ações desenvolvidas pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz. Embora constitua uma exploração de análise apenas parcial, o que de longe não esgota as possibilidades de interpretações e estudos mais aprofundados, algumas observações já podem ser firmadas como relevantes.

Através da relação das atividades realizadas por ano, observa-se que o Pontão de Convivência e Cultura de Paz começou o seu trabalho promovendo muitas atividades para os Pontos de Cultura, realizando vários encontros locais, e ao longo dos anos passou a realizar encontros maiores, promovendo o encontro de vários Pontos de Cultura, em uma determinada localidade. Além disso, notamos claramente o aumento da participação nas auscultas em rede, o que demonstra que o Pontão passou a ter seu trabalho cada vez mais reconhecido, sendo convidado para participar de atividades organizadas por outras instituições, locais, nacionais e internacionais.

Devido ao fato de a sede do Pontão de Convivência e Cultura de Paz se localizar em São Paulo, podemos observar, através da distribuição geográfica das atividades do Pontão, que 75% destas foram realizadas no estado de São Paulo. Os demais estados que tiveram maiores intervenções diretas do Pontão foram respectivamente: Bahia, Rio de Janeiro e Pará.

O Pontão realizou, em 2009, uma pesquisa quali-quantitativa sobre a temática da Convivência e Cultura de Paz e sua relação em todos os Pontos de Cultura do Brasil, que na época eram 824 (oitocentos e vinte e quatro). Destes, 240 (duzentos e quarenta) Pontos responderam à pesquisa, que apontou os seguintes resultados:

- Ao serem perguntados sobre o que efetivamente conheciam sobre a cultura de paz, 75% dos Pontos de Cultura afirmaram já ter ouvido falar sobre o tema. Outros 22,5% disseram não ter ouvido falar sobre a cultura de paz e 2,5% não responderam a esta questão.
- Já com relação à realização de atividades de promoção da paz, 67,5% dos Pontos de Cultura afirmaram já ter realizado alguma ação desse tipo. Já os outros 32,5% disseram não realizar atividades de promoção da paz. Do total de Pontos de Cultura entrevistados, apenas 22,5% relataram nunca ter

promovido nenhuma atividade direta que visasse o combate à violência e à exclusão social, nem nunca ter realizado ou participado de ações para a promoção da paz. Este dado revela que, ainda que de maneira indireta, muitos Pontos de Cultura, 77,5%, estão ou já estiveram envolvidos com a cultura de paz, seja na prática ou no discurso da entidade.

- No quesito sobre o que os Pontos de Cultura já ouviram falar sobre o tema da cultura de paz, 37,5% dos pontos responderam sobre onde ouviram falar desta temática. Destes, destacaram-se os que afirmaram ter estabelecido contato com a noção de cultura de paz por meio do Pontão de Cultura de Paz do Instituto Polis, 27%, e os que tiveram maior contato com esta discussão através dos encontros da Teia, também 27%. Este dado revela a importância que os encontros, fóruns e atividades de discussão e promoção da cultura de paz têm para a divulgação e realização efetiva de uma cultura de convivência. Do mesmo modo, instituições voltadas especificamente para a reflexão e promoção da cultura de paz mostram-se de grande importância para a consolidação dessa prática no cotidiano dos Pontos de Cultura e na relação destes com a comunidade em que se inserem.

No encontro *Conviver Em Paz Nas Cidades: Encontro Nacional Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade*, realizado em 2013, um questionário foi respondido pelos participantes, e através dele observamos os seguintes aspectos:

- A maioria dos participantes ficou sabendo do encontro via redes sociais;
- Mais de 85% dos participantes já conheciam o trabalho realizado pelo Pontão de Convivência e Cultura e Paz, já tendo participado de pelo menos uma atividade. As atividades de que a maioria dos respondentes já participou foram as sessões de diálogo, seguida das rodas de convivências e cultura de paz.
- Todos os respondentes do questionário afirmaram já conhecer a expressão “cultura de paz”, mesmo que superficialmente, sendo que 97% afirmaram envolver a cultura de paz nos seus trabalhos.
- O aumento da relevância da cultura de paz para as políticas públicas nos últimos anos foi indicada por 84% dos participantes, a maioria aponta que mesmo de forma tímida, e com muito ainda a ser construído, essa questão está presente na sociedade devido ao alto grau de violência e violação de direitos sociais.

Através dessas duas pesquisas realizadas, uma no início e outra no final do trabalho do Pontão, podemos observar que a cultura de convivência e paz, com o passar dos anos e da forte atuação do Pontão, foi ganhando relevância e se tornando mais presente nas ações dos Pontos de Cultura.

O projeto propiciou que a cultura de paz permeasse os Pontos de Cultura do Brasil através do Programa Cultura Viva, tornando-se uma das diretrizes/conceitos do programa, pois cada Ponto de Cultura passou a ser considerado também um ponto de paz.

Uma das propostas, que surgiu em uma das atividades realizadas, era a da criação de um link no site do MinC para a temática da cultura de paz, e assim a Secretária

da Cidadania e Diversidade Cultural na época atendeu esta demanda dos Pontos de Cultura, e percebeu que os Pontos de Cultura são locais propícios ao desenvolvimento de oficinas e debates contra a violência. Através desta iniciativa, o MinC criou um link no seu site para aprimorar e difundir as ações de mediação de conflitos, de promoção da paz e da valorização do consenso. Este link está disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/ssss-2/>

O trabalho realizado pelo Pontão gerou impactos que contribuem para a modificação do sistema de controle social baseado na coerção e violência, propondo um paradigma de não violência. Muitos jovens dos Pontos foram sensibilizados para a compreensão da importância do escutar para compreender, propondo-se uma reeducação das escutas coletivas e individuais. Além disso, houve uma contribuição para a promoção da cultura de paz através da revolução pelo olhar na arte de rua e a estética de rua para transformação social.

Percebeu-se notadamente a capilaridade da Cultura de Paz entre segmentos e públicos diversos, além disso, nesses anos do trabalho desenvolvido pelo Pontão, houve um crescimento das redes de cultura de paz no país, através da construção de uma nova referência temática para o MinC e para a sociedade, propondo a ideia da paz como política pública.

As proposições de políticas culturais e de políticas públicas de convivência e cultura de paz contribuíram para o fortalecimento do trabalho em rede e para a identificação de atitudes de paz e métodos de resolução/mediação de conflitos já existentes nos Pontos de Cultura.

Como toda atividade sócio-política, é importante garantir a participação e controle social no processo, a fim de legitimá-lo perante a sociedade, garantir o compromisso dos agentes implementadores e potencializar a efetividade social almejada pelas políticas públicas. Neste sentido, o Pontão procurou formar multiplicadores e agentes de paz nos Pontos de Cultura, para que eles possam incidir nas suas localidades em prol da implementação de política para o bem comum.

Espera-se que com esta análise mais integradora dos indicadores, tenham ficado claros os resultados alcançados com o trabalho do Pontão de Convivência e Cultura de Paz. Cabe esclarecer ainda que o trabalho com indicadores, bem como as ações do Pontão, continuam depois desta análise, ou seja, não se pretende de forma alguma concluí-la, colocando-se um ponto final na análise dos indicadores. Considerando-se, ainda, as contribuições trazidas pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz aos Pontos de Cultura e às comunidades locais no entorno de suas ações, resta, para ser uma análise mais completa, um quadro que aponte a articulação entre o poder público e os Pontos de Cultura que trabalham com a cultura de paz, sendo necessário ainda um futuro levantamento similar que incorpore o diagnóstico e o monitoramento das propostas de políticas públicas aqui tratadas.

Nota dos Editores: Os três textos que embasaram esta análise estarão disponíveis no site do Pontão (<http://convivenciaepaz.org.br/pontao-de-convivencia-e-cultura-de-paz/>). Optamos por não publicá-los aqui pelo fato de serem muito extensos. Esses textos são um “Questionário do Encontro Nacional”, um “Quadro das Atividades do Pontão” e um “Quadro das Políticas Públicas”



Instituto Pólis

Convivência e
Cultura de Paz

pontão

REGISTROS VISUAIS



Rodas de Convivência e Cultura de Paz



Oficina dos auscultadores
Instituto Pólis - 2008



Ponto de Cultura Canto Jovem
Natal - RN - 2008



Ponto de Cultura IDETI Krukutu
São Paulo - SP - 2008



Ponto de Cultura Restinga
Porto Alegre - RS - 2009



Ponto de Cultura Tá na Rua
Rio de Janeiro - RJ - 2009



Ponto de Cultura Argonautas Ambientalistas
Belém - PA - 2008



Rede de Pontos de Cultura
Guarulhos - SP - 2008



Ponto de Cultura Me Vê na TV
Niterói - RJ - 2009



Ponto de Cultura Grãos de Luz Griô
Lençóis - BA - 2009



Sessões de Diálogo



Gandhi, por João Signorelli
Instituto Pólis - 2009



Diálogo Ajayu
Encontro Nacional - SP - 2013



Diálogo Ajayu
Encontro Nacional - SP - 2013



Encontros Regionais



Encontro Regional Paraná
Curitiba - 2012



Encontro Regional Pará
Belém do Pará - 2012



Encontro Regional Bahia
Salvador - 2012

Encontros de Convivência e Paz nas Ruas



Apropriarte Praça da República
São Paulo - SP - 2011



Apropriarte Praça da República
São Paulo - SP - 2011



Apropriarte Largo do Curvelo
Rio de Janeiro - RJ - 2011



Apropriarte Largo do Curvelo
Rio de Janeiro - RJ - 2011



Apropriarte Largo do Curvelo
Rio de Janeiro - RJ - 2011



Apropriarte Largo do Curvelo
Rio de Janeiro - RJ - 2011

Encontro Nacional Conviver em Paz na Cidade



Abertura Conviver em Paz nas Cidades
Ilú Oba De Min - 2013



Abertura Conviver em Paz nas Cidades
Auditório FUNARTE-SP - 2013



Conviver em Paz nas Cidades
Roda da Diversidade - 2013



Conviver em Paz nas Cidades
Roda da Diversidade - 2013



Conviver em Paz nas Cidades
Participantes - 2013